

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Isabela Carolina Lopes de Alvarenga Santos

Histórias em disputa:

A avaliação de textos de história entre a razão metódica e a razão prática

Brasília, DF

2023

Isabela Carolina Lopes de Alvarenga Santos

Histórias em disputa:

A avaliação de textos de história entre a razão metódica e a razão prática

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História.

Área de concentração: Ideias, Historiografia e Teoria

Orientador: Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis

Brasília

2023

Isabela Carolina Lopes de Alvarenga Santos

Histórias em disputa:

A avaliação de textos de história entre a razão metódica e a razão prática

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis - UnB (orientador)

Prof. Dr. Breno Mendes - UFG (examinador)

Prof. Dr. Estevão de Rezende Martins - UnB (examinador)

Prof. Dr. André de Melo Araújo – UnB (examinador suplente)

Brasília
2023

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Arthur Assis, por me treinar para a sincera e obstinada dedicação ao trabalho intelectual.

Aos professores Jurandir Malerba e Marcelo Balaban, presentes na minha banca de qualificação.

Agradeço, também, a Breno Mendes e Estevão de Rezende Martins por aceitarem participar da minha banca de defesa de dissertação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo apoio financeiro concedido entre os anos 2021-2023.

Sou grata, finalmente, a Regina, João Pedro e Leandro por sempre acreditarem em mim; muito mais do que eu mesma.

Resumo

Que critérios podem ser mobilizados para se comparar -- e, eventualmente, escolher -- entre textos de história concorrentes que versem sobre os mesmos acontecimentos e estados de coisa do passado? Essa pergunta está no centro da presente dissertação. O trabalho discute três esquemas diferentes para a compreensão da validação na historiografia acadêmica, em referência aos quais os textos de história poderiam ser comparados. No primeiro desses esquemas, decantado de posições e ideias de Hayden White e Keith Jenkins, predominam critérios não-cognitivos de persuasão estética e ideológica do público-leitor das histórias. No segundo esquema, representado pelas posições de Jouni-Matti Kuukkanen e T.E. Førlund, predominam, por sua vez, critérios cognitivos relacionados às qualidades de exemplificação empírica e persuasão lógico-argumentativa intrínsecas aos textos de história. Por último, o terceiro esquema teórico de comparação, apreensível nas obras de Paul Ricoeur e Jörn Rüsen, recomenda uma síntese particular entre critérios cognitivos e não-cognitivos de validação da historiografia acadêmica. Prevalece, no âmbito desse terceiro esquema, a ideia de que a racionalidade metódica própria ao conhecimento histórico nas suas variantes acadêmicas torna possível aos textos de história serem úteis às pessoas que vivem no tempo presente a partir de uma perspectiva singular, informada pelos procedimentos sistemáticos de fundamentação empírica e crítica intersubjetiva. Nesta dissertação é privilegiada a perspectiva teórica associada a Ricoeur e Rüsen que assimila critérios tanto cognitivos quanto pragmáticos de validação da historiografia acadêmica, tomando-a, portanto, como uma prática regulada por princípios metódicos de pertinência empírica e argumentativa, conquanto que enredada em dinâmicas identitárias relevantes no tempo presente. Não creio ser possível isolar as ambições cognitivas específicas à ciência da história de interesses e práticas relacionados com as disputas por poder constitutivas da vida social, em razão da relevância prática existencial e cultural que têm as histórias. Por consequência, as práticas de justificação, validação e comparação em bases cognitivas no âmbito da historiografia acadêmica interagem, necessariamente, com as tensões e dilemas próprios às práticas socioculturais de autoafirmação identitária e disputa por poder material e simbólico.

Palavras-chave: historiografia; narrativismo; pós-narrativismo; pragmatismo; hermenêutica; Hayden White; Keith Jenkins; Tor Følrand; Jouni-Matti Kuukkanen; Paul Ricoeur; Jörn Rüsen.

Abstract

What criteria can be mobilized to compare -- and eventually choose -- between competing history texts dealing with the same events and states of affairs in the past? This question is at the heart of this dissertation. It discusses three different schemes for understanding validation in academic historiography, with reference to which history texts could be compared. In the first of these schemes, decanted from positions and ideas of Hayden White and Keith Jenkins, aesthetic and ideological non-cognitive criteria related to the persuasion of the readership of histories predominate. In the second scheme, represented by the positions of Jouni-Matti Kuukkanen and T.E. Førlund, cognitive criteria related to the qualities of empirical exemplification and logical-argumentative persuasion intrinsic to story texts are predominant. Finally, the third theoretical scheme of comparison, apprehensible in the works of Paul Ricoeur and Jörn Rüsen, recommends a particular synthesis between cognitive and non-cognitive criteria for the validation of academic historiography. Within this third scheme, the idea that the methodical rationality proper to historical knowledge in its academic variants makes it possible for history texts to be useful to people living in the present time from a singular perspective, informed by systematic procedures of empirical foundation and intersubjective criticism, prevails. In this dissertation, the theoretical perspective associated with Ricoeur and Rüsen is privileged, assimilating both cognitive and pragmatic criteria for the validation of academic historiography, thus taking it as a practice regulated by methodical principles of empirical and argumentative pertinence, although entangled in identity dynamics relevant in the present time. I do not believe it is possible to isolate the cognitive ambitions specific to the science of history from interests and practices related to the power struggles constitutive of social life, due to the existential and cultural practical relevance that stories have. Consequently, the practices of justification, validation and comparison on a cognitive basis within academic historiography necessarily interact with the tensions and dilemmas inherent to socio-cultural practices of identity self-affirmation and dispute over material and symbolic power.

Keywords: historiography; narrativism; post-narrativism; pragmatism; hermeneutics; Hayden White; Keith Jenkins; Tor Førlund; Jouni-Matti Kuukkanen; Paul Ricoeur; Jörn Rüsen.

Sumário

Introdução	9
1. Fundamentos estéticos e ideológicos de validação dos textos de história.....	17
1.1. Hayden White: uma síntese particular entre razão e imaginação	21
1.2. Keith Jenkins: a escrita da história enredada nas lutas pelo poder.....	30
1.3. Correspondência e validação das narrativas históricas	36
2. Critérios empíricos e lógico-argumentativos de validação cognitiva dos textos de história.....	44
2.1. Tor Førland: os fatos históricos importam.....	48
2.2. Jouni-Matti Kuukkanen: uma análise pragmatista do discurso historiográfico	59
2.3. Será possível blindar a historiografia acadêmica das questões e conflitos da vida prática?.....	68
3. A validação dos textos de história na encruzilhada entre a autoridade cognitiva e a utilidade para a vida	75
3.1. Paul Ricoeur: representação criativa e realismo crítico	83
3.2. Jörn Rüsen: humanidade à base da verdade.....	96
3.3. Validação simultaneamente cognitiva e ética da historiografia acadêmica...	104
Conclusão: os limites de consenso possível entre agentes sociais diversos	110
Bibliografia.....	116

Introdução

Esta dissertação foi elaborada em torno do seguinte questionamento: até que ponto faz sentido falar em critérios para a comparação e, eventualmente, escolha entre textos de história concorrentes, ou seja, textos que versam sobre os mesmos acontecimentos e estados de coisa no passado? O impulso que motivou a elaboração da mesma tem raízes no tempo presente, remetendo a demandas mais abrangentes por orientação em meio à multiplicidade de interpretações historiográficas atualmente disponíveis, acadêmicas e não-acadêmicas, sobre diferentes passados históricos relevantes; passados ligados ao Brasil de hoje, em especial.¹ A distinção entre versões acadêmicas e não-acadêmicas da história sinaliza já uma primeira fonte de tensionamento. Os textos de história escritos pelos profissionais formados e treinados para serem historiadores são um entre tantos outros canais atualmente disponíveis de conexão com o passado interpretado historicamente. O conteúdo escrito e audiovisual produzido por comentadores de toda sorte e acessível pela internet é outro exemplo. No caso deste último, os procedimentos metódicos de controle de confiabilidade característicos do trabalho intelectual acadêmico, disciplinar e profissional não se aplicariam na sua integralidade; pelo menos, não necessariamente. Qual seria, então, o impacto dessa relativa inobservância de princípios e procedimentos de controle metódico sobre a capacidade das histórias corresponderem à expectativa de fidelidade ao passado projetada nelas pelo seu público-alvo? Conforme se verá nos capítulos seguintes, os critérios possíveis para a comparação entre textos acadêmicos concorrentes -- verdadeiro foco desta dissertação -- pressupõem esquemas de compreensão da tensão existente entre as versões acadêmica e não-acadêmica da história.²

¹ Aqui cito especificamente o passado brasileiro, mas poderíamos abordar as questões da multiplicidade de versões e da diversidade de comentadores de temas históricos, em geral, atualmente disponíveis. Os eventos e os personagens que integram a história da ascensão e queda do fascismo na Europa, das tensões existentes entre os modelos capitalista e socialista de organização econômico-social durante a Guerra Fria, da ascensão da China, entre outros, estão constantemente em destaque no noticiário e nas conversas informais entre “influenciadores digitais” na internet. Raramente os profissionais treinados para a pesquisa e a escrita da história são convidados a tomar parte em tais conversas. Isso implica, a meu ver, com base em ideias sobre o padrão de racionalidade específico da historiografia acadêmica que serão expostos a seguir, em que o público permaneça ignorante das garantias específicas de validade empírica, lógico-argumentativa e ética resultantes da obediência a uma certa metodologia de pesquisa e escrita da história.

² Segundo Keith Jenkins, por exemplo, não haveria diferença de qualquer sorte entre os discursos acadêmico e não-acadêmico da história. Na prática, ambos equivaleriam a investidas de indivíduos e

Além da preocupação geral com as razões que fundamentassem a comparação, em meio a uma diversidade impressionante de mídias e comentadores, entre versões concorrentes do passado histórico, o sentido que esta dissertação adquiriu deve-se muito ao percurso realizado ao longo dos mais de dois anos em que decorreu o trabalho. No início desse percurso, quando o primeiro projeto de pesquisa foi proposto em 2020 ao PPGHIS-UnB, a minha hipótese geral de pesquisa era a de que a inclusão da perspectiva dos negros escravizados, na condição de agentes sociais relevantes, pelos historiadores da escravidão no Brasil a partir da década de 1980 tivesse representado um ganho cognitivo para as histórias escritas sobre a escravidão e sobre a abolição no Brasil.³ Eu pensava, então, que essas histórias de matriz teórico-metodológica culturalista, exemplificadas por trabalhos de João José Reis, Sidney Chalhoub, Sílvia Lara e Robert Slenes, articulavam, de modo coerente e plausível, um conjunto mais abrangente de experiências temporais. Ao incluírem informações sobre o modo como os próprios escravizados interpretavam sua condição social, se adequando ao mesmo tempo que explorando as brechas das estruturas jurídico-econômico-sociais que limitavam suas ações, esses historiadores teriam proposto pontos de vista históricos sobre o passado escravista que estariam melhor substantiados ou exemplificados empiricamente do que fora o caso anteriormente.⁴ O contraponto dessa historiografia pós-1980 seria o modelo estrutural-marxista de explicação da escravidão e da abolição no Brasil, predominante entre as décadas de

grupos sociais em disputa na batalha simbólica pela legitimação de seus interesses materiais. Para Jenkins, diferentes versões da história serviriam a diferentes ideologias, sendo que as ideologias se resumiriam a interesses de dominação material. As ideias do teórico inglês sobre a escrita da história serão abordadas em maior detalhe no primeiro capítulo desta dissertação. Neste momento, é suficiente afirmar que, embora critérios de ordem estética e ideológica pareçam prestar um papel importante na validação dos textos de história, não creio ser convincente o argumento segundo o qual eles esgotariam tal problemática. Para a visão de Jenkins sobre o que é a historiográfica acadêmica na prática, ver: JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001, (cit. p. 43-52).

³ São inúmeros os balanços historiográficos que comentam essa mudança de foco interpretativo no campo historiográfico dos estudos sobre a escravidão negra no Brasil. Entre esses, podemos citar: CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80, *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, p. 13-47, 2009; MARQUESE, Rafael Bivar de. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*. n.169, p. 223-253, 2013.

⁴ A noção de melhor exemplificação empírica das linhas de compreensão histórica do passado propostas pelos historiadores é extraída do esquema tripartite de justificação dos textos de história elaborado por Jouni-Matti Kuukkanen, especialmente da face particularmente epistêmica desse esquema justificatório. Segundo Kuukkanen, nos textos de história seriam apresentados teses ou pontos de vista de compreensão do passado, a favor dos quais as historiadoras ofereceriam argumentos e evidências. Tais teses e os conceitos coligativos integrados por elas seriam passíveis de justificação em base epistêmica, por referências aos critérios de exemplificação, coerência, abrangência, escopo e originalidade. Os contornos gerais da teoria do filósofo finlandês serão apresentados mais detalhadamente no capítulo 2.

1960 e 1970 e simbolizado por trabalhos de Jacob Gorender, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Emília Viotti.

Esta dissertação coloca em primeiro plano o problema que era já subjacente a momentos anteriores da pesquisa, ainda que de forma menos explícita, qual seja, quais podem ser as bases de comparação entre textos de história concorrentes sobre os mesmos fenômenos históricos. Do caminho de pesquisa percorrido, aproveito o entendimento de que as divergências historiográficas não são redutíveis ao conjunto de informações sobre o passado que fundamentam as diferentes interpretações da história. Em vez de partir logo de uma resposta pautada na noção de “ganho cognitivo”, busco agora, na reflexão teórica sobre o ofício das historiadoras desenvolvida por diferentes autores, parâmetros de resolução do problema mencionado. A atenção que eu antes direcionava às controvérsias interpretativas próprias de um campo específico da pesquisa historiográfica no Brasil é deslocada para o problema teórico geral referente aos parâmetros de comparação e eventual escolha entre textos de história concorrentes. Creio que um tal deslocamento seja necessário, pois traz para o centro da cena uma temática anteriormente pressuposta como mais ou menos incontroversa e de simples resolução: como se a descrição das bases de comparação entre versões diferentes do passado escravista brasileiro -- bases cognitivas ou não-cognitivas -- não presumisse uma tomada de posição no longo e tradicional debate filosófico sobre a identidade epistemológica da história. Com o espelho retrovisor voltado para controvérsias historiográficas reais, esta dissertação se dirigiu, então, para algumas elaborações teóricas sobre a história como disciplina acadêmica e sobre a possibilidade de as histórias corresponderem fielmente ou não à realidade dos tempos passados. Como se verá, decidir sobre essa (in)capacidade acarreta impactos diretos sobre o conteúdo dos esquemas de validação dos textos de história e, por consequência, sobre as bases de comparação deles entre si.

Em cada um dos três capítulos subsequentes, dois autores e suas correspondentes reflexões sobre os procedimentos intelectuais implicados na pesquisa e escrita da história são selecionados e interrogados de modo a compor paradigmas diversos de resposta ao problema da validação dos textos de história. No primeiro capítulo, aspectos das teorias da história de Hayden White e Keith Jenkins são entendidos enquanto elementos conformadores de um quadro de referência para a comparação entre textos de história concorrentes fundado em bases estéticas e

ideológicas. Ambos os autores consideram os textos de história composições literárias não redutíveis às informações sobre o passado reunidas pelas historiadoras durante a fase da pesquisa documental. Esses textos conteriam um elemento de síntese, de natureza narrativa, responsável por criar continuidade e inteligibilidade entre vestígios remanescentes do passado antes dispersos e vazios de significado histórico. À vista disso, o sentido de continuidade e inteligibilidade dos acontecimentos passados não seria descoberto pelas historiadoras no arquivo, mas, ao contrário, ativamente construído por elas ao organizarem as informações coletadas no formato de narrativas históricas. A representação narrativa, não a pesquisa, determinaria a natureza criativa e ideologicamente orientada da atividade acadêmica de escrever histórias sobre o tempo passado. Os critérios de comparação entre histórias divergentes remontariam, assim, aos modos variados de expressão dessa criatividade e da orientação ideológica estruturante das narrativas históricas. Com suas preferências estéticas (enraizadas em carências existenciais) ou predileções ideológicas (enraizadas na demanda diferenciada por subsídios simbólicos legitimadores de seus interesses materiais), os leitores seriam os árbitros últimos de uma divergência de caráter não-cognitivo.

Os dois autores em que se centra o segundo capítulo -- Tor Førland e Jouni-Matti Kuukkanen -- abraçam uma perspectiva oposta à representada por White e Jenkins. Førland e Kuukkanen consideram os textos de história resultados de um esforço intelectual por conhecer o passado, mediado pela influência de valores epistêmicos ligados à exemplificação empírica e à argumentação em bases lógico-rationais. Ambos os autores se apropriam do que Kuukkanen chama de “o insight narrativista” -- a tese segundo a qual o conjunto dos enunciados fáticos sobre o passado não é equivalente, em termos lógicos, aos textos completos que integram tais enunciados -- no sentido da composição de um esquema justificatório da historiografia acadêmica em bases cognitivas, em vez de estéticas ou ideológicas.⁵

⁵ *“If this transition [from the concerns prevalent in the analytic philosophy of history to those of the narrativist philosophy of historiography] has to be reduced to only one issue, it is the shift of focus from atomistic linguistic analysis to the whole texts of history [...] the traditional philosophical questions and conceptual studies on causality and explanation, for example, have to be an integral part of the philosophical examination of historiography also in the future. But the same must be said of whole works of history and their texts, which arguably constitute the central historiographical contributions.”* KUUKKANEN, *Post-narrativist philosophy of historiography*, p. 24.

“As we have seen, the establishment of historical facts is of great import. But historians tend to have bigger ambitions. Normally they aspire to produce accounts of higher order: colligations, interpretive explanations, theories, narratives, syntheses [...] My ambition here is not to work out a taxonomy of

Em um tal contexto de ideias, a escolha entre textos de história concorrentes dependeria não de preferências subjetivas do público-leitor, mas de qualidades epistêmicas e lógico-rationais intrínsecas ao texto.

As soluções teóricas para o problema da validação dos textos de história recomendadas por Førland e Kuukkanen não ignoram o caráter construtivo do processo de elaboração das informações remanescentes do passado em sínteses históricas sobre o mesmo. No entanto, esse construtivismo não é descrito por eles nos termos de um engajamento estético ou ideológico das historiadoras com seu objeto de estudo, mas, antes, sob a forma da expressão da originalidade individual. A analogia sugerida entre o procedimento pelo qual algumas teorias científicas são provadas elucidativas e plausíveis e os esquemas de validação cognitiva dos textos de história por eles propostos garante fundamento lógico-razional para um conhecimento, ainda assim, tido como conjectural, falível e inacabado. Esse caráter inconclusivo não seria, portanto, símbolo da inadequação epistemológica dos textos de história: também as teorias consagradas no âmbito das ciências da natureza seriam soluções intelectuais conjunturais, de quando em quando renovadas de modo a satisfazer determinados critérios de conformidade lógica e exemplificação empírica. Em vista disso, os esquemas de validação dos textos de história recomendados por Tor Førland e Jouni-Matti Kuukkanen manteriam o discurso especializado da história relativamente protegido das ameaças de instrumentalização advindas da vida prática, a transcorrer fora dos muros universitários.

O terceiro e último capítulo enfoca sínteses “imperfeitas” do antagonismo relativo existente entre as posições discutidas nos dois capítulos precedentes. Os autores em cujas reflexões teóricas sobre a historiografia acadêmica ele se baseia, Jörn Rüsen e Paul Ricoeur, não conceitualizam a vida prática ou o mundo da ação humanos apenas como fonte de impulsos de instrumentalização do discurso da história. A instrumentalização dos textos de história no sentido da satisfação de predileções estéticas ou da realização de interesses de dominação material e simbólica é admitida como consequência factível, mas não necessária, do enraizamento da historiografia na vida prática humana. As histórias podem ser úteis como fonte de orientação existencial e cultural ao mesmo tempo em que, pela sujeição

formats of historiography but to examine the criteria historians use for comparing and assessing alternative, sometimes conflicting interpretations, whether these interpretations have narrative form (or perhaps an underlying narrative structure) or not.” FØRLAND, Values, objectivity, and explanation in historiography, p. 97.

a princípios e procedimentos de controle metódico, cumprem com as expectativas de fidelidade ao tempo passado nelas depositadas pelo seu público-leitor. A validação dos textos de história incluiria a análise tanto do seu poder persuasivo em face do público-leitor quanto de suas respectivas qualidades empíricas, analíticas e argumentativas intrínsecas. O caráter “imperfeito” dessa síntese de critérios cognitivos e não-cognitivos de validação das histórias derivaria, a meu ver, do seguinte motivo: Ricoeur e Rüsen articulam à reflexão teórica sobre a historiografia acadêmica uma hermenêutica da temporalidade humana. A qualidade de imperfeição remete, nesse sentido, ao fato de que Ricoeur e Rüsen acrescentam à reflexão sobre a historiografia temas e problemáticas ausentes nos capítulos anteriores.

O pensamento da dupla de autores em que cada capítulo se baseia não é, a bem da verdade, simétrico e perfeitamente complementar no sentido das frentes de reflexão abertas, do referencial teórico mobilizado e, por consequência, das soluções recomendadas para o problema da validação dos textos de história. O princípio de associação da dupla de autores e de organização dos capítulos remete ao dilema experimentado pelos filósofos da história e da historiografia desde os anos 1970, assinalado, entre outros intelectuais, pelo filósofo neerlandês Frank Ankersmit em artigo de 1986.⁶ A partir da segunda metade da década de 1970, questões epistêmicas relacionadas a verdade, método, objetividade e explicação teriam sido deslocadas em favor de uma análise estética e retórica da narrativa enquanto elemento de síntese determinante do trabalho de explicar e, sobretudo, escrever histórias. Desde então, os teóricos da história e da historiografia se encontrariam frente ao seguinte impasse: a forma narrativa, tida como elemento de síntese indispensável na escrita de histórias, não seria passível de avaliação e validação em terreno epistêmico. Abordagens filosóficas de cunho “narrativista” ou “epistemológico” se apresentariam, no âmbito da historiografia acadêmica, como mutuamente excludentes. A sequência de capítulos nesta dissertação espelha essa tensão: Hayden White e Keith Jenkins colocam a estrutura narrativa no primeiro plano da análise teórica dos textos de história; Tor Førlund e Jouni-Matti Kuukkanen, em chave epistemológica, consideram a narrativa como uma entre outras estratégias de síntese histórica das informações remanescentes do passado; e, por último, Paul Ricoeur e Jörn Rüsen, por sua vez, buscam uma síntese particular entre a indispensabilidade da forma e função

⁶ ANKERSMIT, Frank R. The Dilemma of Contemporary Anglo-Saxon Philosophy of History. *History and Theory*, v. 25, n. 4, p. 1-27, 1986.

existencial do narrar histórico, de um lado, e os procedimentos metódicos de fundamentação empírica e argumentação racional, do outro.

Esforços de aproximação e síntese das abordagens “narrativista” e “epistêmica” da historiografia, como os empreendidos por Paul Ricoeur e Jörn Rüsen, constituem, a meu ver, as saídas mais promissoras para o problema relativo aos critérios de comparação entre textos de história concorrentes. Isto porque promovem a articulação e integração dos planos utilitário e metódico da pesquisa e escrita da história. Tendo em vista a relevância particular que têm, para este trabalho, as considerações teóricas de Ricoeur e Rüsen sobre a historiografia acadêmica, é apresentada, à maneira de conclusão, uma reflexão sobre algumas das consequências da associação teórica efetuada por eles entre a escrita acadêmica da história e o mundo da ação humana. Desejo, com isso, chamar a atenção para o fundo ético do esquema de validação das narrativas históricas delineado por Ricoeur e Rüsen, relacionado à valorização das histórias baseadas em um leque variado de testemunhos, perspectivas e experiências temporais.

No contexto do paradigma de escolha entre textos de história concorrentes apresentado no terceiro capítulo, a plausibilidade variada das histórias seria associada à capacidade de estas serem significativas e orientarem as ações de grupos mais ou menos abrangentes de pessoas. As histórias melhor fundamentadas em terreno cognitivo aplicariam os procedimentos de exemplificação empírica, análise conceitual e argumentação racional no sentido da síntese e da criação de zonas de consenso e comunicação possíveis entre experiências temporais, teorias explicativas e hierarquias de valor heterogêneas e conflitantes. Esse impulso de pluralização e democratização dos testemunhos, teorias e valores que dá corpo aos textos de história esbarra, com efeito, em consideráveis limitações práticas. De fato, os esquemas de validação cognitiva dos textos de história mediados por princípios racionais teriam, em princípio, o potencial de sintetizar testemunhos e perspectivas de interpretação/explicação histórica conflitantes. No entanto, a efetivação prática desse potencial mediador parece condicionada, a meu ver, às condições socioculturais reais em que os textos de história se originam e para as quais eles retornam.

Argumento, assim, nas considerações finais, que, na prática, os interesses materiais e simbólicos hegemônicos aos quais Keith Jenkins se referia criam interdições e vantagens relativas entre as versões da história em disputa. Na prática,

alguns testemunhos e perspectivas são de difícil -- quiçá, improvável -- conciliação. Na prática, os limites da referência a critérios racionais e argumentativos de escolha entre textos de história concorrentes coincidem com os limites de aplicação do princípio normativo regulador da "busca da paz" proposto por Jörn Rüsen.⁷ O impulso racional pluralizante, de aproximação e mediação pacífica entre pontos de vista divergentes sobre a história, encontraria o seu fiel antagonista na "vontade de poder" que também motiva os agentes sociais.

⁷ *"Terá o embate das culturas a última palavra no discurso sobre as pretensões de validade do pensamento histórico e será a vontade de poder a razão última de seu agir? Ou não devem a busca da paz e a vontade da verdade ser, antes, fortalecidas nesse embate, quando se trata de constituir um sentido sobre a experiência capaz de suscitar concordância?"* RÜSEN, Jörn. *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Ed. UFPR, 2015 (cit. p. 71).

1. Fundamentos estéticos e ideológicos de validação dos textos de história

*“Few historians today would argue that we write the truth about the past”*⁸, afirmou o historiador e teórico da história Alun Munslow na introdução de seu clássico livro de 1997, *Deconstructing History*. O argumento expresso no livro de Munslow a respeito do estatuto epistemológico da historiografia ilustra o efeito, sobre o campo acadêmico específico da pesquisa e escrita da história, de problemas e abordagens crescentemente influentes, desde os anos 1960, entre os filósofos e intelectuais, de modo geral, de tradição ocidental. Tais problemas e abordagens são frequentemente sintetizados na literatura especializada sob o nome de “pós-modernismo”, embora, de modo semelhante, os riscos de simplificação e homogeneização inerentes a esse atalho terminológico não deixem de ser sinalizados. Se a categoria “pós-moderno” faz jus às semelhanças e divergências quanto a objeto, fontes, métodos e implicações políticas das reflexões filosóficas de Michel Foucault, Jacques Derrida e Jean François Lyotard, por exemplo, é tema que escapa ao escopo deste trabalho. É suficiente considerar que o projeto filosófico levado a cabo por esses autores concorreu para o abalo de premissas estruturantes do chamado realismo epistemológico⁹. Consequentemente, tais autores, apropriando-se do legado de muitos outros que os antecederam¹⁰, pavimentaram os caminhos pelos quais, anos mais tarde, Munslow chegaria à conclusão de que exprimir a verdade “objetiva” sobre o passado não era e não poderia ser a finalidade realmente alcançada pelos textos de história.

Alun Munslow -- assim como os dois historiadores cujas ideias sobre os limites e as possibilidades epistemológicas da disciplina acadêmica história serão consideradas neste capítulo, Keith Jenkins e Hayden White --, localiza a questão sobre

⁸ MUNSLOW, Alun. *Deconstructing History*. London: Routledge, 1997, (cit. p. 1).

⁹ *“Do ponto de vista metafísico, o Pós-modernismo é antirrealista, pois afirma que é impossível falar, de alguma maneira que faça sentido, sobre uma realidade com existência independente; em vez disso, o Pós-modernismo propõe uma descrição construcionista e sociolinguística da realidade. Do ponto de vista epistemológico, ao rejeitar a noção de uma realidade com existência independente, o Pós-modernismo nega a razão ou qualquer outro método como meio de adquirir conhecimento objetivo dessa realidade. Ao substituir essa realidade por construtos sociolinguísticos, o Pós-modernismo enfatiza a subjetividade, a convencionalidade e a incomensurabilidade dessas construções”*. HICKS, Stephen. *Explicando o pós-modernismo: ceticismo e socialismo de Rousseau a Foucault*. Tradução: Silvana Vieira. São Paulo: Callis, 2011, (cit. p. 15).

¹⁰ AYLESWORTH, Gary. *Postmodernism*. In: ZALTA, Edward N. (Org.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2015. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2015/entries/postmodernism>.

a escolha entre textos de história concorrentes em um contexto discursivo em que a verdade não é o critério prevalecente. Embora White e Jenkins tenham seguido percursos intelectuais distintos -- explicitados na filiação estruturalista da “*Meta-história*”¹¹ de White, por um lado, e na filiação desconstrucionista de “*A história repensada*”¹² de Jenkins, por outro -- e chegando a conclusões dissonantes, ambos convergem na opinião de que o estatuto cognitivo dos textos de história não corresponde àquele sugerido pelas metáforas do espelhamento, da cópia-fiel e da reconstrução metódica do passado. Os dois convergem, igualmente, em relação ao motivo principal da subsequente instabilidade epistemológica da disciplina histórica: a linguagem, forma da imaginação histórica e veículo da explicação histórica, interagiria com a realidade presente e passada segundo lógicas mais incertas que a da simples correspondência. A linguagem apresenta-se, para ambos, como autorreferencial, isto é, o sistema de significantes e significados que a compreende prescinde, para comunicar ideias efetivamente, da referência a objetos “reais” supostamente exteriores ao discurso.

Para White e Jenkins, princípios de ordem estética e moral seriam determinantes do processo intelectual de pesquisa documental e apresentação literária do passado no formato de narrativas históricas.¹³ A seleção, articulação e ordenamento das informações remanescentes sobre o passado no formato de histórias com início, meio e fim obedeceria, segundo eles, a padrões de classificação e hierarquização, assim como a princípios abrangentes de coligação, nenhum dos quais intrínsecos aos objetos de investigação histórica. A construção de sínteses históricas abrangentes e significativas sobre o passado dependeria, decisivamente, do emprego, pelas historiadoras, de artifícios linguísticos carregados de orientações presentistas, particularmente estéticas no caso de White, e destacadamente

¹¹ WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1973.

¹² JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

¹³ O vocabulário empregado, por Hayden White e Keith Jenkins, para denotar as conexões entre a prática acadêmica de escrever histórias e as práticas extra-acadêmicas de exercício do poder varia ao longo dos textos. No caso do conceito de ideologia, por exemplo, a principal referência de White em *Meta-história* é o sociólogo húngaro Karl Mannheim e sua obra *Ideologia e Utopia*, originalmente publicada em 1929. No caso de Jenkins, o uso do termo “ideologia” se realiza em um campo conceitual menos preciso: “ideológico” se refere, de modo geral, ao que se relaciona com o exercício do poder e a satisfação de interesses materiais de dominação dos indivíduos e grupos sociais uns sobre os outros (em oposição ao que poderia ser considerada uma atitude epistemológica desinteressada, da parte das historiadoras). MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

ideológicas, no caso de Jenkins. Nesse sentido, o texto histórico acrescentaria sempre ao passado algo que não lhe terá sido próprio, algo que pertence ao universo de carências e interesses das próprias historiadoras, que é então projetado sobre o passado via esquemas linguísticos culturalmente consagrados de elaboração de sentido. Texto ou linguagem e “realidade” não são considerados, nesse contexto, entidades simétricas, não sendo possível estabelecer correspondência entre elas e, por consequência, enunciar verdades incontestes seja sobre o presente, seja sobre o passado.

Nesse sentido, a perspectiva teórica representada por Hayden White e Keith Jenkins circunscreve a pergunta pelos critérios de escolha entre textos de história concorrentes a um contexto geral de ideias conformado pelas seguintes premissas: 1) a identidade epistemológica da disciplina acadêmica história não é determinada pelas técnicas e procedimentos de pesquisa e crítica documentais, mas pela estrutura linguística e narrativa profunda da racionalidade histórica; 2) as palavras não se relacionam diretamente e inequivocamente com as coisas nomeadas e descritas por elas. Ao contrário, o funcionamento da linguagem prescinde de referência direta ao “real” e se apoia nas redes de associação interna dos signos entre si; 3) considerando o fato da indeterminação semântica da linguagem, os textos de história têm aptidão para falar sobre passados históricos possíveis, nunca sobre o passado histórico incontestavelmente verdadeiro; 4) inexitem referenciais supra-históricos e não-contingentes de fundamentação da validade do discurso historiográfico sobre o passado, já que as narrativas históricas resultam do emprego de estratégias linguísticas de figuração poética do passado cultural e temporalmente condicionadas; e, 5) os referenciais de validação do discurso historiográfico sobre o passado são eminentemente estéticos e morais, articulados a partir de demandas e interesses nascidos da vida presente das historiadoras.

Servir a finalidades práticas traçadas a partir de demandas e interesses originados no presente e projetados sobre o passado via esquemas linguísticos de atribuição de sentido: esse seria, de fato, o resultado e o efeito alcançados pelos textos de história e pelas sínteses de enunciados factuais neles contidas. Nota-se, à vista disso, que, desde a década de 1970, os temas então tradicionais à reflexão filosófica sobre a escrita da história -- explicação, método, objetividade, cientificidade e verdade -- foram deslocados em favor de uma filosofia estetizante, “ideologizante” e pragmática da escrita da história. Hayden White e Keith Jenkins julgam que inexitem

razões que justifiquem a crença de que as historiadoras, por meio de intrincadas metodologias de pesquisa e convenções disciplinares de formatação textual, tenham acesso privilegiado ao passado em sua pura objetividade e facticidade. As historiadoras ofereceriam apenas uma versão possível, entre tantas outras, sobre o significado geral dos acontecimentos e transformações temporais relatados. As narrativas históricas poderiam ser textualmente formatadas com base na gramática ou no protocolo disponibilizados por outros tropos da linguagem poética, que não o tropo irônico hegemônico em âmbito acadêmico desde o fim do século XIX, diria Hayden White.¹⁴ Ou, as narrativas históricas poderiam articular passado e presente sob a égide de interesses e ideologias progressistas, direcionados à libertação e ao empoderamento de grupos sociais subalternizados, diria Keith Jenkins.

A seguir, serão apresentados os resultados de um esforço de leitura de alguns trabalhos de White e Jenkins direcionado à composição de um cenário de ideias que justifique a escolha entre textos de história concorrentes. Embora a necessidade de uma resposta para esse problema não tenha sido o motor da escrita de tais trabalhos, White e Jenkins não puderam deixar de oferecer alguma orientação nesse sentido ao ponderarem sobre a relação entre pesquisa histórica e representação narrativa, fatos verificáveis sobre o passado e sínteses históricas abrangentes, enunciados simples sobre o passado e textos de história. Ao fim da apresentação dos contornos de duas soluções possíveis ao problema -- traçadas a partir do sistema conceitual articulado por cada um dos dois autores --, buscarei sintetizar suas particularidades em torno do que acredito ser uma linguagem ou paradigma de escolha entre textos de história concorrentes portador de potencialidades e insuficiências.¹⁵

¹⁴ *“Talvez não passe despercebido que este mesmo livro está vazado num modo irônico. Mas a ironia que o informa é consciente e, portanto, representa uma volta da consciência irônica contra a própria ironia. Se lograr estabelecer que o ceticismo e o pessimismo de grande parte do pensar histórico contemporâneo têm suas origens numa disposição de espírito irônica, e que esta disposição de espírito é por sua vez apenas uma dentre muitas posturas possíveis a adotar diante do registro histórico, terá proporcionado alguns dos motivos para uma rejeição da própria ironia.”* WHITE, *Meta-história*, p. 14-15

¹⁵ Além do tema das bases de comparação entre textos de história divergentes sobre os mesmos acontecimentos e estado de coisas do passado não ter sido central nas reflexões teóricas de Hayden White e Keith Jenkins, ambos os autores, em certa altura de seu percurso acadêmico, redirecionaram sua atenção – e expectativas de renovação estética e ideológica – para outras modalidades de representação escrita do passado que não a historiografia acadêmica. Em entrevista concedida ao historiador e filósofo neerlandês Herman Paul em 2005, Hayden White afirmou o seguinte: *“it was naive of me to think that historians would take any notice of this. I was naive to hope that the historical discipline could change. On this point – as on so many, by the way – I have changed my mind. I now hold higher expectations of what is happening outside of the historical profession. For historians do not have a monopoly on the past. Journalists and writers engage in it too – often in more original and relevant ways than historians do.”* Keith Jenkins, por sua vez, passou a adotar em seus trabalhos mais recentes uma posição mais radical, segundo a qual, no atual mundo supostamente “pós-moderno”, não haveria, em

1.1. Hayden White: uma síntese particular entre razão e imaginação

A breve e certamente limitada exposição que será feita a seguir de algumas das ideias do teórico da história Hayden White tem como propósito alcançar um objetivo muito específico: tornar evidente que o autor norte-americano, particularmente em *“Meta-história”*¹⁶, percebia a historiografia como resultante de um

absoluto, a necessidade de escrever e ler histórias, isto é, de validação de planos de vida presentes e futuros por remissão ao tempo passado. As histórias de tipo experimental em forma e conteúdo pleiteadas por White e, inicialmente, por Jenkins, foram reconsideradas, pelo teórico inglês, como resultantes – do mesmo modo que a historiografia acadêmica e empirista -- de um ato de “violência representacional” [*“meanings are determined by “power relations” and ... [bringing] a meaning into the world is ultimately ‘an act of violence’*”]. Para Jenkins, seria insuficiente um modelo de escrita da história que reconhecesse seu respectivo “posicionamento” normativo. Isto porque, quando tais histórias tornam-se versões autorizadas do tempo passado – ou seja, quando perdem seu caráter contestatório e emancipatório das formas de poder instituídas –, elas se converteriam em meros veículos de simplificação radical da realidade. Como afirma o historiador finlandês Kalle Pihlainen, *“so the fundamental intuition underlying Keith’s later position – it seems to me at least – is that if the argument for postist relativism and alterity is accepted, any form of representation becomes a problem”*. Ver, PAUL, H. Hayden White: A Portrait in Seven Poses [in Chinese]. *The World History Review*, v. 7, n. 3, p. 24-46, 2020, (cit. p. 10); PIHLAINEN, Kalle. Escaping the confines of history: Keith Jenkins. *Rethinking History*, v. 17, n. 2, p. 235-252, 2013 (cit. p. 248-249).

¹⁶ A escolha do livro de 1973 como porta de entrada para o pensamento de Hayden White sobre a história se justifica tanto com base na notoriedade da obra, quanto no fato de que ela sintetiza um conjunto diverso e heterogêneo de preocupações presentes em outros trabalhos do autor. Poderíamos afirmar, de outro modo e ressonando Herman Paul, que *Meta-história* deixa transparecer diversas facetas do historiador, filósofo, crítico literário, teórico da cultura, ensaísta, professor e humanista existencialista Hayden White. Me interessam, particularmente, no contexto desta dissertação, as facetas de teórico da cultura e de humanista existencialista engajado. O cerne da faceta “teórico da cultura” apontada por Paul estaria associado à postura crítica tradicionalmente associada a essa categoria de intelectuais e atribuível a White. Assim como *“cultural theorists seek to unmask the ideological meanings and political implications of ‘traditional’ notions of progress, continuity, teleology, causality, agency, and authorship”*, Hayden White demonstrava clara predileção por histórias que empoderassem os sujeitos em face da força conservadora de convenções e tradições que lhes constriam o pensamento e a ação no presente. Além das convenções estéticas e morais limitantes da historiografia acadêmica, foram alvo das críticas de Hayden White as contradições do modelo capitalista, corporativo e consumista de organização da contemporânea sociedade norte-americana. A faceta “humanista existencialista” remete, por seu turno, às convicções pessoais de White quanto à coragem necessária aos seres humanos para assumirem a responsabilidade que caberia exclusivamente a eles mesmos pelo sentido de suas vidas. As duas facetas destacadas estariam, por seu turno, inter-relacionadas: a atitude crítica é o método de pensamento do sujeito autoconsciente de sua liberdade de construir o mundo com base em sentidos elaborados e autorizados por ele mesmo. Nesse ponto, segundo Paul, White se afasta de autores com os quais ele é frequentemente associado, tais como Michel Foucault e Jacques Derrida. O fato de que a fonte última da autoridade do sentido histórico elaborado fosse o próprio sujeito do discurso não equivaleria, para White, a uma queda no “irracionalismo” ou “absurdismo”. Frente à contingência do mundo, restaria inabalável a autoridade da liberdade e da correspondente responsabilidade intransferível que cabe aos seres humanos pelas suas vidas. Ver, PAUL, *Hayden White: a Portrait in seven poses*, p. 13-16; 21-24.

procedimento imaginativo e intelectual guiado também pelos princípios e regras da livre discussão e da argumentação fundamentada.¹⁷

Embora White julgasse que a historiografia fosse uma “protociência” e as explicações historiográficas apenas “impressões de explicação”, escrever textos de história concebidos nos moldes de algum dos quatro tropos da linguagem figurada era, ainda assim, considerado, pelo autor, uma prática racional. Não haveria modo de distinguir entre os “protocolos linguísticos” de imaginação e organização do campo histórico mobilizados pela historiografia de Michelet ou de Ranke, ou pelas filosofias da história de Hegel ou Marx, aquele que correspondesse com maior fidelidade à dinâmica do “real”. Ainda assim, admite-se que “*na sua filosofia da história, Hegel apresentou uma **justificação racional** para concebê-la no modo sinedóquico*”¹⁸ [grifo meu]. Mesmo no campo da explicação por implicação ideológica, White não considerava o apocalipticismo, o reacionarismo e o fascismo posições éticas válidas sobre a natureza do conhecimento histórico e das implicações dele sobre o tempo presente, precisamente porque elas não seriam portadoras de um atributo essencial do pensamento racional: a responsabilidade cognitiva¹⁹. Ao contrário, tais posições ideológicas obedeceriam às prescrições de distintos modelos irracionais de reivindicação de autoridade cognitiva -- fundada na revelação divina, na prática de uma classe ou grupo ou no líder carismático, respectivamente. Embora sejam longas, as seguintes citações diretas de “*Meta-história*” evidenciam bem o ponto da teoria da história de White que desejo destacar:

¹⁷ Apesar das duras críticas tecidas por Hayden White à escrita acadêmica da história, ele a considerava uma atividade intelectual racional. Ou melhor, o autor norte-americano identificava nas modalidades poéticas diversas de imaginar o tempo passado, e nas múltiplas formas de combinação delas com tipos de enredo, argumentação e ideologia vertentes de síntese possível entre razão e imaginação. A depender de como razão e imaginação seriam interrelacionadas no discurso, formatos e estilos inéditos de atribuição de significado ao tempo passado seriam inaugurados. Os quatro tropos da linguagem poética seriam, nesse sentido, modos diversos de conceber a conexão entre esses dois polos. No contexto da leitura de *Meta-história* que será proposta, White considerava que os textos de história relevantes para a contemporaneidade articulam compromissos, pelas historiadoras, de responsabilidade cognitiva e de responsabilidade moral. Os textos de história deveriam, ao mesmo tempo, responder racionalmente e publicamente pelas posições cognitivas que marcam, e estética e moralmente pelas possibilidades existenciais de vida e futuro que abrem. Para uma análise multifacetada do autor e sua obra, ver: PAUL, *Hayden White: a Portrait in seven poses*, p. 8-10.

¹⁸ WHITE, *Meta-história*, p. 53.

¹⁹ WHITE, *Meta-história*, p. 38.

“E, embora se empenhem em polêmicas com representantes de outras posições, os porta-vozes desses pontos de vista [apocalipticismo, reacionarismo e fascismo] não acham necessário firmar a autoridade de suas posições cognitivas em premissas racionalistas ou científicas. Assim, ainda que apresentem teorias específicas da sociedade e da história, essas teorias não assumem suas responsabilidades diante da crítica desfechada por outras posições, diante dos “dados” em geral ou do controle pelos critérios lógicos de consistência e coerência.”²⁰

“As quatro posições ideológicas básicas identificadas por [Karl] Mannheim [anarquismo, conservantismo, radicalismo e liberalismo], porém, representam sistemas de valores que reivindicam a autoridade da “razão”, da “ciência” ou do “realismo”. Essa reivindicação compromete-as tacitamente com a discussão pública com outros sistemas que invocam a mesma autoridade. Torna-as epistemologicamente autoconscientes de um modo que os representantes dos sistemas “autoritários” não são, e engaja-as no esforço de compreender “dados” descobertos por investigadores do processo social que trabalham com pontos de vista alternativos.”²¹

É curioso perceber como a teoria da história de Hayden White, mesmo no que concerne ao conteúdo e às implicações ideológicas da historiografia, não é indiferente à importância de uma atitude epistemologicamente autoconsciente da parte das historiadoras. Seguindo essa perspectiva, o trabalho da historiadora cognitivamente responsável compreenderia tanto a fundamentação de suas respectivas **posições cognitivas** em dados verificáveis, quanto a articulação da diversidade de informações sobre o passado em pontos de vista logicamente consistentes e coerentes sobre a realidade histórica. Adiantando parte do que será apresentado adiante, o sentido da argumentação de White nos trechos destacados parece apontar para uma direção

²⁰ WHITE, *Meta-história*, p. 38.

²¹ WHITE, *Meta-história*, p. 38.

semelhante à das teorias de justificação da historiografia com base em virtudes epistêmicas tais como a abrangência e a consistência.

É preciso ter cautela ao traçar tais paralelos, no entanto. Isto porque, segundo White, a construção de uma sequência argumentativa explicativa dos processos de transformação temporal sucederia ao ato primeiro, essencialmente poético, de perceber, organizar, imaginar ou prefigurar o amontoado heterogêneo de informações sobre o passado nos moldes disponibilizados por tradicionais arquétipos linguísticos. Partindo do pressuposto estruturalista de que os códigos linguísticos constituem sistemas de signos apenas indiretamente vinculados ou referentes aos “objetos exteriores” que, em princípio, nomeiam e descrevem, White considera o pensamento histórico “*cativo do modo linguístico no qual procura apreender o contorno dos objetos que povoam seu campo de percepção*”²².

Assim como um signo linguístico -- isto é, a relação entre significantes e significados -- não une sons/imagens a conceitos/significações por força de um “objeto externo”, os textos de história não uniriam modelos poéticos de prefiguração a significado e sentido históricos por força vinculativa dos vestígios remanescentes do passado. O conjunto extenso e diversificado de dados disponíveis sobre o passado é, segundo White, preparado para análise e explicação via elaboração de enredo, argumentação formal e implicação ideológica por procedimentos de figuração linguística, pré-cognitivos e pré-críticos, cujo grau variável de fidelidade ao “real” é indeterminável. Nesse sentido, os historiadores clássicos do século XIX investigados por ele em “*Meta-história*” podem ter oferecido razões empíricas e lógico-rationais convincentes a favor de histórias protagonizadas por indivíduos, classes ou forças sobrenaturais a realizarem revoluções ou intervenções miraculosas. Ou ainda, histórias em que forças antagônicas se enfrentam obstinadamente até o fim, ou até que seja possível algum tipo de conciliação entre elas. Ou mesmo, até que um herói ou uma heroína triunfe sobre tais forças e mude o curso dos acontecimentos.²³ A imaginação dos contornos da realidade histórica em qualquer desses moldes é, segundo White, no entanto, um ato poético anterior ao estabelecimento mesmo das condições epistemológicas e metodológicas de análise histórica do passado. Aqui, a ordem dos fatores altera o resultado do cálculo teórico: para Hayden White, a

²² WHITE, *Meta-história*, p. 14.

²³ PAUL, *Hayden White: a Portrait in seven poses*, p. 7.

historiadora cognitivamente responsável argumenta publicamente a favor de sínteses históricas abrangentes em bases empíricas e lógico-rationais dependentes do ato poético e pré-cognitivo originário de prefiguração metafórica, metonímica, sinedóquica ou irônica do registro inicialmente desconexo de informações sobre o passado.

A meta-história de Hayden White não é, portanto, um manifesto pela desconsideração da fundamentação empírica de enunciados simples sobre o passado, da análise conceitual e da argumentação formal em bases racionais como fatores constitutivos do procedimento intelectual expresso nos textos de história.²⁴ No entanto, tais fatores não são considerados por White esclarecedores da estrutura profunda do pensamento, ou melhor, da imaginação histórica. Os textos de história “cognitivamente responsáveis” até justificam sua reivindicação de autoridade explicativa ou de fidelidade ao “real” em bases empíricas e lógico-argumentativas. O campo lógico-argumentativo e de fundamentação empírica em que isso acontece é, entretanto, aberto por um ato imaginativo anterior, pré-cognitivo e pré-crítico. Imaginativo aqui quer dizer que divisar entre o acumulado de vestígios remanescentes do passado um conjunto ordenado de acontecimentos com significado abrangente é obra de uma síntese particular, pelo historiador, entre o pensar e o sonhar. Ao projetar os contornos da história segundo um modelo, entre outros, de “realismo”, a historiadora, concomitantemente, traduz a dinâmica do presente e projeta -- ou sonha -- futuras “realidades” possíveis.²⁵

²⁴ A palavra manifesto não é empregada aqui ao acaso. Ela descreve bem o estilo provocativo e engajado característico de Hayden White, expresso em “*Meta-história*” e em outros trabalhos do autor. Nesse sentido, a argumentação construída por White em “*Meta-história*”, particularmente, pode até não concorrer para uma manifestação aberta de depreciação da pesquisa histórica. Ela soma, por outro lado, para a manifestação aberta de outros posicionamentos do autor, como, por exemplo, o de que a escrita de textos de história – de modo semelhante à escrita de textos ficcionais – tem o potencial de ser útil aos seres humanos, orientando-lhes no presente e alimentando seus sonhos de futuro. White foi, como afirma Herman Paul em diferentes ocasiões, um humanista existencialista, pessoalmente inspirado pelos escritos de Albert Camus e Jean Paul Sartre. Seu percurso intelectual testemunha o alcance dos temas que o interessava, fato evidente, a meu ver, no subtítulo mesmo do livro de 1973: a imaginação, as formas estéticas que ela adquire, os interesses ideológicos aos quais ela dá forma não são matéria de relevância exclusiva para os profissionais que se ocupam de fazer pesquisa arquivística e escrever narrativas históricas. As formas estéticas culturalmente definidas de pensar e imaginar o tempo têm, no entendimento de White, relevância existencial para os seres humanos, de modo geral. Segundo Herman Paul, “*his [White] abiding concern, after all, was meaning, moral choices, or a life worth living.*” PAUL, *Hayden White: a Portrait in seven poses*, p. 22.

²⁵ “*White held that the way one approaches history eventually depends on the individual will: ‘That is to say, one can either adopt Marx’s philosophy of history as providing the perspective from which one wills to view one’s own place in the stream of historical becoming or one can reject it on similarly voluntaristic grounds’*”; “*White believed that logos and mythos are equally important aspects of the human imagination. Consequently, historical imagination – a keyword from the book’s subtitle – must also be*

Para White, não há historiografia possível sem o engajamento moral das historiadoras com o passado: o modelo “realista” de prefiguração poética do campo histórico em que os textos são vazados contêm prescrições -- menos explícitas que as encontradas nas filosofias especulativas da história, mas nem por isso menos influentes -- sobre os termos ou a pertinência mesma dos atos de avaliar e responsabilizar moralmente ações e agentes do passado. A opção por uma forma poética de “realismo” centrado na pretensão de isolar o estudo do passado da influência dos problemas da vida presente, na subordinação do ímpeto julgador ao projeto de compreensão do passado histórico “em seus próprios termos”, enfim, na esterilização do potencial orientador e inspirador da historiografia para a vida prática presente e futura é igualmente portadora de uma mensagem moral. Um tal modelo de “realismo” histórico é identificado por White como “irônico”, tendo sido transformado em paradigma normal da historiografia ocidental acadêmica no final do século XIX.

“*Meta-história*” continua, em larga medida, a reflexão filosófica desenvolvida por Hayden White em trabalhos anteriores, destacadamente no ensaio “*The burden of history*”, publicado originalmente em 1966.²⁶ Nesse sentido, a teoria dos tropos de prefiguração poética do passado pela qual a obra se tornou conhecida nasceu, entre outras razões, do comprometimento pessoal do historiador norte-americano com valores e princípios humanistas e existencialistas. “*Meta-história*” é, na verdade, um manifesto de libertação da imaginação histórica do que White considerava restrições que lhe tinham sido impostas pela perspectiva irônica de “realidade” e “objetividade” prevalente no discurso historiográfico desde as décadas finais do século XIX. Ao demonstrar que esse modelo de “realismo” histórico era apenas um entre outros igualmente válidos em termos epistemológicos, White pretendia destacar e valorizar a liberdade -- e a responsabilidade correspondente -- de que gozariam as historiadoras ao imaginarem o passado, traduzirem o presente e projetarem futuros plausíveis. A

understood as a matter of both thinking and dreaming.” PAUL, Herman. *Hayden White: the historical imagination*. Cambridge: Polity, 2011 (cit. p. 69).

²⁶ “The book that made White most famous was *Metahistory*. In no fewer than 448 pages, this study synthesized almost everything that White had done so far. Following the program outlined in “*The Burden of History*” and the Toronto lecture of 1969, *Metahistory* examined how “liberating” or “constraining” the metahistories of some classic, nineteenth-century historians and philosophers of history had been. Simultaneously, it openly advocated a mode of realism able to accommodate the utopian political vision that White had embraced in the late 1960s.” PAUL. *Hayden White: the historical imagination*, p. 57.

mensagem de fundo de “*Meta-história*” consiste em uma exortação estética e moralmente motivada, dirigida, pelo autor, aos historiadores de profissão: que libertem sua imaginação histórica dos parâmetros limitantes de “cientificidade” e “objetividade” subjacentes ao modelo irônico de prefiguração poética do passado.²⁷

Segundo Herman Paul, White teria sido motivado pela mesma questão animadora da “*Segunda Consideração Intempestiva*”²⁸ de Friedrich Nietzsche: “*how to rescue the past from the hands of those who treat it as essentially unrelated to the present?*”²⁹ Assim como Nietzsche, White acreditava no “poder da vontade” como elemento determinante do processo de libertação da criatividade humana das restrições aplicadas a ela pelo próprio pensamento.³⁰ A imaginação da realidade histórica segundo o protocolo linguístico proporcionado pela figuração poética metafórica, metonímica ou sinedóquica do passado dependeria, em última instância, da vontade individual da historiadora de assim imaginá-la, orientada por suas próprias inclinações estéticas e éticas.³¹

A insistência de White na tese de que inexistem barreiras epistemológicas de supressão da liberdade das historiadoras de combinarem e explorarem as “afinidades eletivas” existentes entre os múltiplos tropos da linguagem poética, modelos de enredo, argumentação formal e implicação ideológica reforçam a importância do engajamento moral autoral na escrita da história. A adoção da filosofia da história de Karl Marx como paradigma de percepção da realidade histórica, por exemplo, se justificaria, em última instância, no desejo do intérprete da história de ver a sua própria condição temporal organizada nos termos do marxismo.³² As convicções éticas pessoais de Hayden White, fundantes da proposta teórica expressa em “*Meta-*

²⁷ *Se se puder mostrar que a ironia é somente uma dentre numerosas perspectivas da história, cada uma das quais tem boas razões de existência num nível de consciência poética e moral, a atitude irônica começará a perder sua condição de perspectiva necessária à consideração do processo histórico. Os historiadores e filósofos da história estarão livres para conceitualizar a história, perceber-lhe os conteúdos e construir narrativas dos processos históricos na modalidade de consciência que seja mais coerente com suas próprias aspirações morais e estéticas.* WHITE, *Meta-história*, p. 441.

²⁸ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

²⁹ PAUL, *Hayden White: the historical imagination*, p. 64.

³⁰ PAUL, *Hayden White: the historical imagination*, p. 65.

³¹ “*Like Nietzsche, White believed that such a ‘liberation of the creative imagination from restrictions placed on it by thought itself’ required a strong ‘power of the will.’*” PAUL, *Hayden White: the historical imagination*, p. 65.

³² WHITE, *Meta-história*, p. 283.

história”, diluídas em todo o corpo do texto e centradas nas noções de livre-arbítrio e responsabilidade individual, respaldam a contiguidade traçada pelo autor entre a liberdade de que gozam os historiadores ao imaginarem a “história” e a liberdade dos seres humanos de “fazê-la”. Romper com a perspectiva irônica de organização poética da realidade histórica equivaleria, assim, a apoderar-se intelectual e criativamente não apenas do passado, mas igualmente do presente e do futuro nos termos de outros protocolos linguísticos.³³

No que se refere ao problema específico que interessa a esta dissertação, a teoria da história de White representa um chamamento à transcendência dos limites criativos antepostos pelo modelo irônico de prefiguração histórica aos esforços de representação “realista” do passado. Como já foi lembrado, não há, segundo White, modo de distinguir, em bases epistemológicas, qual tropo da linguagem figurada -- se metafórico, metonímico, sinedóquico ou irônico -- corresponde com maior fidelidade à “realidade” das transformações temporais. No entanto, o historiador norte-americano não apenas demonstrava predileção pessoal pelo estilo historiográfico de autores “pré-profissionais” como Alexis de Tocqueville e Jules Michelet, mas também os considerava representativos de uma “era de ouro” da historiografia.

Segundo Herman Paul, “*Meta-história*” constitui uma espécie de história disciplinar invertida, já que a profissionalização da escrita da história nas décadas finais do século XIX é representada em suas páginas como resultado de um processo de declínio da reflexão histórica.³⁴ A disciplina acadêmica nascida desse processo de profissionalização teria, segundo White, rejeitado a riqueza das reflexões históricas desenvolvidas por reconhecidos filósofos da história e intérpretes da tradição romântica, classificando-os como inadequados aos parâmetros acadêmicos de

³³ Conforme se verá a seguir, Hayden White tinha suas próprias preferências. Independente dos nomes de historiadores e filósofos clássicos do século XIX especificamente citados em *Meta-história* em tom elogioso, o cerne do projeto teórico de White reportava à confiança inabalável do autor norte-americano nas ideias de liberdade humana e responsabilidade moral. Nas palavras de Herman Paul, “*as far as I can see, the only way of resisting ideological irony, while remaining loyal to a form of epistemological irony, would be to adhere to a non-dogmatic ideology, that is to say, to an ideology in which diversity, tolerance and recognition of others are regarded as important values [...] So, instead of allowing historians to choose whatever moral perspectives they would like – including “dogmatic,” non-ironical ideological positions – White wanted them to be converted to an ideology that emphasizes reality’s complexity and the importance of a moral commitment.*” Ver: PAUL, Herman. An ironic battle against irony: epistemological and ideological irony in Hayden White’s philosophy of history, 1955–1973. In: KORHONEN, Kuisma (ed.). *Tropes for the past: Hayden White and the history/literature debate*. Amsterdam: Rodopi, 2006, p. 35-44 (cit. p. 43).

³⁴ PAUL, Hayden White: *the historical imagination*, p. 59-62.

objetividade e imparcialidade que então se estabeleciam. A historiografia acadêmica nascente no século XIX deveria, segundo seus proponentes, se abster de formular julgamentos presentistas sobre o passado, reservando-se a tarefa exclusiva de explicá-lo em sua própria inteligibilidade. White admirava um autor como Tocqueville pela razão oposta:

*Segundo Paul.... “Most decisive, however, was that Tocqueville had not merely contemplated “how this grew out of that,” but sought to link past and present by interpreting present-day problems in the light of the past experience and vice versa. This, as we have seen, was White’s greatest dream.”*³⁵

Para White, enfim, a boa historiografia não apenas é racional e lógico-argumentativa ao justificar as escolhas conceituais, estéticas e ideológicas que lhe dão corpo. Ela, adicionalmente, não se exime de fornecer subsídios -- de preferência, socialmente progressistas e centrados na autonomia e responsabilização individual -- para a discussão e resolução dos problemas que afligem aqueles que vivem o presente e esperam o futuro. Herman Paul define White como um *“liberation historian”*³⁶: o conservador que ousa assumir um posicionamento crítico em relação às suas tradições ou o historiador acadêmico que descobre que a sua abordagem “realista” é apenas uma entre tantas outras possíveis são exemplos de efeitos pretendidos pela *“Meta-história”* de White. *“Meta-história”* expressa ainda a expectativa de White de que as historiadoras se liberassem do poder limitador exercido pelas convenções disciplinares de expressão estética e implicação ideológica sobre a imaginação histórica. Não havendo parâmetros de ordem cognitiva que justificassem a escolha necessária pelo modelo irônico de prefiguração do campo histórico, as historiadoras estariam livres para explorar criativamente a indeterminação semântica do passado histórico. A prevalência da liberdade individual de escolha -- e da responsabilização moral correspondente -- sobre a autoridade cognitivamente injustificável das convenções disciplinares: esse deveria ser o fundamento tanto da

³⁵ PAUL, *Hayden White: the historical imagination*, p. 60.

³⁶ PAUL, *Hayden White: the historical imagination*, p. 62.

escolha das historiadoras entre os tropos da linguagem poética culturalmente disponíveis, quanto da seleção, pelos leitores, da narrativa que melhor espelhasse suas preferências estéticas e morais.³⁷

1.2. Keith Jenkins: a escrita da história enredada nas lutas pelo poder

Como já mencionado, o relativismo epistêmico de onde germinaram as teorias sobre a história de Hayden White e Keith Jenkins se prende à premissa epistemológica de que o funcionamento da linguagem, enquanto um sistema de signos e significados pelo qual os seres humanos descrevem as experiências que vivem, independe de referência direta à “realidade” dessas experiências. Embora essa ideia já tenha sido apresentada anteriormente neste capítulo, voltar a ela é indispensável antes de avançarmos para a exposição do pensamento de Jenkins sobre o que é o conhecimento histórico, na teoria e na prática. Os termos, o alcance e as consequências, para a pesquisa e a escrita da história, da atitude cognitivamente relativista de Jenkins são radicalmente outros. Assim, mesmo sendo possível reportamos o “giro linguístico”³⁸ da historiografia -- dos quais Hayden White e Keith

³⁷ Nas palavras de Herman Paul, *“Metahistory was therefore not a book on professional standards of judgment that historians use in determining whether, for instance, Jonathan Israel’s books on the early Enlightenment are more convincing than Peter Gay’s The Enlightenment. Metahistory rather raised the more fundamental question whether we should practice academic historical writing at all.”* Nesse sentido, os subsídios teóricos que Hayden White oferece para a solução da questão que orienta particularmente esta dissertação derivam da tese geral apresentada pelo autor em *Meta-história*: a fórmula narrativa irônica, transformada em modelo de cientificidade pelo discurso acadêmico da história no século XIX, constitui uma, entre outras, perspectivas possíveis de visualização do processo histórico. Em um nível poético e moral de consciência, os historiadores e os seus leitores estão autorizados a interpretar o seu presente e projetarem o seu futuro – à luz de um determinado enquadramento poético do passado – do modo que melhor satisfaça às suas aspirações existenciais. Os textos de história pelos quais Hayden White advogava seriam aqueles capazes de inspirar o potencial criativo da imaginação e ação humanas – de seres humanos plenamente conscientes de que a história e o mundo em que vivem são resultado exclusivo de sua inteligência e vontade. Segundo o próprio historiador norte-americano: *“I don’t think you find anywhere else [além do existencialismo] a better view of the contingency of the world and of the responsibility that we have to take for our lives – that, as Sartre would say, there is no god to whom we can pass on that task. So, for us modernists, history is not something trivial, as some of my critics think. Far from it, if there is no god, history is all we have.”* PAUL, *Hayden White: a Portrait in seven poses*, p. 24.

³⁸ *“O giro linguístico veio a tornar-se um rótulo conveniente para evocar a afirmação de que a linguagem é autorreferente. Ou seja, no lugar da ideia de que a linguagem constitui-se basicamente como um meio para referir-se a objetos do mundo real (portanto como um elemento neutro para referir-se, nomear ou qualificar o real), ela possui sua especificidade e está longe de ser neutra.”* SILVA, Rogério Forastieri

Jenkins são representantes -- a um conjunto de teses estruturalistas e pós-estruturalistas sobre a natureza do conhecimento produzido pelas ciências humanas, White e Jenkins respondem, teoricamente, de modo diverso à impossibilidade epistemologicamente dada das narrativas históricas corresponderem ao passado.

Ante o problema da validação dos textos de história em um contexto de impraticável correspondência com o passado, o relativismo de White é delimitado pelo quadro de recursos de expressão poética disponibilizados pela tradição ocidental. A imaginação histórica recorre, segundo White, a modelos poéticos previamente existentes de configuração das informações remanescentes sobre o passado em sínteses narrativas portadoras de significado histórico. Na confecção dos textos de história, a escolha entre tais modelos tropológicos de imaginação do passado interage, por sua vez, com a opção entre os diferentes modos disponíveis de argumentação racional, tecitura de enredo e implicação ideológica. O estilo historiográfico próprio aos clássicos da historiografia analisados por White em "*Meta-história*" resultaria de uma correlação particularmente criativa -- explorando as respectivas afinidades e contradições recíprocas -- entre esses quatro níveis do processo intelectual de explicação e escrita da história. A criatividade subjetiva das historiadoras -- ingrediente indispensável para a transformação, em história, dos vestígios escritos e materiais do passado -- seria exercitada, assim, em um contexto estruturalmente limitado de recursos linguísticos disponibilizados pela tradição literária ocidental.

No contexto das reflexões teóricas de Keith Jenkins, por outro lado, não existem limites para o efetivo exercício da criatividade subjetiva das historiadoras ao explicarem e escreverem a história. Isso acontece porque o historiador inglês considera a escrita da história, essencialmente, um campo discursivo de disputa por poder material e legitimação simbólica entre os diferentes grupos integrantes de uma dada coletividade. A escrita da história não é, na perspectiva de Jenkins, matéria de reflexão propriamente epistemológica e metodológica, mas ideológica e utilitarista.³⁹

da. A história da historiografia e o desafio do giro linguístico. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 8, n. 17, 2015, (cit. p. 283).

³⁹ "O fato de que a história propriamente dita seja um constructo ideológico significa ela está sendo constantemente retrabalhada e reordenada todos aqueles que, em diferentes graus, são afetados relações de poder -- pois os dominados, tanto quanto os dominantes, têm suas próprias versões do passado para legitimar suas respectivas práticas, versões que precisam ser tachadas de impróprias e

*“A história é basicamente um discurso em litígio, um campo de batalha onde pessoas, classes e grupos elaboram autobiograficamente suas interpretações do passado para agradarem a si mesmos [...] Ao fim, a história é teoria, e a teoria é ideologia, e a ideologia é pura e simplesmente interesse material.”*⁴⁰

O ponto de partida teórico do autor de *“A história repensada”* é a distinção que ele julga insuperável entre o passado, por um lado, e a história escrita pelas historiadoras, por outro. Tal distinção se daria em nível ontológico:⁴¹ o passado constituiria o conjunto abrangente de acontecimentos e circunstâncias temporais aos quais as historiadoras não teriam acesso senão pelo relato parcial e incompleto de testemunhas e participantes inacessíveis no presente. Os textos de história, por seu turno, seriam os relatos sobre tais acontecimentos e circunstâncias, resultantes das ações de selecionar, combinar, ordenar e interpretar documentos e informações realizadas pelas historiadoras. De um lado, estariam os acontecimentos e as circunstâncias temporais do passado; do outro, as versões sobre o passado elaboradas, em texto, pelas historiadoras com base nas versões dos agentes do passado e nas versões de outros intérpretes “acadêmicos” do passado histórico. No fim das contas, a tradição de interpretação e escrita da história não passaria de uma coleção de versões sobre os acontecimentos e circunstâncias passados baseadas em outras versões sobre o passado, incapazes de serem validadas por referência a uma versão original completa e imparcial.⁴²

O irremediável hiato ontológico existente entre o passado e os relatos historiográficos acarreta, no entendimento de Jenkins, consequências de natureza epistemológica, metodológica e ideológica. Grosso modo, a entidade “passado” não

assim excluídas de qualquer posição no projeto do discurso dominantes”. JENKINS, *A história repensada*, p. 40.

⁴⁰ JENKINS, *A história repensada*, p. 43.

⁴¹ *“A epistemologia mostra que nunca poderemos realmente conhecer o passado – que a discrepância entre o passado e a história (historiografia) é ontológica, ou seja, está de tal maneira presente na natureza das coisas que nenhum esforço epistemológico, não importando quão grande, conseguirá eliminá-la.”* JENKINS, *A história repensada*, p. 42.

⁴² JENKINS, *A história repensada*, p. 32.

exerceria poder limitante sobre a liberdade dos historiadores de imaginá-la e interpretá-la como bem entenderem. O caráter fragmentário e incompleto dos testemunhos da passagem do tempo passado; a hierarquia de relevância com referência à qual as historiadoras selecionam e ordenam documentos e informações; além da visão retrospectiva que acrescenta aos acontecimentos e circunstâncias do passado significados para o presente que, naturalmente, não poderiam estar originalmente lá: estas seriam algumas das evidências da fragilidade epistemológica da disciplina acadêmica história.⁴³ Por um lado, a ausência do objeto de investigação e a precariedade do acesso possível a ele. Por outro, preocupações e hierarquias de valor alheias ao objeto de investigação prestando um papel determinante no sentido e nos resultados da investigação. Para Jenkins, enfim, o discurso da história não resultaria de uma investigação científica, objetiva e imparcial conducente à verificação de fatos e à elaboração de relatos verdadeiros e incontestáveis.

Além das “condições em que” as historiadoras podem pretender conhecer o passado, Jenkins ressalta ainda os entraves postos às maneiras pelas quais elas tentam descobrir o máximo que podem sobre o seu objeto de investigação. Em resumo, a existência de uma gama ampla, inconciliável e irreduzível de métodos de pesquisa documental -- com seu arsenal conceitual e esquema explicativo correspondentes -- delataria o caráter enganoso da confiança no método como o caminho para a verdade no âmbito da interpretação histórica.⁴⁴ A tradução do “passado” em “história” seria determinada, na verdade, pela ação de pressupostos ideológicos. Não havendo fundamento irrefutável de escolha entre as concorrentes metodológicas idealistas, empiristas, estruturalistas e pós-estruturalistas, por exemplo, de pesquisa e escrita da história, restariam as predileções pessoais ancoradas em interesses ideológicos, reais motivadores da escrita da história. A referência fiel, objetiva e verdadeira ao passado não é -- e nem poderia ser -- o compromisso realmente subjacente às tarefas de interpretação e escrita da história. O verdadeiro compromisso dos historiadores seria, para Jenkins, com a configuração

⁴³ “A fragilidade epistemológica permite que as interpretações dos historiadores sejam múltiplas (um só passado, muitos historiadores). Mas o que torna a história tão frágil em termos epistemológicos? Há quatro respostas básicas.” Para o conteúdo dessas quatro respostas básicas, ver: JENKINS, *A história repensada*, p. 31; 31-34.

⁴⁴ JENKINS, *A história repensada*, p. 37.

presente das relações de poder e dominação em que eles estão pessoalmente enredados.⁴⁵

A escrita da história serviria, segundo Jenkins, a propósitos autobiográficos de representação identitária do “si mesmo” e dos “outros”, havendo tantas histórias quanto há grupos determinados, no presente, a legitimarem-se e a angariar apoio para os seus interesses materiais e de validação simbólica por remissão ao passado interpretado. A chave da questão sobre a permanente reinterpretação e reescritura da história residiria precisamente neste ponto:

“Nesse sentido, reordenar as mensagens a serem transmitidas (com frequência, o mundo acadêmico chama de “controvérsias” muitas dessas reordenações) é algo que precisa ser continuamente elaborado, pois as necessidades dos dominantes e/ou subordinados estão sempre sendo retrabalhadas no mundo real à medida que eles procuram mobilizar pessoas para apoiarem seus interesses [...] Fora dessas pressões, não existe história definitiva. Todo consenso (temporário) só é alcançado quando as vozes dominantes conseguem silenciar outras, seja pelo exercício explícito de poder, seja pelo ato velado de inclusão e/ou anexação.”⁴⁶

A interpretação e a escrita da história não seriam atividades intelectuais cultivadas no terreno firme e nivelado do realismo epistemológico e do método científico, mas investidas desferidas por agentes localizados em uma dada hierarquia social no campo instável e irregular das disputas por poder material e legitimação simbólica. No lugar da questão *“What is history?”*, a pergunta realmente reveladora da natureza do procedimento intelectual subjacente aos textos de história é redefinida por Jenkins nos seguintes termos: *“Who is history for?”*⁴⁷ O discurso acadêmico da história estaria dirigido, enfim, à consecução de objetivos de natureza prática bem

⁴⁵ “A ideologia penetra todos os aspectos da história, aí incluídas as práticas cotidianas para produzir histórias naquelas instituições que, em nossa sociedade, são destinadas principalmente a tal propósito – em especial as universidades.” JENKINS, *A história repensada*, p. 43.

⁴⁶ JENKINS, *Re-thinking history*, p. 40; 43.

⁴⁷ JENKINS, *A história repensada*, p. 41.

definidos. Embora os profissionais especializados em pesquisar e escrever histórias estejam, aparentemente, distanciados da vida prática comum nos centros universitários em que trabalham, seria mais adequado vê-los, segundo Jenkins, como parte interessada das disputas por poder material e simbólico estruturantes das formações sociais que integram. Mais precisamente, Jenkins considera as historiadoras agentes sociais ocupantes de posições ideológicas dominantes e as histórias “acadêmicas” que escrevem, expressões das configurações sociais de poder contemporâneas. Os projetos e linhas de pesquisa delas são, afinal, financiados por instituições públicas e/ou privadas multimilionárias, interessadas na conservação de sistemas de autoridade e referenciais culturais e normativos estabelecidos.⁴⁸

Nos quadros da reflexão teórica desenvolvida por Keith Jenkins, o referencial último de comparação entre textos de história concorrentes são os interesses materiais e de legitimação simbólica que motivam os sujeitos dessa comparação.⁴⁹ Há indivíduos e grupos sociais que se identificam com as histórias esvaziadas de tensão e conflito; há outros que são embalados pelas histórias em que triunfam a coragem, a obstinação e a transformação frente à inércia conservadora. Há grupos que esperam das histórias que elas forneçam subsídios táticos para a luta revolucionária; há outros que, ao contrário, sentem-se satisfeitos com histórias que celebram a longevidade das instituições e o poder das tradições. Como nem a linguagem em seu funcionamento típico, nem os vestígios remanescentes do passado impõem restrições inabaláveis ao utilitarismo ideológico que, no fundo, sustentaria o empreendimento historiográfico, *“é fácil ver que a lista de usos da história é infinita, tanto pela lógica, quanto pela prática”*⁵⁰. Cada indivíduo ou grupo teria, segundo

⁴⁸ JENKINS, *A história repensada*, p. 44.

⁴⁹ Os sujeitos da comparação são, naturalmente, os indivíduos que escolhem entre versões da história concorrentes. Entender a escolha deles se torna, no contexto das ideias de Jenkins, uma questão de localizá-los em uma hierarquia social de poder, entender seus interesses materiais de dominação e de legitimação simbólica, suas alianças, seus antagonismos, os privilégios dos quais eles não abrem mão e, por isso, desejam proteger a todo custo. Este ponto me parece, aliás, um ponto de contradição interna do pensamento de Keith Jenkins sobre a escrita da história. Isto porque, não havendo bases epistemológicas estáveis para distinguir a verdade entre as múltiplas versões da história disponíveis, Jenkins parece confiar em uma certa leitura das contradições sociais como fundamento inquestionável da divergência ideológica entre as histórias. A tese segundo a qual o universo social é dividido em grupos dominantes e dominados – aos quais corresponderiam versões dominantes e versões marginalizadas do passado histórico – é, a meu ver, o fundamento estável da leitura ideologizante da historiografia oferecida por Jenkins. A atitude hiper-crítica típica do filósofo inglês poderia ser direcionada a essa tese, entretanto, com a consequência de que ela mesma seria apenas uma leitura possível entre tantas outras em disputa no cenário social de busca e legitimação discursiva do poder.

⁵⁰ JENKINS, *A história repensada*, p. 41.

Jenkins, a liberdade de organizar as informações remanescentes do passado no sentido da versão histórica que melhor satisfizesse seus respectivos compromissos ideológicos. A consagração de algumas versões historiográficas do passado constituiria o desfecho eventual e provisório de uma batalha social -- reproduzida a nível discursivo -- entre diferentes agentes por poder material e legitimação simbólica. Esse desfecho, por seu turno, resultaria do emprego aberto de força ou da cooptação e assimilação.

1.3. Correspondência e validação das narrativas históricas

As duas perspectivas teóricas apresentadas anteriormente somam-se, a meu ver, para uma visão geral sobre a historiografia pautada no entendimento de que “passado” e “textos de história” não são -- e não poderiam ser -- entidades equivalentes. Apesar de importantes divergências, White e Jenkins concordam em que as narrativas -- elemento de síntese estruturante dos textos de história -- organizam as informações sobre o passado, atribuindo-lhes significado histórico, por meio de categorias, conceitos e esquemas de interpretação escolhidos pela historiadora em conformidade com suas respectivas preferências estéticas e ideológicas. Nesse sentido, para ambos os autores, a historiadora sempre acrescenta algo que é próprio dela mesma e da sua contemporaneidade às informações sobre o passado colhidas no momento da pesquisa empírica. O ato mesmo de “colher informações” sobre o passado via pesquisa documental dependeria das perguntas e das hipóteses que as historiadoras direcionam ao passado. Tais informações não estariam à espreita, nos papéis e objetos preservados, de alguém que as descobrisse. Ao contrário, apenas no interior do esquema imaginativo ou discursivo instituído pelo historiador, elas realmente seriam organizadas de modo a informar algum significado sobre o tempo passado.

Em um tal quadro de ideias, o ponto crítico da concorrência entre textos de história divergentes estaria relacionado precisamente ao fato de que os vestígios remanescentes do passado não têm o poder de sancionar ou contestar a validade dos esquemas imaginativos ou discursivos à luz dos quais ganham relevância histórica. Isso decorreria da circunstância de que “imaginar a realidade do passado” ou

“interpretar o passado nos limites de uma dada lógica discursiva” são condições primeiras de apropriação intelectual dos rastros preservados do passado. Apenas quando regidos pelo poder “configurante” dos tropos da linguagem poética ou de interesses ideológicos de dominação, esses rastros seriam convertidos em fontes de informações e fundamento evidenciário para asserção de fatos históricos. Além dos desafios epistemológicos relacionados aos procedimentos pelos quais, dos vestígios incompletos e fragmentários do tempo passado, são derivados os enunciados factuais, as historiadoras experimentam, ainda, outras dificuldades associadas à elaboração de “porquês” e significados abrangentes desses fatos. Se os enunciados simples sobre datas, lugares e pessoas do passado são, no entendimento de White e Jenkins, passíveis de validação empírica por remissão à documentação pesquisada, a questão da validação dá um salto de complexidade quando dirigida ao texto inteiro em que o passado é explicado e tornado pleno de significado.

De acordo com Hayden White, não são critérios de ordem cognitiva que governam a escolha entre tropos alternativos de configuração narrativa da realidade histórica. A imaginação dos acontecimentos e circunstâncias passados em moldes metafóricos, por exemplo, antecede à fundamentação empírica e lógico-conceitual da argumentação apresentada pelas historiadoras nas narrativas que escrevem. Conforme vimos ser a posição de White, a prefiguração poética do campo histórico é pré-cognitiva, ou seja, referenciais empíricos e lógico-argumentativos são irrelevantes no contexto de escolha do modelo narrativo de escrita da história. São as preferências estéticas e normativas que respondem pela escolha, entre historiadores e leitores, das narrativas históricas com as quais eles mais se identificam. A questão da identificação é fundamental, já que a imaginação do tempo passado -- os protagonistas, as razões, os entraves, o ritmo, a conveniência das transformações temporais -- prologa-se no tempo presente realmente vivido pelo intérprete da história, encorajando ou suprimindo expectativas plausíveis de futuro. A questão da identificação dos intérpretes da história com o passado interpretado é central também para Keith Jenkins, mas por uma perspectiva relativamente diversa. Segundo o historiador inglês, o discurso da história interage com as práticas e instituições sociais ligadas ao exercício do poder material e simbólico por alguns indivíduos e grupos às expensas de outros. O discurso da história absorveria o conflito de interesses subjacente às formações sociais e responderia diversamente à necessidade que tem cada grupo de angariar poder material e legitimar-se a nível simbólico.

É oportuno, nesse momento, considerar um outro ponto de interseção entre as reflexões teóricas sobre a historiografia propostas por White e Jenkins que até agora permaneceu apenas subentendido ou latente. Ambos os autores ponderam em relação ao estatuto epistemológico dos textos de história -- e das sínteses de enunciados fáticos que eles contêm -- sob a influência de algumas noções alusivas do positivismo científico, tais como: referência, correspondência, realidade, objetividade e imparcialidade.⁵¹ Como visto, tanto White, quanto Jenkins consideram não haver referentes extradiscursivos aptos a autenticarem a verdade ou falsidade das narrativas escritas pelas historiadoras. A validação cognitiva via correspondência entre os objetos de investigação, por um lado, e os textos completos sobre eles, por outro, não se aplicaria no âmbito das narrativas históricas. De modo geral, totalidades textuais ou grandes blocos de texto não teriam referentes, apenas significados

⁵¹ Segundo Chris Lorenz, *“Narrativism, as represented by Hayden White and Frank Ankersmit, can fruitfully be analyzed as an inversion of two brands of positivism. First, narrativist epistemology can be regarded as an inversion of empiricism [...] The article’s second thesis is that the theories of narrative explanation can also fruitfully be analyzed as inversions of positivist covering-law theory.”* Veronica Tozzi, por sua vez, julga não ser predominante no pensamento de Hayden White sobre a escrita da história uma perspectiva centrada nas noções de incompletude e inadequação da disciplina acadêmica história em relação ao modelo epistemológico das ciências naturais. Para Tozzi, essa dicotomia epistemológica – com consequências depreciativas da historiografia acadêmica – seria estruturante das reflexões teóricas de Keith Jenkins, para quem haveria apenas duas alternativas aos textos de história: 1) expressarem a verdade objetiva, definitiva e incontestável sobre o passado, ou 2) espelharem o caráter contingencial e utilitarista das políticas identitárias às quais eles serviriam. Creio que, assim como Jenkins, White tenha estabelecido entre a disciplina histórica e as ciências da natureza uma relação de antagonismo epistemológico, situação evidente, por exemplo, nas primeiras páginas de *Meta-história*, onde o autor afirma: *“Mas é inegável, a meu ver, que todos eles [filósofos da história que foram, também, filósofos da linguagem] entendiam a proposição essencial que tento demonstrar: que, em qualquer campo de estudo ainda não reduzido (ou elevado) ao estatuto de verdadeira ciência, o pensamento permanece cativo do modo no qual procura apreender o contorno dos objetos que povoam seu campo de percepção.”* A meu ver, a divergência essencial entre White e Jenkins com relação às distinções epistemológicas entre a disciplina acadêmica história e as ciências da natureza reside nas consequências depreciativas que Jenkins deriva dessa distinção. Tal distinção epistemológica é significada por Jenkins nos termos da “não-adequação” da historiografia, cuja resultante é uma abordagem “parasitária” da mesma. Segundo a autora, *“Jenkins estimula procedimientos de desobediencia crítica radical que, en contra de la mayoría de los análisis históricos, no aspiren a resolver las disputas históricas, sino que celebren el fracaso de todas.”* A aproximação efetuada por Hayden White entre a historiografia e a literatura com base na noção de “realismo figural”, ao contrário, não seria motivada pela intenção de desqualificar o empreendimento historiográfico. O pluralismo de versões históricas sobre o passado seria apreendido, nos termos da teoria de White, como resultante da aplicação de esquemas poéticos alternativos e igualmente válidos – em termos epistemológicos -- de figuração realista do passado. Para Tozzi, a perspectiva teórica de White permitiria julgar positivamente a pluralidade de versões e a constante reescritura da história: *“la promesa incumplida de representación definitiva no es otra cosa que la sugerencia de nuevas vías de investigación, de nuevos problemas, nuevas discusiones y, quizás, con buena fortuna, una nueva reescritura del pasado.”* LORENZ, Chris. Can Histories Be True? Narrativism, Positivism, and the “Metaphorical Turn”. *History and theory*, v. 37, n. 3, p. 309-329, 1998 (cit. p. 309); WHITE, *Meta-história*, p. 13-14; TOZZI, Verónica. La historia como promesa incumplida. Hayden White, heurística y realismo figural. *Diánoia*, v. 51, n. 57, p. 103-130, 2006 (cit. p. 121; 129).

correspondentes.⁵² Incapazes de referirem-se ou corresponderem à realidade do tempo passado, atravessadas pela interferência de predileções e motivações pessoais alheias aos seus objetos de discurso, as narrativas históricas não poderiam simplesmente ser verdadeiras ou falsas. A credibilidade atribuível a elas dependeria principalmente, com efeito, da capacidade delas de interagir com as preferências estéticas e ideológicas de seu público.

No entanto, a suposta incapacidade das narrativas históricas de corresponderem à realidade do passado não equivaleria, para Hayden White, à ausência absoluta de freios cognitivos aos impulsos mais radicalmente utilitaristas de instrumentalização ideológica delas. Embora o ato constitutivo e distintivo da racionalidade histórica seja, segundo ele, de natureza essencialmente imaginativa, poética, pré-cognitiva e pré-crítica, valores relacionados à cognição e à criticidade jogariam na validação de algumas versões históricas sobre o passado em vez de outras. A noção de “responsabilidade cognitiva” defendida pelo historiador norte-americano implica em que, mesmo diante da impossibilidade de acessar o passado senão pela mediação linguística, as historiadoras devem escrever narrativas empiricamente fundamentadas, coerentes e consistentes de um ponto de vista lógico-argumentativo. Apesar de sua teoria sobre a história florescer em terreno regado por referências importadas da teoria literária, Hayden White não subsume integralmente o campo cognitivo de autenticação das narrativas históricas aos campos estético e ideológico. Como vimos, segundo ele, certas posições ideológicas -- tais como o apocalipticismo, o reacionarismo e o fascismo -- não seriam capazes de gerar modelos cognitivamente válidos de explicação do passado, dada a insubordinação das mesmas a critérios racionais e intersubjetivos de fundamentação empírica dos enunciados e de livre-argumentação pública dos pontos de vista abrangentes sobre o passado.

Por outro lado, no âmbito da reflexão teórica de Keith Jenkins, a distinção insuperável entre relatos históricos, por um lado, e passado, por outro, tem consequências cognitivas mais dramáticas para a historiografia acadêmica. Os relatos históricos produzidos nos centros de pesquisa universitários teriam, segundo o historiador inglês, o mesmo estatuto cognitivo que outros gêneros narrativos pelos

⁵² No caso dos enunciados simples sobre o passado, White e Jenkins consideram a possibilidade de validação empírica por remissão a documentação pesquisada.

quais o passado é rememorado no presente. Esse estatuto cognitivo seria aquele da inadequação irremediável entre o discurso e a realidade, da absoluta indeterminação e maleabilidade semântica do passado, do entrelaçamento das ações de interpretar historicamente o passado e de exercer contemporaneamente o poder em uma dada sociedade. A particularidade das narrativas históricas escritas pelos representantes da categoria profissional “historiador” seria, então, de natureza ideológica: essas narrativas representariam, de modo geral, os interesses materiais e de legitimação simbólica de grupos socialmente hegemônicos.⁵³ As informações remanescentes do passado são, nos limites do pensamento de Jenkins, território aberto à livre exploração interpretativa: se os representantes de interesses sociais hegemônicos derivam histórias pretensamente “objetivas” e “reguladas pelo método”, que os grupos marginalizados inventem as suas próprias histórias “emancipatórias” e “democratizantes”. Qual delas -- se a história de matriz ideológica conservadora, liberal, marxista e, até mesmo, fascista -- seria a verdadeira é pergunta que, para Jenkins, não faz o menor sentido: não há um ponto fixo por referência ao qual seria possível avaliá-las e, assim, escolher entre elas. Para cada versão ideológica da história, com seus respectivos enunciados fáticos sobre o passado, esquemas conceituais de explicação e metodologias de pesquisa, haveria uma multidão de outras igualmente válidas em todos os sentidos -- epistêmico, metodológico e ideológico.⁵⁴

O entendimento compartilhado entre White e Jenkins de que a validação cognitiva dos textos de história não poderia se dar pela identificação de correspondência entre o discurso narrativo das historiadoras, por um lado, e os acontecimentos e estado de coisas passados, por outro, os encaminha para conclusões relativamente dissonantes. Para Jenkins, a distinção entre o discurso da história e o passado invalidaria qualquer pretensão de avaliação do primeiro em terreno cognitivo. Não havendo respostas inequívocas para as perguntas relativas 1) ao que é possível conhecer sobre o passado, 2) às condições em que se pode pretender conhecê-lo e 3) aos métodos pelos quais tenta-se conhecer o máximo

⁵³ “É esclarecedor ver que as histórias “profissionais” são expressões de como as ideologias dominantes formulam a história em termos “acadêmicos”. JENKINS, *A história repensada*, p. 44.

⁵⁴ “No entanto, existem muitas metodologias; os supostos ‘alicerces conceituais’ são de construção recente e parcial, e eu argumentei que as diferenças que vemos estão lá porque a história é basicamente um discurso em litígio, um campo de batalha onde pessoas, classes e grupos elaboram autobiograficamente suas interpretações do passado para agradarem a si mesmos.” JENKINS, *A história repensada*, p. 43.

possível sobre ele, a preferência por uma determinada versão sobre a história se justificaria com base nos interesses materiais e simbólicos motivadores de diferentes agentes sociais em incessante disputa por poder. A resposta de Jenkins para a pergunta “o que é a história” define como árbitro absoluto da contenda entre textos de história concorrentes o público para o qual tais textos são dirigidos: na teoria, há tantas narrativas históricas quanto há interesses ideológicos socialmente em disputa; na prática, prevalecem as narrativas e os interesses representantes daqueles com efetiva força material e simbólica para impor-se.

Como visto, para White, não são válidos os esquemas ideológicos de representação do passado que não sejam justificados em bases racionais e lógico-argumentativas, ou seja, que não batalham pela sua plausibilidade em público e em contraposição ao desafio explicativo colocado pelos outros modelos de representação disponíveis. As versões da história são escolhidas, no contexto da teoria de White, na medida da sua adequação às preferências estéticas e aos motores existenciais dos sujeitos aos quais elas se dirigem no presente. Em última instância, imaginar o passado nos termos de um determinado modelo narrativo de representação implica em ver-se a si mesmo -- o próprio presente e futuro -- enredado na teia de um conjunto específico de significados. Essas versões devem, no entanto, ser “cognitivamente responsáveis”: elas devem prestar contas publicamente de sua validade em níveis empírico e lógico-argumentativo.

A premissa de que os textos de história -- tidos como sínteses narrativas de enunciados fáticos sobre os acontecimentos e estado de coisas do passado -- não teriam condições de corresponder ao passado aproxima o pensamento de Hayden White e Keith Jenkins, respectivamente, no seguinte sentido: ambos consideram não ser possível uma análise estritamente cognitivista das narrativas históricas. As narrativas históricas não seriam uma cópia do passado, mas antes, uma representação literária ou discursiva dele. O passado representado em texto se apresentaria no formato de uma sucessão ao mesmo tempo cronológica e lógica de transformações temporais, organizada segundo a orientação de tradicionais esquemas poéticos de narração de histórias. Ou ainda, segundo os interesses ideológicos de dominação material e simbólica de alguns agentes sociais sobre outros. O fato é que, à vista disso, os textos de história não são redutíveis ao passado: eles são o substrato de uma complicada mediação linguística entre duas pontas. Por um lado, os vestígios remanescentes dos acontecimentos e circunstâncias do

passado. Por outro, a vida presente de indivíduos -- com as suas respectivas demandas existenciais alinhadas a preferências estéticas -- ou agentes sociais -- com os seus respectivos interesses ideológicos de dominação material e simbólica -- que dirigem a sua curiosidade ao tempo passado. A teoria da história de White integra o “momento” cognitivo das narrativas histórica em um “momento” imaginativo anterior: embora as histórias incluam referências a fatos sobre acontecimentos do passado, elas são, primeiramente, representações de um passado reinventado criativamente pela imaginação narrativa. Jenkins, por sua vez, não identifica em suas reflexões teóricas um “momento” cognitivo das narrativas históricas. Haveria apenas o “momento” ideológico delas, em que as informações remanescentes do passado são livremente e irrestritamente descritas e redescritas ao sabor dos interesses materiais circunstanciais dos intérpretes.⁵⁵

Ante a impossibilidade de os textos de história cumprirem a condição epistemológica pela qual as verdades são tradicionalmente verificadas e diferenciadas

⁵⁵ Creio que, no fundo, a questão que realmente distingue as abordagens de White e Jenkins não seja tanto a existência ou não de um momento cognitivo dos textos de história. Ambos os autores concordam em relação à inexistência de bases epistemológicas que justifiquem particularmente a autoridade de certos modelos linguísticos de interpretação e escrita da história em vez de outros. O cerne da divergência entre eles estaria, a meu ver, no absoluto ceticismo ideológico característico da posição teórica de Jenkins, não compartilhado com White. Parto da distinção que Herman Paul faz entre as categorias de ironia epistemológica e ironia ideológica para a compreensão do pensamento de Hayden White sobre a história. Segundo Paul, as críticas de White ao modelo irônico de imaginação da história estariam dirigidas não tanto ao ceticismo, subjacente a esse modelo, quanto à capacidade dos textos de história expressarem a única e completa verdade sobre os acontecimentos passados. A necessidade de superação do tropo irônico de interpretação da história estaria associada, sobretudo, ao ceticismo ideológico próprio a ele, isto é, à inaptidão dele para produzir histórias significativas para os seres humanos de um ponto de vista existencial e prático. Tais histórias não estariam orientadas, enfim, à reflexão sobre os problemas da vida contemporânea e à intervenção na cena política para a proposição de potenciais soluções. Tais histórias não tomariam para si uma tal função política porque considerariam não haver princípios inquestionáveis que justificassem a defesa de determinados pontos de vista ideológicos em vez de outros. Na introdução de *Why History: Ethics and Postmodernity*, o ponto de Keith Jenkins é precisamente o de que não há modo de distinguir, entre as histórias, a versão verdadeira. Do mesmo modo, não haveria modo de distinguir, entre a multiplicidade disponível de preceitos morais de conduta, sistemas éticos inquestionáveis. Nesse sentido, as ideias de “amor” e “justiça” poderiam ser livremente associadas, de forma válida, tanto à noção de “democracia liberal” quanto à noção de “fascismo”. Nas palavras do próprio Jenkins, *“things in themselves – liberal democracy and fascisms – don’t have value in them as if value is some kind of property. No. Things are just things and we ascribe value to things as we wish.”* Como visto, Hayden White, por sua vez, acreditava na validade absoluta do seguinte princípio ideológico: a realidade humana é complexa e multifacetada, sendo que a responsabilidade moral inteira e exclusiva pelo modo como ela se organiza e desenrola no tempo cabe a inteligência e vontade humanas. A confiança em um modelo fascista de interpretação da realidade humana não constituiria uma saída válida ao ceticismo ideológico característico do modelo topológico irônico precisamente em razão do seu caráter simplificador e dogmatista. Pode-se pensar que o pensamento de Keith Jenkins sobre a história permanecesse aprisionado à lógica irônica de concepção ideológica da realidade à qual Hayden White tanto se opunha.

Ver: JENKINS, Keith. *Why History?: Ethics and Postmodernity*. London: Routledge, 1999, p. 1-28; PAUL, “An ironic battle against irony”, (cit. p. 35-39).

do engano, a saber, a correspondência com o objeto de estudo, White e Jenkins colocam critérios de ordem estética e ideológica no primeiro plano da verificação de plausibilidade das narrativas históricas. Recentemente, entretanto, alguns autores têm se apropriado da premissa básica subjacente ao pensamento de teóricos narrativistas da historiografia, tais como White e Jenkins -- segundo a qual os elementos de síntese dos textos de história não têm o mesmo estatuto cognitivo dos enunciados fáticos sobre os acontecimentos e circunstâncias do passado -- para propor um quadro avaliativo dos textos de história enraizado em terreno cognitivo. Esses autores consideram -- a meu ver, com razão -- que os textos de história são resultantes de um esforço intelectual sistemático de fundamentação empírica, análise conceitual e argumentação discursiva estruturada em bases lógico-rationais. No centro do processo de validação dos textos de história estariam diferentes valores epistêmicos, qualidades relacionadas a lastro empírico, consistência lógica, abrangência, originalidade, entre outras, aptas a fornecerem as bases de justificação (cognitiva) da preferência por algumas versões da história, em vez de outras. Dois desses autores - - Tor Følrand e Jouni-Matti Kuukkanen -- serão os objetos do próximo capítulo.

2. Critérios empíricos e lógico-argumentativos de validação cognitiva dos textos de história

O capítulo anterior foi iniciado com uma citação direta do livro “*Deconstructing History*” de Alun Munslow, em que o autor afirma não haver mais espaço entre os historiadores de hoje em dia -- pelo menos desde a década de 1970 -- para a crença de que os livros de história apresentam a verdade sobre o passado. Tipicamente, a noção de “verdade histórica” indicaria a existência de correspondência entre a realidade do tempo passado, por um lado, e o que afirmam os textos de história sobre ela, por outro. Textos completos, como visto no capítulo anterior, não poderiam simplesmente corresponder ao tempo passado dada a natureza linguística das descrições, interpretações e sínteses que oferecem. As propriedades epistemológicas de objetividade e imparcialidade seriam, nesse sentido, incompatíveis com a modalidade de procedimento intelectual expressa nos textos de história, considerados, por Hayden White e Keith Jenkins, produtos do envolvimento ativo das historiadoras com o seu objeto de estudo. Predileções pessoais de ordem estética e ideológica, relacionadas a demandas por orientação existencial no presente e a interesses materiais e simbólicos de autolegitimação social, seriam ingredientes indispensáveis da representação narrativa do passado. A importância de tais predileções pessoais no procedimento intelectual de transformação de enunciados fáticos sobre o passado em sínteses históricas abrangentes testemunharia a inadequação da disciplina acadêmica história ao padrão epistemológico de objetividade total. O historiador e teórico da história norueguês Tor Førland destacaria ainda mais quatro barreiras à objetividade total no âmbito da disciplina histórica, tendo em vista, entretanto, objetivos distintos dos de White e Jenkins.⁵⁶ Segundo Førland: “/

⁵⁶ Os quatro obstáculos à objetividade total no campo específico da historiografia acadêmica mencionados por Førland são: 1) a autonomia lógica das narrativas históricas em relação aos enunciados factuais simples sobre o passado; 2) a centralidade do que o filósofo analítico Arthur Danto denominou sentenças narrativas no âmbito da explicação histórica e o consequente e inevitável caráter incompleto e provisório de todas as descrições históricas; 3) a indeterminação semântica de ações intencionais dos personagens históricos estudados, isto é, o fato de que o comportamento humano intencional tem uma dimensão exterior e interior de significação, sendo que a dimensão interior – referente aos resultados práticos sinceramente buscados pelo sujeito da ação – é indeterminável; 4) a tese, elaborada pelo filósofo da história Paul Roth, segundo a qual a descrição de eventos tais como o assassinato do príncipe Franz Ferdinand em Sarajevo em junho de 1914 seriam construções linguísticas, já que não haveria modo de distinguir quais unidades de pequenos acontecimentos participariam da constituição do evento e quais não participariam. FØRLAND, Tor Egil. *Values, Objectivity, and Explanation in Historiography*. London: Routledge, 2017.

want to restore objectivity to historiography, if admittedly less than total objectivity. I want to show that political and ideological values can be kept in check by cognitive values—and why they ought to.⁵⁷

A citação acima indica, de modo explícito, a tensão existente entre o paradigma teórico narrativista⁵⁸ representado nesta dissertação por White e Jenkins, por um lado, e o sentido da argumentação desenvolvida por Tor Førland em “*Values, Objectivity and Explanation in Historiography*”, por outro. Nesse livro, em que são reunidos oito artigos originalmente publicados entre os anos 2000 e 2013, o historiador norueguês deu sua própria contribuição ao que ele considerava uma nova tendência de pesquisa nos campos da história da historiografia e da filosofia da história. Segundo Førland, as duas primeiras décadas do século XXI teriam sido marcadas tanto por um refluxo da abordagem linguística e narrativista da escrita da história, quanto pelo avanço de reflexões teóricas sobre a historiografia interessadas no modelo de cognição particularmente expresso por ela.⁵⁹ Partindo do mesmo pressuposto de que os enunciados fáticos sobre acontecimentos e estado de coisas do passado, por um lado, e as sínteses históricas abrangentes deles, por outro, não seriam entidades lógicas equivalentes, a perspectiva teórica de Førland se diferencia da adotada por White e Jenkins em virtude da centralidade atribuída por ela aos chamados valores epistêmicos ou cognitivos. Tais valores cognitivos definiriam um campo de arbitragem da concorrência entre os diversos textos de história em que as incongruências de fundo moral e ideológico seriam mantidas em suspenso. Em contrapartida, no centro

⁵⁷ FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 1.

⁵⁸ O “narrativismo” vai além do tipo de reflexão teórica sobre a historiografia apresentado por Hayden White e Keith Jenkins, incluindo os autores que serão apresentados no terceiro capítulo desta dissertação, Paul Ricoeur e Jörn Rüsen. De modo a diferenciar apropriadamente essas duplas de autores, poderíamos recorrer às categorias de “narrativistas linguísticos” e “narrativistas fenomenológicos” das quais o filósofo finlandês Jouni-Matti Kuukkanen faz uso em seu livro “*Post-narrativist philosophy of historiography*”. Segundo Kuukkanen, os “narrativistas linguísticos” estariam interessados, sobretudo, na lógica subjacente ao processo de “configuração” linguística pelo qual são construídas narrativas históricas a partir de informações remanescentes sobre o passado. Os “narrativistas fenomenológicos”, por sua vez, considerariam a forma narrativa condição estruturante do modo como os seres humanos experimentam a passagem do tempo. À vista disso, a reflexão teórica desenvolvida pelos “narrativistas linguísticos” dirigiria seu foco, principalmente, para os aspectos formais dos textos de história, analisando as características estéticas e retóricas dos mesmos. No caso dos “narrativistas epistemológicos”, as narrativas históricas se apresentariam, antes de tudo, como estratégias intelectuais de gerenciamento da experiência temporal de constante transformação de “si mesmo” e do mundo em que se vive. KUUKKANEN, *Post-narrativist philosophy of historiography*, p. 25.

⁵⁹ “*When histories of historiography and of the philosophy of history are written in the future, chances are that the early years of the twenty-first century will be seen as a time when the tide turned and postmodernist or post-structuralist influences ebbed.*” FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 1.

das atenções estaria localizada a desigual conformidade deles a valores relacionados a lastro empírico, abrangência, escopo e originalidade, por exemplo.⁶⁰

Sendo assim, mesmo não sendo possível aos conceitos coligativos, às teorias sobre as durações temporais e às outras modalidades de síntese histórica do passado adequarem-se ao padrão epistemológico de objetividade total, haveria um campo de mediação e consenso possível entre as diferentes versões delas.⁶¹ Segundo Førland, as divergências interpretativas no campo da historiografia não equivaleriam a disputas entre indivíduos e grupos sociais já decididos sobre a versão do passado que melhor representaria seus respectivos interesses políticos e preferências estéticas no presente. Indivíduos e grupos sociais que, por conseguinte, não teriam razão para escutar uns aos outros. Ao contrário, o padrão de objetividade parcial (*local objectivity*) recomendado pelo autor norueguês define a historiografia acadêmica como um espaço de aproximação e consenso possíveis, em bases racionais e lógico-argumentativas, entre pontos de vista à primeira vista de difícil conciliação.⁶² O sentido de uma tal aproximação em bases cognitivas não é resolver em definitivo a disputa entre sínteses e textos de história concorrentes, mas salientar que, no campo da escrita acadêmica da história, as qualidades de conformidade aos fatos, coerência e consistência lógicas, abrangência e originalidade são inegociáveis. Não deve haver

⁶⁰ “*Bridge building—between historiography and philosophy and between historians and readers with different worldviews and values—is the first goal of this book. The second goal is the flip side of this coin, namely the insulation of scientific historiography from extra-scientific influences by walling it off from values other than cognitive.*” FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 8.

⁶¹ Tor Førland considera diferentes tipos de conhecimentos históricos de “segunda ordem”, isto é, modalidades de asserções sobre o passado localizadas em um nível superior de cognição se comparados aos enunciados simples (de primeira ordem) sobre o passado ligados ao estabelecimento de fatos históricos. A forma narrativa seria apenas uma entre outras estratégias de síntese de informações diversas sobre o passado utilizadas pelas historiadoras. Assim afirma Førland: “*The establishment of historical facts is of great import. But historians tend to have bigger ambitions. Normally they aspire to produce accounts of higher order: colligations, interpretive explanations, theories, narratives, syntheses. The list indicates an epistemological hierarchy in which the latter accounts are further removed from facts than the former, although the exact position of each type of account is up for discussion and may be hard to pin down. In recent decades the notion that all truly historical accounts are narratives has dominated philosophy of history. While admitting that narratives are important, I agree with Jouni-Matti Kuukkanen that the significance of this format has been overstated lately. 30 Historiography can take other forms than narratives and still be historiography; that is, narrativity may be a dominant trait of much historiography but is not constitutive of it. Not only the establishment of singular facts but also colligation, explanation, the presentation and discussion of a theory, and a broad synthesis need not be fitted into a narrative straitjacket—indeed some such accounts can hardly fit a narrative at all.*” FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 97.

⁶² “*This would deprive the social sciences—including history—of one of their major functions to society, namely the provision of a field for the pursuit of knowledge at which differences of (extra-scientific) values are irrelevant or at least kept at bay. Most historians probably still see this function as important, although narrativists and other postmodern philosophers of history have been undermining it in recent decades.*” FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 98.

espaço, enfim, para que o conteúdo inescapavelmente subjetivo da historiografia exerça a função de máscara sob a qual se esconderiam a crítica documental, a apuração dos fatos e a análise conceitual deficitárias.

Førland -- assim como o outro filósofo da história cujas considerações sobre a historiografia acadêmica serão abordadas neste capítulo, o finlandês Jouni-Matti Kuukkanen -- contribui para a redefinição de temas e abordagens teóricos sobre a pesquisa e a escrita da história por meio da interlocução com autores oriundos da filosofia da ciência. Em um tal contexto de reflexões, o tema relativo à validação cognitiva dos textos de história é trabalhado, pelos dois autores, a partir de uma perspectiva não apenas pós-positivista -- isto é, dirigida pela questão sobre como poderiam os textos de história justificarem, de modo convincente, sua pretensão de autoridade explicativa em bases cognitivas, levando em conta a incapacidade deles de corresponderem ao tempo passado. Førland e Kuukkanen adotam um ponto de vista também pós-narrativista de interrogação do estatuto epistemológico da historiografia -- esse orientado pela questão: quais seriam as características básicas do procedimento intelectual executado e expresso nos textos de história se a elaboração de narrativas é apenas uma entre outras técnicas de explicação do passado empregada pelas historiadoras? O conceito de ciência com o qual ambos os autores dialogam integra as noções de conjectura, descontinuidade, falibilidade e indeterminação empírica, fato que autoriza e fundamenta a condução da reflexão teórica sobre a historiografia acadêmica em terreno cognitivo -- mesmo frente à impossibilidade de estrita correspondência entre os textos de história e os acontecimentos do passado.

A régua com que Tor Førland e Jouni-Matti Kuukkanen medem a historiografia acadêmica possibilita a comparação entre textos de história concorrentes a partir de critérios cognitivos. Ambos levam a sério a premissa compartilhada por Hayden White e Keith Jenkins de que a verdade factual dos enunciados simples sobre o passado não deve ser considerada garantia de verdade das sínteses históricas abrangentes desses enunciados. Do mesmo modo, ambos não estão dispostos a renunciar aos significados abrangentes, teorias e conceitos coligativos próprios da racionalidade e linguagem historiográficas em nome da conformidade a um padrão epistemológico de verdade e objetividade pautado na noção de estrita correspondência. Por outro lado, para Førland e Kuukkanen, não são satisfatórias análises teóricas sobre a historiografia que diluam os esforços de fundamentação empírica, análise conceitual

e argumentação informal subjacente a ela em impulsos utilitaristas de persuasão do público-leitor em bases estritamente estéticas e políticas.

Ao tentarem administrar a tensão existente entre a objetividade possível aos textos de história, por um lado, e o construtivismo epistemológico estruturante deles, por outro, Førland e Kuukkanen recorrem à noção de valores epistêmicos ou cognitivos.⁶³ A seguir, serão apresentados os modos como cada um define o problema colocado pela teoria narrativista da história -- representada, nesta dissertação, pelo pensamento de Hayden White e Keith Jenkins --, assim como as respostas “pós-narrativistas” a ele possivelmente abertas às historiadoras.⁶⁴ Essas respostas preservariam a aplicabilidade das noções de objetividade e validação cognitiva no âmbito da pesquisa e escrita acadêmica da história. Começaremos por Tor Førland.

2.1. Tor Førland: os fatos históricos importam

O historiador norueguês Tor Førland apresenta um ponto de vista sobre o tema da validação dos textos de história que é especialmente relevante no contexto da presente análise; e o é em dois aspectos. O primeiro diz respeito ao fato de que, embora Førland demonstre interesse por tradicionais questionamentos de ordem teórica relativos à objetividade, verdade e explicação na historiografia, seu principal campo de atuação é a pesquisa no âmbito da história da Guerra Fria, da formação e

⁶³ *“The cognitive values of science give us a way to escape the dilemma of competing worldviews by acting as a bridge between scholars – as well as between scholars and readers – of different persuasions. This is done by going in the opposite direction of the extreme tolerance inherent in the notion of situated truth promoted by poststructuralists. Instead of accepting a multitude of contradicting truth claims and refusing to choose among them, cognitive values allow for theory choice on the basis of values shared by the scientific community.”* FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 8.

⁶⁴ “Pós-narrativismo” se refere à iniciativa de Tor Førland e Kuukkanen de pensarem a historiografia a partir de uma perspectiva que incorpora o insight narrativista segundo o qual os enunciados simples sobre o passado não são equivalentes, em termos lógicos, aos textos completos de história, ao mesmo tempo em que o reelabora em outra direção. A atitude correlata de simultâneo reconhecimento da inexistência de fundamentos eternos, universais e inquestionáveis de validação do conhecimento histórico e exame de fatores racionais e lógico-argumentativos de certificação da autoridade dos textos de história é referida, pelo historiador Branco Mitrović, como “pós-fundacionalismo”. Segundo o filósofo da história Brian Fay, no caso específico do pensamento de Kuukkanen, a proposta subjacente ao livro *“Post-narrativist philosophy of historiography”* do filósofo finlandês teria muitos menos em comum com a filosofia narrativista do que sugerido pelo título e pela estrutura do trabalho. Fay classifica o pensamento de Kuukkanen como um esforço de reflexão sobre a historiografia em bases “pragmatistas”. Ver: MITROVIĆ, Branco. What remains after postmodernism?. *History and Theory*, v. 58, n. 2, p. 313-323, 2019; FAY, Brian. From Narrativism to Pragmatism. *Journal of the Philosophy of History*, v. 11, n. 1, p. 11-21, 2017.

integração da União Europeia e dos protestos sociais de 1968. Tor Førland é um estudioso de temas de história contemporânea, ou seja, de acontecimentos e processos temporais pertencentes a um passado relativamente recente. A proximidade temporal com os objetos de investigação histórica demandaria das historiadoras, segundo o historiador norueguês, um esforço maior de blindagem da ciência especializada frente às investidas de instrumentalização ideológica da historiografia advindas do mundo social.⁶⁵ Førland se coloca no debate teórico sobre o modelo de objetividade possível à historiografia acadêmica e os esquemas correspondentes de validação cognitiva dela a partir de uma perspectiva, segundo ele, pragmática, ciente das contradições estruturantes do estudo de temas quentes de história, por um lado, e confiante na centralidade da adequação empírica e lógico-racional das sínteses históricas, por outro.

As reflexões teóricas de Førland sobre a escrita da história são particularmente significativas para este trabalho também em razão do procedimento metodológico que as fundamenta. Tor Førland se apresenta como parte de uma “geração” de teóricos da história -- da qual também fariam parte Jouni-Matti Kuukkanen, Mark Bevir e Herman Paul, segundo ele -- jovens o bastante para terem escapado à influência do positivismo lógico de Carl Hempel e dos modelos quantitativos de análise histórica predominantes nos anos 1950 e 1960. Segundo Førland, essa mesma “geração” de teóricos da história não teria experimentado a necessidade de, para contrapor-se ao positivismo lógico, subsumir o esforço de explicação e escrita da história no campo das estratégias linguísticas e retóricas de organização mental da realidade presente e pretérita. Para eles, seria possível admitir as consequências do desafio epistemológico colocado pelos filósofos narrativistas para a historiografia acadêmica a partir dos anos 1970 sem, no entanto, desconsiderar os ganhos cognitivos potencialmente derivados dela.⁶⁶

A defesa teórica que Tor Førland faz dos procedimentos de pesquisa empírica pelos quais fatos, enganos e especulações são distinguidos uns dos outros pelas historiadoras não remonta, assim, a um modelo empirista e reconstrutivista de

⁶⁵ *“Topics treated in contemporary history are often contested, “hot” topics, as opposed to topics in the more remote past, where the temporal distance often (but not always) has cooled things down. The more or less direct political relevance of much contemporary history serves as an impediment to a more detached, scientific treatment of the topics at hand.”* FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 104.

⁶⁶ FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 1-2.

representação teórica da historiografia. Ao contrário, o reconhecimento, pelo autor norueguês, da centralidade da perspectiva do intérprete no processo de conhecimento histórico do passado relaciona-se diretamente com o padrão de objetividade, segundo ele, praticável pelas historiadoras. Tor Førland não renuncia à noção de que a historiografia acadêmica se distingue da mera propaganda ideológica.⁶⁷ O fundamento dessa distinção seria precisamente o imperativo de adequação empírica e lógico-racional das sínteses históricas elaboradas no âmbito da ciência especializada, cujo traço distintivo seria uma relativa blindagem em relação a interesses estranhos à atividade científica por efeito da mediação de valores cognitivos. Esses valores cognitivos -- relacionados, por exemplo, a pertinência empírica, coerência interna e abrangência explicativa das sínteses históricas -- constituíram, no entendimento de Førland, o eixo cientificamente regulado de aproximação e conciliação possível entre versões do passado histórico orientadas por predileções políticas, morais e religiosas concorrentes. Ou melhor, tais valores cognitivos tornariam possível, por um lado, neutralizar a divergência relacionada a preferências estéticas e normativas de cunho pessoal e, por outro, criar um campo de comparação e aproximação entre diferentes sínteses históricas em bases empíricas e lógico-rationais.⁶⁸

A tese de Tor Førland a respeito dos critérios implicados na validação dos textos de história -- e das modalidades variadas de síntese de enunciados factuais simples que eles integram, tais como esquemas interpretativos, narrativas, teorias e conceitos coligativos -- pela comunidade de historiadoras reporta-se, assim, a duas fontes principais de autoridade cognitiva: por um lado, a verificabilidade empírica dos enunciados factuais garantida pela pesquisa documental; por outro, a conformidade das sínteses abrangentes a princípios lógico-rationais de pertinência e plausibilidade. De modo mais simples, Førland considera o zelo com a verdade no nível dos enunciados factuais simples sobre o passado -- no nível da crônica de acontecimentos, nos termos de Hayden White -- característica distintiva da historiografia acadêmica. Tor Førland reconhece, em consonância com os filósofos

⁶⁷ *“Interpretation in scientific historiography takes place within epistemically determined bounds. This is what separates historiography from fiction and propaganda.”* FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 14.

⁶⁸ *“The benefits of holding fast to standards for evaluating data, for choosing among alternative theories, for deciding what belongs within an explanation and what does not, and for assessing claims of causality, should not be underestimated. It gives different communities hope of agreeing on some basic facts and interpretations of the past [...] By holding historical accounts up to scientific standards, historians can reduce political and ideological division.”* FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 13-14.

narrativistas da história, que a forma e o conteúdo das sínteses históricas abrangentes não são determinados pela crônica de fatos sobre o passado constituinte das mesmas. O ponto para o qual o historiador norueguês deseja chamar atenção é, no entanto, o de que o conhecimento histórico é carregado de fatos de relevância expressiva⁶⁹, isto é, de informações comprovadas sobre o passado que impactam grandemente o campo de interpretações históricas admissíveis e de ideias a respeito de como o mundo se organiza e funciona. Os valores cognitivos relacionados a coerência interna e abrangência explicativa, por exemplo, constituiriam o terreno protegido de validação científica das sínteses históricas de segunda ordem. O nível primário de garantia de veracidade e verificabilidade da crônica factual de acontecimentos passados preservaria, no contexto das reflexões teóricas de Førland, o estatuto de âncora do modelo de objetividade praticável pelas historiadoras.

Førland ilustra o argumento de que “a história é repleta de fatos que importam”⁷⁰ com alguns exemplos colhidos no terreno aquecido e disputado da história contemporânea, demasiadamente influenciada, segundo o autor, por tendências e interesses extracientíficos de legitimação política e ideológica.⁷¹ A proximidade temporal com o presente que têm os acontecimentos e processos temporais dos quais essa área de pesquisa e escrita da história se ocupa acarretaria, segundo Førland, uma interferência intensificada de predileções políticas pessoais de historiadoras e público-leitor no âmbito das investigações científicas. Nesse sentido, interesses práticos enraizados no presente teriam sido diretamente impactados pela certificação empírica de que caberia à polícia secreta soviética -- não ao exército nazista -- a responsabilidade pela execução de milhares de prisioneiros de guerra poloneses na primavera de 1940, no episódio conhecido como o massacre de Katyn.⁷² Ou ainda, uma eventual confirmação de que o conhecido jornalista e ativista dinamarquês Jørgen Dragsdahl atuara como agente de influência da KGB durante a Guerra Fria teria, segundo Førland, consequências significativas sobre o entendimento que as

⁶⁹ “It may seem trivial but it needs to be restated: facts are basic to historiography. Despite notions of the theory-dependence of data— notions that I do not intend to dispute on a philosophical level but want to cut down to the small size that I think appropriate on a pragmatic level—historiography is littered with facts, large and small, which no one ever disputes (which is what makes them facts) and which have enormous consequences for the evaluation of the accounts based on them, and sometimes for our ideas of how the world works.” FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 93.

⁷⁰ “History is full of facts that matter.” FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 93.

⁷¹ FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 104.

⁷² FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 93-94.

historiadoras e o público em geral têm sobre a formação e atuação do movimento pacifista na Escandinávia nos anos 1980.⁷³ Em ambos os casos, a certificação, via pesquisa documental, da identidade dos agentes realmente envolvidos e dos fatos realmente transcorridos nos episódios em questão acarreta consideráveis impactos sobre o leque de sínteses abrangentes admissíveis sobre a história da União Soviética e da Escandinávia.

A prática especializada dos procedimentos e técnicas de pesquisa documental é, no entendimento de Tor Førland, fator determinante do padrão de racionalidade e objetividade adequado à historiografia acadêmica. Conforme afirmado anteriormente, o historiador norueguês admite a premissa narrativista segundo a qual os textos completos de história não equivaleriam, em termos lógicos, à simples soma dos enunciados fáticos sobre o passado validados via pesquisa documental. No entanto, Førland considera que o esmero e a diligência com que as historiadoras se engajam na verificação de informações de primeira ordem sobre o passado -- dados relativos a datas, lugares, personagens e ações que fundamentam as sínteses históricas -- têm efeitos determinantes sobre o estatuto científico da historiografia acadêmica. Os obstáculos postos à adequação da historiografia a um padrão de objetividade total, indiferente à perspectiva particular dos intérpretes do passado histórico, não devem autorizar, segundo Førland, a desobrigação de conformidade da mesma a padrões parciais e relativos de objetividade. Descrições factuais de primeira ordem de acontecimentos do passado seriam válidas por remissão à tradicional noção de correspondência com a realidade. Nesse sentido, seria possível atestar -- com grau variável de certeza -- a veracidade ou a falsidade de enunciados tais como: "o ex-presidente norte-americano John F. Kennedy teria sido assassinado em 1963 sob ordens da CIA", ou "soldados do exército nazista teriam sido responsáveis pela execução de milhares de prisioneiros de guerra poloneses na primavera de 1940", ou

⁷³ Os dois primeiros capítulos de *"Values, Objectivity and Explanation in Historiography"* são dedicados à exposição de aspectos do que Førland considera um exemplo relativamente recente das consequências advindas da influência de predileções morais, políticas e religiosas sobre o campo especializado da historiografia acadêmica: as batalhas, transcorridas na primeira década dos anos 2000, entre o establishment acadêmico -- majoritariamente de esquerda -- e os políticos dinamarqueses de centro e extrema-direita em torno da memória histórica sobre a Guerra Fria na Dinamarca. Maiores detalhes dessa história serão abordados mais adiante no capítulo.

ainda "o jornalista e ativista dinamarquês Jørgen Dragsdahl teria sido agente de influência da KGB".⁷⁴

Definir o estatuto de veracidade, falsidade ou relativa incerteza de fatos dessa natureza não seria, segundo Førland, matéria de menor importância. Nesse contexto, é de imenso valor o arsenal metodológico e procedimental acumulado pelas historiadoras em mais de dois séculos de prática de pesquisa disciplinar.⁷⁵ Subestimar os efeitos de ganho cognitivo para a historiografia acadêmica da adequação profissional de historiadoras a um certo código de conduta investigativo implicaria no comprometimento de uma das principais funções potencialmente exercidas pelo conhecimento histórico, segundo Førland: "*scientific historiography has a unique potential in that it provides a basis for creating a common understanding of its object of study—the past—despite and irrespective of differences of political, ideological, or religious persuasion*".⁷⁶ Os acontecimentos em torno da ação judicial movida pelo jornalista e ativista Jørgen Dragsdahl contra o historiador dinamarquês Bent Jensen, processado por difamar Dragsdahl publicamente ao acusá-lo de ter sido agente de influência da KGB, ilustra de modo exemplar, no entendimento de Førland, os efeitos da completa politização do discurso da história patrocinada por autores tais como Keith Jenkins.

A exposição que Tor Førland faz dessa controvérsia historiográfica transformada em campo de batalha judicial, política e cultural traz os seguintes personagens: 1) o jornalista dinamarquês Jørgen Dragsdahl, repórter de política

⁷⁴ Esses são exemplos apresentados pelo próprio Førland. Ver: FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 93.

⁷⁵ Førland menciona o processo judicial movido pelo historiador inglês David Irving – notoriamente reconhecido como um negacionista do Holocausto – contra a editora Penguin Books e a historiadora Deborah Lipstadt em 2000. Irving teria acusado Lipstadt e a editora inglesa de difamá-lo com base no fato de que a historiadora norte-americana afirmara no livro "*Denying the Holocaust*" que Irving deliberadamente distorcia evidências documentais de modo a conformá-las às suas convicções negacionistas. Sobre esse caso, interessa particularmente a Førland o fundamento da argumentação do juiz Charles Gray ao impor uma derrota esmagadora das credenciais acadêmicas de Irving. Ao concluir que Irving tinha se recusado a aceitar fatos incontestáveis relacionados ao genocídio perpetrado pelo Estado nazista contra os judeus, o juiz baseou sua decisão, em grande medida, na exposição realizada por Richard Evans -- que atuou no processo na condição de perito técnico contratado pela defesa -- sobre o que significava ser um historiador diligente, metuculoso e rigoroso ("*what it meant to be a conscientious historian*") e como David Irving falhara ao não observar esse código profissional de conduta. Richard Evans descreveu, por ocasião do processo judicial contra Lipstadt, exemplarmente os procedimentos de regulação e certificação empírica do conhecimento histórico considerados tão determinantes, por Førland, da confiabilidade atribuível à historiografia acadêmica. Førland os apresenta em maiores detalhes em: FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 95-97.

⁷⁶ FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 103.

internacional durante a Guerra Fria, profissional reconhecido por sua filiação a organizações partidárias de esquerda e personagem central nas mobilizações pacifistas dos anos 1980 contra a presença de armas nucleares em solo dinamarquês; 2) o historiador dinamarquês Bent Jensen, professor emérito da Universidade da Dinamarca do Sul, processado em 2007 por ter supostamente difamado Dragsdahl publicamente em artigos de jornal de grande circulação em que se lia que, à época da Guerra Fria, o serviço secreto dinamarquês estivera correto ao suspeitar que o jornalista fosse agente de influência da KGB; 3) Anders Fogh Rasmussen, primeiro-ministro dinamarquês entre os anos 2001-2009. Em 2009, Rasmussen renunciou ao cargo para assumir o posto de secretário-geral da OTAN, função em que se manteve até 2014. Com o apoio de partidos de viés liberal-conservador e de extrema-direita populista, o governo dinamarquês liderado pelo primeiro-ministro Fogh Rasmussen apoiou ativamente as intervenções militares dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque na primeira década dos anos 2000. A nível interno de legitimação política, conforme descreve Førlund, *"these foreign policies were defended by a sort of a culture war against those who were considered soft on Nazism during World War Two, soft on communism during the Cold War and soft on Islamist terrorism during the War on Terror"*⁷⁷.

Durante a primeira década dos anos 2000, o que se assistiu foi uma certa convergência e simbiose ideológica entre Bent Jensen e os políticos de centro e extrema-direita então majoritários no Parlamento dinamarquês. O primeiro criticava aberta e publicamente o consenso estabelecido no âmbito da historiografia acadêmica, acusando seus colegas de profissão de serem complacentes com as supostas ignorância premeditada e covardia frente *"ao regime de terror soviético"* demonstradas por políticos e figuras públicas dinamarquesas atuantes em tempos de Guerra Fria.⁷⁸ Anders Fogh Rasmussen e seus aliados no Parlamento, por outro lado, acreditavam na relevância prática da historiografia que não se esquivasse de dar nome e publicidade aos agentes do passado que tivessem agido corretamente e corajosamente. Nesse sentido, teriam pouco valor, para eles, histórias da Guerra Fria que, sendo excessivamente empáticas com os personagens e circunstâncias do passado, se furtassem de distinguir os heróis dos vilões, as virtudes dos vícios, os

⁷⁷ MITROVIĆ, *What remains after Postmodernism*, p. 314.

⁷⁸ MITROVIĆ, *What remains after Postmodernism*, p. 314-315.

acertos dos erros.⁷⁹ Não haveria, no entendimento deles, tempo para histórias que não denunciasses explicitamente o Estado socialista soviético, do mesmo modo que não haveria tempo, no início dos anos 2000, para atitudes hesitantes frente à suposta ameaça colocada pelo "terrorismo islâmico" à existência das chamadas nações liberais.⁸⁰

É nesse contexto de ideias e de acontecimentos que Bent Jensen e os partidos de centro e extrema-direita dinamarqueses encontraram terreno em comum, aproximação mútua que, em 2006, se converteria em apoio concreto do governo na forma de financiamento público de um novo Centro de Pesquisas sobre a Guerra Fria a ser presidido por Jensen. É também nesse contexto que, no início de 2007, Bent Jensen publicou na grande mídia impressa textos em que se lia que o jornalista de esquerda Jørgen Dragsdahl fora considerado um agente de influência a serviço da KGB durante a Guerra Fria não apenas pelo serviço de inteligência dinamarquês, mas inclusive pela própria KGB.

No centro do processo judicial movido por Dragsdahl contra Jensen -- em todas as instâncias da justiça dinamarquesa em que a ação teve um desfecho, culminando na apelação final de Jensen ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos -- sempre estiveram presentes questionamentos quanto à metodologia de pesquisa empírica de cuja observância dependeria a derivação, fundamentada e justificada, de conclusões factuais a partir de vestígios remanescentes do passado. Havia indícios de que a leitura da documentação sigilosa por Jensen não estivera à altura da dúvida e crítica sistemáticas, da comparação e contextualização dos testemunhos, além dos testes de veracidade e fidedignidade das informações coletadas -- procedimentos metodológicos distintivos da historiografia acadêmica. Havia indícios, também, de que no fundo da atitude metodologicamente descuidada expressa pelo historiador dinamarquês estariam interesses predominantes de persuasão político-ideológica -- sinalizados, por exemplo, pelo fato de que Jensen publicou seus resultados de pesquisa na imprensa comum, não nos periódicos acadêmicos em que eles seriam

⁷⁹ "Fogh Rasmussen and his allies in parliament and the press would retort that history had shown who had made the right choices in the past and that by using history to show the consequences of, respectively, courage and cowardice, historiography was made relevant. Therefore, they had no time for historiography that disregarded or downplayed who had been right and wrong by exhibiting excessive empathy with historical agents or by explaining away their faults." FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 4-5.

⁸⁰ FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 19.

revisados, debatidos, contextualizados, ratificados ou contestados pela comunidade de estudiosos sobre o tema.

Para Førland, o campo de disputa judicial, política e cultural que se tornou, no início dos anos 2000, a memória histórica sobre a Guerra Fria na Dinamarca ilustra exemplarmente o efeito deletério, em termos cognitivos, da relativização dos parâmetros que distinguem o conhecimento científico da mera propaganda ideológica. O historiador norueguês não deixa de notar, com certa ironia, como Bent Jensen e seus aliados no Parlamento e na imprensa se apropriaram de pressupostos epistemológicos originariamente esposados por intelectuais de esquerda, críticos do positivismo, nas décadas finais do século XX. Noções do tipo “não há historiografia neutra e imparcial” e “a historiografia útil ao presente pode e deve assumir uma atitude avaliativa dos agentes e fatos do passado” foram abertamente defendidas por Jensen e seus partidários de centro e extrema-direita no intuito de desacreditar o consenso historiográfico estabelecido sobre as relações Dinamarca-URSS durante a Guerra Fria. Diante das investidas revisionistas advindas do campo político de centro e extrema-direita, o *establishment* acadêmico -- representado por historiadores politicamente à esquerda -- viu-se incapaz de justificar suas pretensões específicas de autoridade cognitiva senão por referência a um arsenal metodológico de pesquisa empírica alusivo de um positivismo desacreditado por eles mesmos décadas antes.⁸¹ Nas palavras do historiador Branko Mitrović,

"The lesson that the Danish left-wing historians' establishment had to learn from the Jensen affair(s) is that what goes around comes around [...] For historians who are activists in the first place, ideals of objectivity may be a burden, but once they are abandoned, their opponents may abandon them too, and it is not

⁸¹ Ao comentar a apropriação que a centro e extrema-direita dinamarqueses fez das críticas, antes vocalizadas principalmente por intelectuais de esquerda, ao modelo neutro e imparcial de escrita da história, Førland afirma o seguinte: *"The antipositivists of the 1960s and 1970s would have sided with Kierkegaard until realizing that their philosophical position implied that they cheered people who were thumping political views that stood in opposition to everything they believed in. The result would have been the same cognitive dissonance crisis between their philosophical position and their political sympathies as Danish left-leaning historians found themselves in but refused to acknowledge."* FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 5.

clear that this makes the political struggle easier. It certainly does not help historiography."⁸²

Para Førland, um dos pilares do padrão de objetividade adequado à historiografia acadêmica é o código disciplinar de pesquisa documental que habilitaria os historiadores a distinguirem, com grau variado de certeza, os fatos das fraudes. Os enunciados fáticos sobre o passado seriam, segundo o historiador norueguês, ingredientes fundamentais do cálculo de síntese abrangente apresentado nos textos completos de história. Embora tais enunciados não determinem a forma, tampouco o conteúdo dos textos de história, eles interditarium o trânsito empiricamente lastreado por certos caminhos de interpretação. Como se viu, algumas interpretações sobre a Guerra Fria e sobre o movimento pacifista na Dinamarca tornam-se mais ou menos admissíveis pela comprovação (ou não) de que o conhecido jornalista e ativista Jørgen Dragsdahl fora agente de influência da KGB. A verdade dos fatos importa e, cientes disso, o historiador Bent Jensen e seus aliados políticos no Parlamento e na imprensa dinamarqueses exploraram, na primeira década dos anos 2000, os efeitos práticos advindos da acusação pública contra Dragsdahl -- e dos danos provocados pela acusação sobre a credibilidade dele e de seus partidários acadêmicos.

Segundo afirma Tor Førland, a validação empírica dos enunciados factuais de primeira ordem que sustentam o corpo das sínteses históricas é um dos fatores distintivos da ciência especializada. O outro fator se relaciona com os critérios epistêmicos por referência aos quais seriam validados os conhecimentos de segunda ordem integrados aos textos de história -- conceitos coligativos, interpretações, teorias e narrativas, por exemplo. Juntos, esses dois níveis de validação cognitiva seriam capazes de proteger o campo da ciência especializada das investidas de instrumentalização advindas do mundo social. O controle de credibilidade cognitiva propiciado por eles criaria condições de convergência e conciliação entre versões alternativas da história inspiradas por convicções políticas, morais e religiosas concorrentes.⁸³

⁸² MITROVIĆ, *What remains after Postmodernism*, p. 315.

⁸³ FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 97.

A principal referência de Førland ao considerar a utilidade da noção de valores cognitivos no campo específico da historiografia acadêmica é o filósofo da ciência norte-americano Thomas Kuhn. Kuhn teria sido um dos primeiros pesquisadores a distinguir um conjunto específico de critérios cognitivos em relação aos quais teorias científicas rivais poderiam ser comparadas. O ponto central de Kuhn é o de que a comparação e a eventual escolha entre teorias científicas concorrentes não seriam determinadas pelo comando absoluto e indiscutível de um cálculo algorítmico.⁸⁴ Em vez disso, elas seriam influenciadas pelo diagnóstico divergente de conformidade das teorias a certos valores cognitivos, apresentados em um total de cinco pelo filósofo norte-americano. O primeiro deles se refere à noção de acuidade empírica, segundo a qual as consequências dedutíveis da teoria proposta devem corresponder aos resultados disponíveis de observação e experimentação empírica. As teorias são avaliadas, também, em relação aos parâmetros de consistência interna e externa com outras teorias explicativas de fenômenos da natureza correlacionados. Em terceiro lugar, é avaliada a abrangência explicativa das teorias, a extensividade de aplicação delas a fenômenos e enunciados generalizantes não considerados originalmente. A noção de escopo explicativo relaciona-se diretamente com a de simplicidade, quarto valor formulado pelo filósofo norte-americano. Devem ser privilegiadas, segundo ele, as teorias que tragam ordem e inteligibilidade a campos de experimentação e conjuntos de fenômenos antes isolados e, por consequência, incompreendidos. Por último, o valor de fecundidade demanda das teorias que elas ampliem o horizonte de fenômenos "investigáveis" e "conhecíveis" pelos cientistas, além de descobrir conexões antes ignoradas entre fenômenos já conhecidos e investigados.⁸⁵

O foco do esquema de validação cognitiva formulado por Thomas Kuhn são as teorias elaboradas no âmbito das ciências da natureza. Os filósofos da história Behan McCullagh, Mark Bevir e Jouni-Matti Kuukkanen argumentam, entretanto, que os historiadores comparam e avaliam sínteses históricas concorrentes com base em critérios similares. Esses autores ofereceriam, no entendimento de Førland, uma linguagem de representação teórica da historiografia acadêmica capaz de julgá-la como resultado de um esforço de cognição, não de persuasão política, moral ou

⁸⁴ FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 98.

⁸⁵ KUHN, Thomas S. Objectivity, Value Judgment, and Theory Choice. In *The Essential Tension: Selected Studies in Scientific Tradition and Change*. Chicago: University of Chicago Press, 1977, p. 320–339 (cit. p. 357).

religiosa.⁸⁶ O quadro de virtudes epistêmicas articulado por esses três autores delimitaria, segundo Førland, o espaço protegido de exercício da ciência especializada⁸⁷, avaliada, de modo mais ou menos explícito e consciente no cotidiano profissional dos historiadores, em relação a critérios de pertinência empírica e lógico-racional.

Embora nem no campo das ciências naturais, nem no âmbito específico da historiografia acadêmica haja consenso quanto ao número e ao conteúdo específico de tais critérios, haveria, tampouco, divergências significativas. Os diferentes arranjos encontrados apresentam amplas zonas de convergência, sendo que as divergências entre eles parecem derivar mais da nomenclatura particularmente utilizada por cada autor do que de discordâncias substanciais quanto às qualidades cognitivas realmente em jogo.⁸⁸ Na seção a seguir, serão apresentadas com maior vagar as reflexões de Jouni-Matti Kuukkanen sobre a historiografia acadêmica e o esquema de validação cognitiva da mesma formulado por ele. Espero elucidar o sentido em que o pensamento de Kuukkanen oferece saídas para a necessidade -- identificada tanto por Førland, quanto pelo próprio de Kuukkanen -- de fundamentar a autoridade dos textos completos de história e dos conhecimentos de segunda ordem que eles integram em terreno cognitivo.

2.2. Jouni-Matti Kuukkanen: uma análise pragmatista do discurso historiográfico

Na seção anterior, buscamos nas reflexões teóricas do historiador norueguês Tor Førland referenciais que orientassem a comparação e a eventual escolha entre textos de história concorrentes. Encontramos, por um lado, uma defesa da importância

⁸⁶ FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 100.

⁸⁷ É importante notar que, ao contrário de Kuukkanen que rejeita o rótulo de “ciência” para a pesquisa e escrita acadêmicas da história, Førland afirma que “*despite its literary manifestations [the historical discipline] is also social science.*” FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 1.

⁸⁸ “*The exact denomination of cognitive, scientific values such as internal consistency, simplicity, scope, and accuracy is an ongoing project, as is the bordering work on which such epistemic values are to count as must-have and which as nice-to-have.*”; “*There is no agreement on the exact specification of cognitive values for theory choice. Lest this be too much of a disappointment, I hasten to add that there is also little disagreement, even though each philosopher tends to formulate the criteria in his or her own way.*” FØRLAND, *Values, Objectivity and Explanation*, p. 8; p. 99.

da validação empírica dos enunciados fáticos sobre o passado via pesquisa documental e, por outro, a ênfase na necessidade de isolamento do campo da ciência especializada pela mediação, coordenada por um dado conjunto de valores epistêmicos, entre textos de história alternativos. Conforme afirmado anteriormente, a perspectiva de Førland sobre questões teóricas relativas à objetividade e avaliação cognitiva dos textos de história -- e das sínteses de enunciados simples sobre o passado que os mesmos contêm -- agrega para este trabalho o ponto de vista de um pesquisador de temas contemporâneos especialmente relevantes para os agentes sociais que vivem o tempo presente.

A ênfase atribuída pelo historiador norueguês aos processos de verificação pelos quais é auferida a confiabilidade dos enunciados simples sobre o passado está diretamente relacionada com as disputas e tensões identificadas por ele em seu próprio campo de investigação histórica. O exame de critérios de ordem cognitiva supostamente capazes de blindar a discussão especializada da fragmentação em subgrupos de preferência política, moral e religiosa divergente também. Førland defende suas próprias posições epistemológicas recorrendo, em grande medida, a conceitos e linhas de argumentação desenvolvidos por outros autores, tais como a filosofia pós-narrativista da historiografia de Jouni-Matti Kuukkanen. O modelo de representação teórica da historiografia acadêmica elaborado por Kuukkanen seria exemplo de uma saída racional⁸⁹ possível ante a ameaça de esfacelamento da

⁸⁹ Desde logo, é importante tentar esclarecer a que tipo de procedimento intelectual Kuukkanen quer se referir ao falar em “racionalidade”. Conforme se verá a seguir, a escrita de textos de história é considerada pelo filósofo finlandês uma prática discursiva por meio da qual as historiadoras intervêm em um determinado contexto argumentativo de comunicação e buscam alcançar um determinado resultado prático. Esse resultado prático seria o seguinte: convencer, com base em evidências e argumentos persuasivos, seus interlocutores a perceberem o passado à luz de um ponto de vista particular. “Racional” quer dizer, assim, que a estratégia empregada pelas historiadoras de modo a persuadir os seus leitores de uma determinada tese sobre o passado consistiria em apresentar razões – baseadas em evidências empíricas, atributos lógico-argumentativos e no diálogo sistemático com a literatura especializada sobre os temas históricos investigados – para que tais teses sejam acreditadas. As versões da história escrita credíveis seriam aquelas que oferecessem razões suficientemente convincentes da sua credibilidade no contexto da prática discursiva disciplinar e especializada de oferecer razões e requisitar razões de plausibilidade. Isto quer dizer que, segundo Kuukkanen, a prática mesma de oferecer e requisitar razões empíricas, lógico-argumentativas e de relevância discursiva consistiria no procedimento pelo qual algumas versões escritas da história são consagradas como confiáveis em terreno cognitivo. No contexto da teoria da história de Kuukkanen, a validade cognitiva das histórias não seria auferida com base na verificação de correspondência estrita entre os textos de história, por um lado, e os acontecimentos e estado de coisas do passado, por outro. O procedimento pelo qual algumas histórias teriam sua validade garantida em terreno cognitivo, conforme já mencionado, seria aquele da prática mesma de justificação empírica, lógico-argumentativa e discursiva das assertivas sobre o passado. O filósofo norte-americano Brian Fay compara o sentido da proposta filosófica de Kuukkanen para o campo específico da historiografia acadêmica com o sentido da proposta filosófica das *“Investigações Filosóficas”* de Ludwig Wittgenstein para o campo específico da filosofia da linguagem: assim como Wittgenstein esperava que seus leitores substituíssem a perspectiva

historiografia em ilhas incomunicáveis de interesses práticos extracientíficos em disputa. Nesta seção, voltaremos nossa atenção ao pensamento do próprio Kuukkanen, buscando reconhecer os objetivos que ele mesmo pretendia alcançar com a sua filosofia "pós-narrativista" da historiografia e como tais objetivos conversam com o tema desta dissertação.

Como o qualificativo "pós-narrativista" sintetiza o conjunto de posições e argumentos desdobrados pelo filósofo finlandês ao longo de "*Postnarrativist Philosophy of Historiography*", desvendar o significado do termo -- ou seja, o sentido em que o pensamento de Kuukkanen se vincula ao mesmo tempo em que se distancia da filosofia narrativista -- é a chave de acesso à novidade e originalidade da proposta teórica do autor. "Pós-narrativista" sinaliza principalmente a adoção de uma perspectiva teórica "não-representacionista" por Kuukkanen, isto é, a defesa de que os textos de história não reconstróem ou "re-apresentam", em forma literária, o passado que um dia foi.⁹⁰ Do ponto de vista epistemológico, aos textos de história não seria possível, segundo Kuukkanen, estabelecer com o passado, seu objeto de investigação e discurso, uma relação de estrita correspondência. Esse fato seria consequência da própria natureza dos textos de história, segundo o filósofo finlandês. Os textos completos de história conteriam não narrativas sobre o tempo passado, mas

representacionista da linguagem por outra pragmatista, Kuukkanen quer convencer seus leitores a abandonarem a perspectiva representacionista da historiografia a favor de outra pragmatista. Nesse sentido, "*just as Wittgenstein's "slab" and "block" aren't depictions of some physical objects, so also history isn't essentially a depiction of an object (a personage or event of long ago); both "slab" and 'The Making of the English Working Class' are more accurately to be understood as stages in an ongoing discourse itself embedded in an ongoing activity bent on getting others to do something (to pass the slab in the case of the builder, or to look at the past in a different way in the case of the historiographer).*" Fay avalia, entretanto, que Kuukkanen não vai às últimas consequências da atitude pragmatista que anima seu empreendimento filosófico. Segundo o filósofo norte-americano – e com essa crítica ela faz coro com outro filósofo norte-americano, Paul Roth –, Kuukkanen hesita ao qualificar a natureza dos procedimentos intelectuais especificamente "racionais" implicados na validação cognitiva dos textos de história. A hesitação assinalada por Fay se refere ao fato de que, no último capítulo de "*Postnarrativist philosophy of historiography*", Kuukkanen descreve o padrão de racionalidade da historiografia em termos nada pragmáticos: como universais, "*community-transcending*", "*somehow rooted in the nature of reality or thought itself.*" No entendimento de Paul Roth, Kuukkanen resiste em abraçar uma noção localizada, com "r" minúsculo de "racionalidade" precisamente porque ela dissolveria as fronteiras estabelecidas por ele entre os planos epistêmico, argumentativo e discursivo de justificação da autoridade cognitiva dos textos de história. Se as diversas linhas possíveis de raciocínio e argumentação seriam classificadas como racionais ou irracionais seria sentença dada por comunidades de discurso específicas, localizadas no espaço, sujeitas a transformações ao longo do tempo e ocupadas de investigar objetos e atuar em áreas específicos do conhecimento. Ver: FAY, *From Narrativism to Pragmatism*, p. 14; ROTH, Paul A. Back to the Future: Postnarrativist Historiography and Analytic Philosophy of History. *History and Theory*, v. 55, n. 2, p. 270-281, 2016.

⁹⁰ "*The non-representationalist suggestion of this book is that historiography is about reasoning for some theses and that the main contribution of a work of history is to provide an informal argument for or against a given thesis.*" KUUKKANEN, *Postnarrativist philosophy of historiography*, p. 66.

teses ou pontos de vista em favor dos quais as historiadoras argumentariam de modo mais ou menos convincente.⁹¹ O esforço intelectual de investigação e escrita da história estaria direcionado, nesse sentido, à proposição -- ou apresentação -- de chaves de leitura e compreensão do passado, cuja prova de plausibilidade derivaria da força persuasiva das razões empíricas e lógico-argumentativas oferecidas pelos proponentes. Cadeias de argumentos não poderiam, naturalmente, corresponder aos acontecimentos e estado de coisas no passado, como não poderiam, também, conceitos coligativos do tipo “Renascimento” ou “Revolução Francesa”, cujo princípio ou ideia sintetizadora tem origem na subjetividade das historiadoras, não na objetividade das informações sobre o passado coligadas por eles.⁹² A escrita de textos acadêmicos de história é, para Kuukkanen, uma prática discursiva por meio da qual as historiadoras tomam parte em discussões em andamento, em que elas firmam posições próprias sobre modos possíveis de ler o passado. Isto significa que, ao oferecerem razões para que suas próprias posições sejam creditadas, as historiadoras devem dialogar com os demais interlocutores e visões sobre o passado em disputa.⁹³

O conjunto de ideias apresentado até aqui soma para a seguinte caracterização teórica da historiografia acadêmica: a impossibilidade de correspondência com o passado implica em que os textos de história não sejam “validáveis” cognitivamente por recurso às tradicionais noções de verdade e falsidade.⁹⁴ No entanto, as teses avançadas por eles, assim como os conhecimentos de segunda ordem que eles

⁹¹ “My view is that we can give up on the assumption that there has to be an object that that makes a ‘presentation’ of history true or false, or an object to which a presentation ‘refers’ to, or ‘is about’. Historical writing contains arguments, or, to say it somewhat differently, a historical presentation in total amounts to an argumentative intervention.” KUUKKANEN, *Postnarrativist philosophy of historiography*, p. 67.

⁹² “It appears that there is nothing ‘real’ or ‘natural’ in the ontological sense in how the historian organizes historical phenomena into more general categories like the ‘Renaissance’ or the ‘Cold War.’ Is historiography thus nominalist due to its colligatory language? This is a correct conclusion insofar as ‘nominalism’ means nominal postulations, that is, that colligatory arrangements are not natural, given or provided by the object (the past).” KUUKKANEN, *Postnarrativist philosophy of historiography*, p. 109.

⁹³ “This is what I mean by the ‘argumentative context’ of historical works. The argumentative context itself has been shaped by various kinds of intellectual, political and other interests. It is my claim that a proper justification of a historiographical argument requires adequate accounting of the existing knowledge and arguments, and an appropriate intervention in a relevant argumentative context.” KUUKKANEN, *Postnarrativist philosophy of historiography*, p. 157.

⁹⁴ “The problem is that truth, the traditionally favored option for acquiring epistemic authority, does not work in this context. When ‘truth’ is identified as correspondence, which I think is the most intuitive option, one is faced with the problem that synthesizing historical theses and colligatory expressions do not have truth-makers, that is, entities that would make them true or false, in the past.” KUUKKANEN, *Postnarrativist philosophy of historiography*, p. 11.

integram, poderiam ter sua validade cognitiva garantida através de outras estratégias. Essas estratégias são sintetizadas por Kuukkanen em torno de um esquema tri-partite de justificação dos textos de história.⁹⁵

Antes de apresentar com maior definição os contornos desse esquema tri-partite de justificação da autoridade cognitiva dos textos de história, é necessário reforçar os seguintes pontos já mencionados: os conceitos coligativos integrados às teses sobre o passado apresentadas nos textos de história, assim como as próprias teses a favor das quais as historiadoras argumentam, não podem ser validados cognitivamente, segundo Kuukkanen, por recurso à noção de "verdade". Isto porque, em termos epistemológicos, "verdade" sinalizaria a existência de correspondência entre o discurso das historiadoras, por um lado, e as coisas passadas que são objeto de investigação delas, por outro. Tal correspondência não seria possível, entre outras razões, porque os princípios sintetizadores em torno dos quais conceitos coligativos e teses abrangentes são elaborados não descendem dos enunciados simples sobre o passado verificados via pesquisa empírica. Tais conhecimentos sintéticos de segunda ordem não seriam determinados, enfim, pelas informações remanescentes do passado. Os textos completos de história não resultariam da soma dos enunciados de primeira ordem sobre o passado que lhe dão corpo. Esse é, aliás, o núcleo da concordância de Kuukkanen com o paradigma narrativista de representação teórica da historiografia: os textos completos de história -- produto por excelência da prática acadêmica de investigação histórica do passado -- não são redutíveis aos enunciados factuais sobre o passado verificados via pesquisa documental. Há sempre algo a mais presente nos textos, responsável por organizar e coordenar as informações sobre o passado nele subsumidas no sentido da revelação de um significado histórico maior e abrangente. Kuukkanen não define esse "algo a mais" por referência à noção de "narrativa". Antes, ele identifica nos textos de história teses abrangentes sobre o passado e conhecimentos sintéticos de segunda ordem justificados em bases

⁹⁵ "One has to find some other way to ground the epistemic authority of the central knowledge contributions of historiography than the truthfunctional one. The explication of the evaluative framework by reliance on the concept of rational warrant is the task of Chapter 9, which is the culmination of this book [...] The notion of rational warrant is the governing concept here, but it can be further divided into three sub-components. A work of history can be evaluated in terms of its rhetorical dimension (the quality of reasoning); its epistemic dimension (in terms of epistemic values); and its discursive dimension (success as an argumentative intervention in the relevant argumentative context). The key point is to realize that all these aspects contribute to the overall cognitive and rational warrant of a historical thesis, the aim of which is to make the acceptance of the thesis compelling in its context of appearance. KUUKKANEN, *Postnarrativist philosophy of historiography*, p. 12.

racionais e lógico-argumentativas. Isto significa que, o procedimento racional de justificação pelo qual algumas teorias têm a sua validade epistêmica garantida no âmbito das ciências naturais é praticado similarmente no contexto da historiografia acadêmica. Também no âmbito da justificação de plausibilidade dos textos de história reinaria o compromisso dos historiadores de continuamente oferecerem razões, no espaço social e lógico de argumentação, para que sua tese particular sobre o passado seja creditada.⁹⁶ Se bem justificadas em terreno racional, a referência das sínteses históricas à noção de "verdade" seria, no entendimento de Kuukkanen, dispensável. Segundo o filósofo finlandês, *"if we manage by some other means to attribute to our assertions the kind of epistemic authority that compels a rational being to accept the assertions, reference to 'truth' is superfluous"*.⁹⁷

Kuukkanen delimita três níveis inter-relacionados de justificação, em bases racionais, da autoridade cognitiva dos textos de história: epistêmico, argumentativo e discursivo. O nível epistêmico trataria da natureza da relação existente entre os conceitos coligativos largamente empregados no âmbito da historiografia acadêmica, por um lado, e os acontecimentos e estados de coisa do passado descritos por eles, por outro.⁹⁸ Conforme já mencionado, não haveria, segundo Kuukkanen, entidades extradiscursivas no passado das quais as expressões coligativas "Iluminismo", "Revolução Industrial" ou mesmo "Conquista da América" seriam "re-apresentações" linguísticas no presente, sinalizando, assim, a verdade ou falsidade das mesmas. Antes, tais expressões seriam resultado de um dedicado esforço racional de síntese e redescrição de informações dispersas e fragmentadas sobre o passado à luz de ideias instituidoras de inteligibilidade, continuidade e coerência temporais. Essas ideias a partir das quais as historiadoras traçam linhas de aproximação e parentesco entre informações sobre pessoas, espaços e circunstâncias múltiplos e diversos não remeteriam a qualidades intrínsecas a tais pessoas, espaços e circunstâncias. Não haveria, segundo Kuukkanen, alguma qualidade intrinsecamente compartilhada pelos diferentes agentes, localidades e circunstâncias temporais coligados sob o guarda-

⁹⁶ *"To put it differently, in the situation in which the respondent manages to give reasons, his or her assertion can be said to be rationally warranted or justified. The inferential practice of giving reasons is thus itself a form of justification [...] We might say that justification lies in the inferential act of rationality itself and not, for example, in the copying of prior states of affairs or in referential relations."* KUUKKANEN, *Postnarrativist philosophy of historiography*, p. 145-146.

⁹⁷ KUUKKANEN, *Postnarrativist philosophy of historiography*, p. 146.

⁹⁸ ZELEŇÁK, Eugen. How to Cure Narrativism with Rational Evaluation. *Journal of the Philosophy of History*, v. 11, n. 1, p. 22-32, 2017 (cit. p. 27).

chuva da expressão "Revolução industrial" que determinasse a opção, em particular, por essa expressão e pelo conteúdo descritivo específico dela -- como há, por exemplo, o atributo relativo ao número de prótons que justifica a clara distinção entre os átomos de oxigênio e os átomos de outros elementos químicos.⁹⁹

A opção por um certo conceito coligativo e seu potencial respectivo de apresentar o passado à luz de uma determinada perspectiva poderia, segundo Kuukkanen, ser justificada, entretanto, com base nos seguintes critérios: a) exemplificação: o conteúdo descritivo de uma determinada expressão coligativa deve ser exemplificado pelas informações sobre o passado subsumidas por ela; b) coerência: as expressões coligativas devem buscar a maior coerência interna possível; c) abrangência: as expressões coligativas devem buscar a maior coerência interna possível entre o mais amplo leque possível de informações sobre o passado; d) escopo: as expressões coligativas devem ser aplicáveis ao conjunto mais amplo possível de fenômenos históricos; e, e) originalidade: expressões coligativas mais originais devem ser selecionadas em detrimento de outras menos originais.¹⁰⁰

O nível argumentativo de justificação dos textos de história estaria relacionado, por sua vez, com a verificação das qualidades textuais e argumentativas internas aos textos, isto é, com o poder de persuasão dos argumentos elaborados pelas historiadoras a favor de suas respectivas teses sobre o passado. Nos textos de história, as historiadoras não apresentam apenas teses ou pontos de vista abrangentes sobre como o passado histórico poderia ser compreendido, mas, também, evidências que fundamentam a credibilidade em tais teses e pontos de vista. O foco na dimensão argumentativa dos textos revelaria, segundo Kuukkanen, o complexo raciocínio por meio do qual determinadas conclusões sobre o passado são tornadas plausíveis ou não a partir das premissas e evidências apresentadas.¹⁰¹

Por último, a dimensão discursiva de justificação dos textos de história incluiria aspectos do trabalho de investigação e escrita da história exteriores ao próprio texto, particularmente o contexto argumentativo em que as historiadoras intervêm e tomam

⁹⁹ "German Shepherds are kinds of dogs and the Earth and Mars are kinds of planets, but a certain painting and a book are not kinds of the Renaissance. It is not possible to create taxonomic, genus-species, categories of the kinds of the 'Renaissance' in the way that taxonomies of the kinds of dogs, mammals, animals, etc. are created." KUUKKANEN, *Postnarrativist philosophy of historiography*, p. 110.

¹⁰⁰ KUUKKANEN, *Postnarrativist philosophy of historiography*, p. 123-128.

¹⁰¹ ZELEŇÁK, *How to cure narrativism with rational evaluation*, p. 28.

parte. Já foi afirmado que Kuukkanen considera a escrita de textos acadêmicos de história uma prática discursiva regulada por critérios epistêmicos e lógico-argumentativos de validação das assertivas avançadas sobre o passado. O campo de discussão especializada em que reina o compromisso de continuamente oferecer razões para que as histórias sejam creditadas seria conformado por temas, questionamentos e hipóteses de resposta com os quais as historiadoras devem obrigatoriamente manter interlocução. Escrever textos de história equivaleria, afinal, a introduzir-se e tomar parte em diálogos em andamento, em que algumas posições já foram firmadas e em que a originalidade e relevância das novas posições são avaliadas em relação às primeiras.¹⁰² O nível discursivo de justificação da autoridade cognitiva dos textos de história sintetizaria, ainda, os níveis epistêmico e argumentativo em uma visão abrangente da racionalidade estruturante da historiografia. As teses sobre o passado e os conceitos coligativos apresentados nos textos de história -- produtos do empenho analítico e de síntese de informações demonstrado pelas historiadoras e mediado por um conjunto de valores epistêmicos -- estariam direcionados, em última instância, a convencer, em bases argumentativas, a comunidade de interlocutores especializados de um determinado ponto sobre o passado.

No que se refere à pergunta que nos interessa particularmente nesta dissertação, o modelo tri-partite de avaliação cognitiva dos textos de história elaborado por Kuukkanen opera com base em premissas teóricas bastante diversas daquelas que subjazem às noções de representação e correspondência. Não se espera da boa historiografia que ela seja um espelho fiel do passado, já que, como visto, cadeias argumentativas de premissas e conclusões não são entidades simétricas a conjuntos de acontecimentos e estados de coisa no passado -- não podendo, assim, apenas reproduzi-los no presente. Ao contrário, o trabalho das historiadoras consistiria, no entendimento do filósofo finlandês, do mesmo que o dos cientistas, a saber: *“to find the best possible characterizations and constructions of*

¹⁰² *“The idea of the argumentative context is to provide an account of the historiographical setting in which any historian has to situate his or her historiographical argument. Why is it necessary to do so? Ignoring the existing discussion would amount to disregarding prevailing historical knowledge. One would in effect be re-inventing the wheel, and most likely end up being excluded from the community of historians (because of scholarly omissions).”* KUUKKANEN, *Postnarrativist philosophy of historiography*, p. 158.

their object world and not to ponder primarily what the relation of historiography and its cognitive products is to historical reality in general."¹⁰³

A validade cognitiva das teses sobre o passado e dos conceitos coligativos apresentados nos textos de história resultaria, na prática, da disposição em aceitá-los demonstrada pela comunidade de interlocutores especializados aptos a avaliá-los em bases racionais epistêmicas, argumentativas e discursivas. Sentenças quanto ao grau de confiabilidade das histórias em terreno cognitivo não resultariam da verificação de sucesso ou insucesso das historiadoras em reproduzirem fielmente, no presente, a natureza dos acontecimentos e estados de coisa do passado. Antes, a medida de confiabilidade das histórias seria consequência da habilidade prática das historiadoras de proverem razões -- no contexto de uma prática dialógica social e logicamente regulada -- que justificassem a confiança nas assertivas sobre o passado avançadas por elas. Nas palavras de Kuukkanen: *"to put it differently, in the situation in which the respondent manages to give reasons, his or her assertion can be said to be rationally warranted or justified. The inferential practice of giving reasons is thus itself a form of justification."*¹⁰⁴

As historiadoras e o seu respectivo público-leitor dispõem, nesse sentido, de referenciais epistêmicos, argumentativos e discursivos de avaliação cognitiva dos textos de história. Tais referenciais não equivaleriam, conforme afirmado por Kuukkanen em diversas ocasiões, a uma solução algorítmica para o problema epistemológico relacionado à transformação de enunciados factuais simples sobre o passado em sínteses históricas abrangentes de conjuntos heterogêneos de agentes, territórios e circunstâncias temporais. Esses referenciais assegurariam, entretanto, um campo racionalmente regulamentado de comparação e hierarquização de versões concorrentes sobre o passado histórico, em que o compromisso assumido de prover razões -- e de responder às razões apresentadas pelos demais interlocutores -- seria a base mesma da confiança atribuída a algumas dessas versões. A algumas mais do que a outras.

¹⁰³ KUUKKANEN, *Postnarrativist philosophy of historiography*, p. 199.

¹⁰⁴ KUUKKANEN, *Postnarrativist philosophy of historiography*, p. 146.

2.3. Será possível blindar a historiografia acadêmica das questões e conflitos da vida prática?

As preocupações de ordem teórica que Tor Førland e Jouni-Matti Kuukkanen direcionam à historiografia acadêmica pertencem a um momento posterior ao de hegemonia incontestada da agenda narrativista de reflexão filosófica sobre o conhecimento histórico. Questões epistemológicas relacionadas a tópicos como objetividade, parcialidade, explicação, verdade e validação cognitiva -- consideradas centrais pela filosofia analítica da história predominante entre os anos 1940-1970 -- seriam deslocadas, na segunda metade do século XX, em favor da ênfase na forma narrativa do conhecimento histórico e nas consequências da estrutura narrativa sobre o padrão de racionalidade implícito nos textos de história.¹⁰⁵ Conforme sugestão do próprio Førland, autores como ele mesmo e Jouni-Matti Kuukkanen não pertenceriam à mesma geração de filósofos da historiografia que os autores abordados no capítulo anterior, Hayden White e Keith Jenkins. Apesar das reflexões teóricas de Førland e Kuukkanen sobre a historiografia remontarem a problemáticas tradicionalmente trabalhadas pelos filósofos analíticos anteriormente ao chamado giro-linguístico, a abordagem adotada pelos dois autores é diferente. Ambos integram em suas observações o que Kuukkanen chama de "insight narrativista", isto é, a percepção de que os textos completos de história -- em vez dos enunciados factuais simples sobre o passado, foco das atenções dos filósofos analíticos -- são o objeto, por excelência, dos procedimentos de justificação de plausibilidade no âmbito da historiografia acadêmica.¹⁰⁶ O cerne da divergência entre os autores norueguês e finlandês, por um lado, e os filósofos narrativistas abordados no primeiro capítulo, por outro, diz respeito às bases -- se cognitivas ou não-cognitivas -- para a justificação da validade dos textos de história. A premissa compartilhada de que as historiadoras participam ativamente da construção do conhecimento histórico não conduz Førland e Kuukkanen à conclusão de que parâmetros linguísticos, relacionados a qualidades estéticas e retóricas, seriam preponderantes no procedimento de validação dos textos de história. Ao contrário, ambos consideram de fundamental importância a delimitação de um

¹⁰⁵ Para uma breve recapitulação do histórico recente de reflexões filosóficas sobre a historiografia, ver KUUKKANEN, *Postnarrativist Philosophy of Historiography*, p. 14-29.

¹⁰⁶ Ver as citações presentes na nota 14.

espaço, regulado racionalmente por critérios epistêmicos e lógico-argumentativos de validação, próprio da historiografia acadêmica.

A comparação e eventual escolha entre textos de história concorrentes, se conduzidas nos termos recomendados por Tor Førland e Jouni-Matti Kuukkanen, orientam-se por critérios cognitivos ligados, principalmente, a exemplificação empírica, plausibilidade lógico-argumentativa e relevância e originalidade discursivas. No caso específico de Førland, como visto, os procedimentos e metodologias de pesquisa documental são considerados determinantes do tipo de objetividade praticável no âmbito da ciência da história. Na contramão da tendência para se enfatizar a formatação linguística dos textos de história, Førland volta-se para as etapas precedentes de construção do conhecimento histórico, relacionadas à verificação empírica das assertivas sobre o passado e à elaboração de esquemas explicativos válidos. Um dos pontos principais do historiador norueguês é a ideia de que os chamados fatos históricos seriam ingredientes básicos e indispensáveis dos textos de história e dos conhecimentos de segunda ordem que os mesmos integram. Embora a garantia de validade empírica de tais fatos históricos não implique, automaticamente, na garantia de confiabilidade das sínteses históricas em que são integrados, Førland insiste que horizontes de interpretação histórica são abertos ou interditados a depender das informações sobre o passado provadas verdadeiras, falsas ou duvidosas via pesquisa documental. Ele ilustra esse argumento pela remissão a reais controvérsias historiográficas contemporâneas, em que a veracidade e o grau de confiabilidade de enunciados factuais específicos demonstraram poder suscitar novas leituras sobre a história recente da Dinamarca -- além de fortes paixões políticas e ideológicas no presente.

Para proteger-se do efeito desagregador da influência de tais paixões políticas e ideológicas sobre o campo especializado da ciência, a historiografia acadêmica teria a seu dispor não apenas os procedimentos metódicos de pesquisa documental, mas, igualmente, o escudo de critérios epistêmicos de comparação entre sínteses históricas concorrentes. Conforme se viu, Førland entende que, embora tais critérios epistêmicos não conduzam ao estabelecimento de histórias incontestavelmente verdadeiras, eles evitariam a queda das historiadoras no “abismo” do relativismo epistemológico.¹⁰⁷

¹⁰⁷ FØRLAND, *Values, objectivity, and explanation in historiography*, p. 97.

A abordagem pragmatista que Kuukkanen propõe da escrita acadêmica da história permite ao filósofo finlandês acessar teoricamente os textos de história e as sínteses de enunciados fáticos sobre o passado que eles contêm a partir de uma perspectiva predominantemente cognitiva, em vez de estética e ideológica. O cerne do argumento de Kuukkanen indica que a plausibilidade das teses abrangentes e conceitos coligativos apresentados nos textos de história não deveria ser identificada com a capacidade dos mesmos de reconstruírem fielmente o passado. A escrita de textos acadêmicos de história constituiria uma prática discursiva racional em que os interlocutores nela engajados avançariam pontos de vista sobre o passado, mais ou menos convincentes a depender da força das evidências empíricas fornecidas e da habilidade argumentativa demonstrada. A plausibilidade dos textos de história não dependeria, assim, da medida de correspondência deles com o passado, mas da capacidade das historiadoras de, na prática da discussão especializada, constantemente oferecer razões empíricas e lógico-argumentativas para que suas histórias sejam acreditadas.

Não creio, no entanto, que a identificação da prática acadêmica de escrever histórias com as habilidades de análise conceitual, fundamentação empírica e argumentação racional -- em vez de outras relacionadas a criatividade estética e persuasão ideológica -- esgote o problema do processo pelo qual as informações remanescentes sobre o passado são traduzidas em teses e sínteses históricas abrangentes. Um indício inequívoco disso relaciona-se com a origem das ideias e princípios que governam a elaboração de expressões coligativas e de teses abrangentes sobre o passado, além dos fundamentos que autorizam ou tornam aceitáveis certas linhas de argumentação em vez de outras. Kuukkanen concorda com o “insight narrativista” segundo o qual as sínteses históricas não seriam equivalentes, em termos lógicos, aos enunciados simples sobre o passado. No entanto, o relativo isolamento que ele propõe de um nível cognitivo de elaboração e validação de tais sínteses históricas apresenta-se, a meu ver, como de difícil manutenção. Essa transformação de passado em história não parece, enfim, redutível a uma categoria de operações mentais preservadas de qualquer influência de interesses ideológicos e preferências estéticas.

Como Førlund também aceita o chamado “insight narrativista” e, adicionalmente, busca particularmente nas reflexões de Kuukkanen uma saída para o problema da validação cognitiva dos textos de história, explorar as tensões internas

ao modelo de justificação da historiografia proposto pelo segundo serve aos propósitos mais amplos deste capítulo.

Kuukkanen qualifica como insatisfatório um modelo de escrita da história que se limitasse ao registro cronológico de fatos referentes ao passado. Os conceitos coligativos e as teses sobre o passado seriam, nesse sentido, ingredientes indispensáveis da composição de textos de história. Sem eles, Kuukkanen acredita que a historiografia seria mais pobre, menos expressiva e interessante. Histórias que não apresentassem aos seus leitores perspectivas abrangentes de compreensão das informações sobre o passado antes isoladas não seriam histórias propriamente ditas. Um tal modelo de historiografia não corresponderia, enfim, às expectativas comumente aceitas sobre o que os textos de história devem fazer e oferecer.¹⁰⁸ Nesse ponto, creio que subjaz uma questão de extrema importância, colocada por Hayden White no ensaio *“The value of narrativity in the representation of reality”*¹⁰⁹, respondida por Kuukkanen de modo insatisfatório por recurso às noções de “expressividade” e “utilidade”: o que a historiografia, ao propor sínteses abrangentes, faz de tão especial com as experiências temporais do passado que os anais e as crônicas não são capazes de fazer?¹¹⁰ A concordância com o chamado “insight narrativista”, por um lado, e a compreensão de que as sínteses históricas não são apenas o principal, mas o mais valioso e imprescindível produto do trabalho de investigação histórica do

¹⁰⁸ Assim afirma Kuukkanen em diferentes ocasiões: *“Historiography would be much impoverished without them [colligatory concepts].”*; *“I already argued that colligatory expressions amount to the most interesting and useful type of historiographical language.”*; *“Despite (or perhaps due to) their constructive nature, historiography purified of colligatory expressions would be much poorer, and much less expressive. It would resemble a chronology of low-level observational statements, which arguably could not be said to fit our idea of proper history writing.”* KUUKKANEN, *Post-Narrativist Philosophy of Historiography*, p. 106; 114; 115.

¹⁰⁹ Em *The value of narrativity in the representation of reality*, Hayden White analisa os anais e as crônicas não como modalidades insuficientes e incompletas de escrita da história, mas como resultados de modelos alternativos de imaginação da realidade histórica. Mais especificamente, de concepções de realidade alternativas àquela subjacente à moderna historiografia ocidental. Perguntas do tipo “Por que o analista (ou o cronista) representou o que ele entendia por realidade no formato de anais (ou crônicas)?” são centrais para a reflexão desenvolvida por White nesse ensaio. Ver: WHITE, Hayden. *The Value of Narrativity in the Representation of Reality*. *Critical Inquiry*, 7, 1, 1980, p. 5-27.

¹¹⁰ *“What desire is gratified by the fantasy that real events are properly represented when they can be shown to display the formal coherency of a story? In the enigma of this wish, this desire, we catch a glimpse of the cultural function of narrativizing discourse in general, an intimation of the psychological impulse behind the apparently universal need not only to narrate but to give to events an aspect of narrativity”*; *“And this raises the suspicion that narrative in general, from the folktale to the novel, from the annals to the fully realized “history,” has to do with the topics of law, legality, legitimacy, or, more generally, authority.”*; *“[Narrativity] is intimately related to, if not a function of, the impulse to moralize reality, that is, to identify it with the social system that is the source of any morality that we can imagine.”* WHITE, *The value of narrativity in the representation of reality*, p. 8; 17-18.

passado, por outro, têm, a meu ver, a seguinte consequência: critérios avaliativos de ordem moral, política e ideológica acabam por entrar pela porta dos fundos do esquema de validação cognitiva das histórias proposto por Kuukkanen.

“Entrar pela porta dos fundos” é uma maneira de sinalizar que a avaliação de credibilidade das histórias por referência a esses critérios vai de encontro com a finalidade expressa da filosofia pós-narrativista de Kuukkanen: pensar a escrita de textos de história como uma prática racional de proposição de teses sobre o passado válidas em terreno cognitivo. Não é por acaso que os interlocutores do filósofo finlandês sejam principalmente historiadores e filósofos da ciência. A consequência disso é que, embora variáveis não-cognitivas sejam mencionadas no contexto de validação epistêmica e discursiva dos textos de história, enfatizá-las equivaleria a deslocar o foco na direção contrária da argumentação desenvolvida pelo autor no decorrer do livro.¹¹¹ No contexto específico de validação epistêmica, a questão da origem dos princípios que governam a coligação de informações heterogêneas sobre o passado em sínteses históricas abrangentes permanece, a meu ver, em aberto. Isto porque Kuukkanen busca solucioná-la por referência a noção de originalidade.

No capítulo que fecha “*Postnarrativist Philosophy of Historiography*”, Kuukkanen associa as noções de “objetividade” e “originalidade” segundo uma lógica de proporcionalidade inversa: textos de história que se limitassem a reportar fatos sobre acontecimentos do passado seriam textos bastante objetivos, mas pouquíssimo originais, além de triviais e desinteressantes. Ao contrário, textos de história que se destacassem no quesito originalidade fariam muito mais que simplesmente validar empiricamente e encadear enunciados fáticos sobre o passado em ordem cronológica: eles apresentariam novos significados e sentidos para o passado. Por consequência, eles seriam interessantes, ousados e emocionantes.¹¹² A referência

¹¹¹ Kuukkanen afirma que o contexto argumentativo da historiografia é formatado por interesses de várias sortes: intelectuais, políticos e outros. De que maneira e em que grau interesses que não sejam de ordem cognitiva são relevantes para a justificação discursiva da historiografia é um tema que Kuukkanen não desenvolve. Ver: “*It is evident that no historical work appears as a self-contained piece from an intellectual vacuum but emerges, instead, inevitably as molded by existing historical knowledge and historiographical arguments. This is what I mean by the ‘argumentative context’ of historical works. The argumentative context itself has been shaped by various kinds of intellectual, political and other interests.*” KUUKKANEN, *Post-Narrativist Philosophy of Historiography*, p. 121; 157.

¹¹² “*The reader has probably noticed the inverse relationship between object-sidedness and the originality of these works. Any book of historiography that intends to prove that someone owned some object or was born in a specific year is not very exciting; nor is it very interesting in normal circumstances. It can be very secure knowledge of the past, but very trivial and uninteresting at the same time. But if*

implícita do elogio da originalidade feito por Kuukkanen é o filósofo da ciência Karl Popper, segundo o qual os cientistas deveriam se esforçar por falsear, em vez de confirmar, hipóteses científicas. Isso porque, quanto mais ousada uma hipótese científica, maior seria a medida de sua falseabilidade. E quanto mais ousada e arriscada uma hipótese científica que sobrevivesse aos testes de observação e experimentação empíricas, maior a sua força explicativa correspondente.¹¹³

O critério de originalidade na avaliação cognitiva dos textos de história representa, nesse sentido, o ponto de chegada das reflexões de Kuukkanen sobre o lugar da expressão subjetiva na escrita de textos de história. Para além desse ponto, não há nada além de afirmações isoladas sobre os fatores de ordem social e política a participarem da conformação do contexto discursivo especializado da historiografia. Faz sentido, no entanto, conceber a originalidade própria às historiadoras nos mesmos termos em que Kuukkanen concebe a originalidade de Albert Einstein ao se abster de oferecer simples registros observacionais de fenômenos físicos e avançar uma arriscada hipótese sobre o universo? Certamente, talentos e capacidades individuais desempenham um papel relevante na concepção e proposição de boas teses historiográficas e de conceitos coligativos de grande poder analítico. No entanto, será razoável alçar a noção de originalidade individual ao posto de protagonista da reflexão sobre a expressão subjetiva na historiografia? Para alguns historiadores e filósofos da historiografia, a escrita de textos de história permaneceria atravessada por tensões e disputas originadas na vida prática presente dos seres humanos, mesmo quando mediada por princípios e procedimentos de regulação metódica e validação cognitiva. Isto porque a escrita de histórias estaria relacionada, segundo eles, à formação de imagens individuais e coletivas sobre o “si mesmo” e os “outros”. Para esses autores, os textos de história cumpririam funções de orientação existencial para os seres humanos a viverem o curso das transformações temporais de si mesmos e do mundo em que vivem. Dois deles -- o historiador alemão Jörn Rüsen e o filósofo francês Paul Ricoeur -- serão abordados no capítulo a seguir.

No próximo capítulo, serão apresentadas, nesse sentido, visões teóricas sobre a historiografia que buscam articular os temas da utilidade e relevância da mesma

*one argues that the main players in the process towards the Great War were ‘sleepwalkers’, then the claim is much more interesting.” KUUKKANEN, *Post-Narrativist Philosophy of Historiography*, p. 177.*

¹¹³ KUUKKANEN, *Post-Narrativist Philosophy of Historiography*, p. 178.

para a vida prática dos seres humanos -- tão enfatizados pelos dois autores abordados no primeiro capítulo -- com o compromisso de justificação e adequação epistêmica dos textos de história -- objeto de atenção privilegiada dos dois autores abordados no presente capítulo. Desse esforço de síntese, creio que possam restar mais claras, por um lado, as zonas de possível consenso cognitivamente baseado entre as diversas versões históricas sobre o passado, assim como as zonas de provável e irremediável dissenso entre elas por razões de ordem estética e ideológica, por outro. Em tal contexto de ideias, a comparação e eventual escolha entre textos de história concorrentes não são redutíveis nem às preferências estéticas e ideológicas dos indivíduos e/ou grupos sociais, nem à impessoalidade de virtudes epistêmicas e atributos lógico-argumentativos diversamente verificados nos textos. A racionalidade histórica é descrita como simultaneamente subordinada a princípios epistêmicos e argumentativos de validação, por um lado, e a finalidades existenciais e socioculturais de constituição de identidades, por outro. Ou seja, como, ao mesmo tempo, metódica e pragmática.

3. A validação dos textos de história na encruzilhada entre a autoridade cognitiva e a utilidade para a vida

A ordem de apresentação dos capítulos nesta dissertação corresponde, de modo muito claro, a uma ordem dialética de organização das reflexões teóricas dos autores anteriormente abordados. O eixo de articulação dessas reflexões é definido pela pergunta sobre os critérios de comparação e eventual escolha entre textos de história concorrentes. No primeiro capítulo, Hayden White e Keith Jenkins foram as duas principais referências no sentido da composição de um quadro geral de ideias que fornecesse as bases conceituais de compreensão e solução dessa pergunta. Os ventos soprados pelo pensamento de White e Jenkins conduziram esta dissertação, por sobre o oceano de concepções epistemológicas sobre a historiografia, a territórios intelectuais governados por um construtivismo particularmente atento às inclinações morais e políticas expressas pelas historiadoras nas suas narrativas históricas. As bases conceituais para uma solução do problema da concorrência entre sínteses históricas diversas sobre o mesmo conjunto de fenômenos são assentadas, por esses dois autores, em terreno estético, moral e político. No contexto de ideias instituído por eles, os critérios determinantes de comparação e eventual escolha seriam dados pelo gosto individual amparado em preferências estéticas, convicções de ordem moral e alianças políticas alinhadas a interesses materiais emanados do tempo presente.

Um contraponto possível a essa linha de argumentação foi oferecido no segundo capítulo, em que foram apresentados os contornos gerais das teorias da historiografia elaboradas respectivamente por Tor Førland e Jouni-Matti Kuukkanen. Tanto Førland, quanto Kuukkanen incorporam a premissa narrativista básica de que a garantia de validade epistêmica dos enunciados fáticos sobre o passado não se traduz automaticamente em garantia epistêmica de validade das sínteses históricas dos enunciados. Nesse sentido, os parâmetros de avaliação de pertinência das sínteses históricas considerados por Førland e Kuukkanen são referidos a uma concepção de historiografia não menos auto-consciente da atitude intelectual construtiva própria ao ofício do historiador. O carácter construtivo da racionalidade expressa nos textos de história não equivaleria, entretanto, no entendimento desses autores, a um atestado de irremediável relativismo epistemológico, derivado da implicação necessária de conteúdos estéticos, morais e políticos na elaboração das

sínteses históricas. A criatividade ou originalidade subjetiva das historiadoras, de fato, prestariam um papel cognitivo relevante na definição dos parâmetros de seleção e organização das informações sobre o passado em pontos de vista historicamente abrangentes. No entanto, a mobilização de habilidades de crítica documental, verificação de confiabilidade e veracidade dos testemunhos, fundamentação empírica e argumentação em bases lógico-rationais conservariam seu estatuto de condições indispensáveis à elaboração das sínteses históricas. Essas habilidades constituiriam, efetivamente, o núcleo duro do procedimento intelectual distintivo da historiografia acadêmica. Além disso, o melhor e mais fino exercício delas estaria diretamente associado aos critérios epistêmicos, argumentativos e discursivos pelos quais a arbitragem entre textos de história concorrentes deveria se orientar.

É notória, assim, a relação de relativo antagonismo existente entre as posições discutidas nos dois primeiros capítulos desta dissertação. Relativo porque, conforme afirmado anteriormente, tanto White e Jenkins, quanto Førland e Kuukkanen convergem em relação à assimetria ontológica existente entre o passado, por um lado, e as sínteses expressas nos textos de história, por outro.¹¹⁴ A nível epistemológico, essa "assimetria ontológica" é traduzida na forma do engajamento criativo do sujeito conhecedor no processo de conhecimento histórico do passado. A transformação de informações sobre o passado em sínteses históricas dependeria, no entendimento dos quatro autores, da participação ativa e da contribuição intelectual pessoal das historiadoras. A forma dessa contribuição e os reflexos projetados por ela sobre a identidade epistemológica da história acadêmica são os eixos principais da divergência entre as perspectivas teóricas expostas nos dois capítulos anteriores. Seriam os textos de história produtos sobretudo da criatividade e imaginação narrativas, do engajamento estético, moral e político das historiadoras com as informações remanescentes sobre o passado? Ou, seriam os textos de história expressão de uma racionalidade discursiva lógico-argumentativa, caracterizada por um trabalho dedicado de análise conceitual, fundamentação empírica e argumentação a favor de teses ou pontos de vista globais sobre os acontecimentos passados?

¹¹⁴ Os tropos da linguagem poética estruturantes da imaginação histórica acrescentam, segundo Hayden White, às crônicas de fatos sobre os acontecimentos do passado qualidades e significados não identificáveis no passado mesmo. O esquema argumentativo em favor de pontos de vista abrangentes sobre o passado apresentado nos textos de história tampouco poderia corresponder, segundo Kuukkanen, ao passado. A natureza do passado não é coincidente, segundo o filósofo finlandês, com a natureza de uma cadeia de premissas argumentativas.

Os capítulos precedentes desta dissertação podem ser comparados aos diferentes trajetos possíveis de uma caminhada cujo marco inicial parece ser uma encruzilhada. A direção a seguir nessa caminhada seria dada por roteiros alternativos de representação teórica do principal produto do esforço mental de pesquisa e explicação histórica do passado, a saber, os textos de história e as sínteses abrangentes de enunciados simples sobre o passado integradas por eles. Ao final da estrada mapeada por cada um dos roteiros, despontam conjuntos aparentemente antagônicos de critérios de comparação entre textos de história concorrentes. No entanto, será incontornável mesmo um dilema teórico desse tipo, entre um modelo conceitual que confere destaque às qualidades estéticas e normativas da historiografia, por um lado, e outro, centrado no potencial cognitivo e nos fundamentos lógicos e argumentativos de validação dela? O objetivo por detrás deste terceiro capítulo consiste precisamente em delimitar os contornos de outras representações conceituais da pesquisa e escrita da história que articulam o potencial cognitivo da historiografia acadêmica com as funções existenciais e culturais que ela pode exercer (e, de fato, exerce) na vida prática humana.¹¹⁵ As ideias a seguir têm, portanto, o potencial de descobrir rotas alternativas de saída da encruzilhada teórica anteriormente referida; atalhos laterais que conectem os caminhos apresentados nos

¹¹⁵ Este capítulo tem, nesse sentido, um objetivo claro de síntese de duas visadas teóricas sobre a historiografia acadêmica relativamente antagônicas – uma que enfatiza critérios não-cognitivos de validação das histórias, outra que destaca critérios cognitivos relacionados à exemplificação empírica e pertinência lógico-argumentativa. Segundo Jurandir Malerba, há algumas décadas que o gênero de “síntese” é tratado, pelas historiadoras e historiadores, como um gênero proscrito da “oficina da história”. Malerba lança duas hipóteses explicativas dessa prescrição: 1) a expansão da história social, que levou à adoção e proliferação de estudos de recorte monográfico, e 2) a partir dos anos 1960, o florescimento do pós-estruturalismo e, posteriormente, do pós-modernismo historiográfico, que consideram que qualquer modalidade de “grande narrativa” é condenável, visto que constitui sempre uma imposição de um grupo de poder. Malerba crítica a equivalência frequentemente presumida entre “síntese” e “grande narrativa”, como se toda síntese histórica se apresentasse no formato de uma filosofia especulativa em *“uma busca ingênua por uma história universal”*. Antes, a síntese seria tanto uma operação cognitiva estruturante de toda história que apresenta informações sobre o passado antes inarticuladas em um contexto de sentido abrangente, quanto a forma de apresentação literária do passado mais apta a interpelar estética e retoricamente a curiosidade histórica e a carência existencial de públicos mais amplos. Conforme se verá adiante, creio que o historiador e teórico da história Jörn Rüsen confere à operação cognitiva e literária de síntese histórica, no âmbito da ciência da história, uma funcionalidade pretensamente avessa ao impulso excludente e homogeneizador frequentemente associado a primeira. A síntese histórica constituiria um campo de aproximação e, eventualmente, de conciliação entre perspectivas (culturalmente) concorrentes de interpretação da história. Baseado no paradigma da história comparada, Rüsen crê ser possível substituir, no campo específico da ciência da história, a pretensão de universalismo baseada em atributos lógicos inatos pelo universalismo baseado no diálogo intercultural não-etnocêntrico. Ver: MALERBA, Jurandir. *Quem tem medo de síntese?* Ensaio sobre a escrita de um gênero histórico proscrito. Disponível em: www.academia.edu/98045652/MALERBA_Quem_tem_medo_da_sintese_REV_Marco03.

dois primeiros capítulos e que possibilitem o trânsito relativamente livre e alternado de uma lógica de justificação de validade da historiografia para outra.

A redação deste terceiro capítulo se beneficiou bastante da leitura da tese de doutoramento de Carlos Oiti Berbert Jr., publicada como livro em 2017 sob o título de "*A história, a retórica e a crise dos paradigmas*"¹¹⁶. Na sua pesquisa, Berbert Jr. identificou alguns historiadores e filósofos que teriam buscado solucionar o problema referente à capacidade referencial das sínteses históricas sem recorrer às categorias e fórmulas típicas do moderno reconstrutivismo empirista, ou da "pós-moderna" autonomia absoluta do texto completo em relação aos enunciados simples sobre o passado.¹¹⁷ Nesse sentido, autores como Dominick LaCapra, Carlo Ginzburg, Chris Lorenz, Joyce Appleby, Lynn Hunt, Margaret Jacob¹¹⁸, Paul Ricoeur e Jörn Rüsen teriam, cada um à sua maneira, examinado as bases da pretensão específica de validade dos textos de história sem ignorar os temas relativos às qualidades estéticas e normativas das narrativas históricas colocados em pauta por autores como Hayden White e Keith Jenkins. Para Berbert Jr., haveria como avaliar o tradicional problema da verdade dos textos de história sem simplificá-los à condição de 1) vias de acesso direto à realidade do passado reconstruído ou reanimado via pesquisa documental ou 2) composições literárias assemelhadas aos textos ficcionais em sua estrutura formal subjacente, orientadas ao convencimento do público-leitor em bases estética, moral e política. A chave de superação de antagonismos desse tipo -- entre pesquisa e formatação textual ou fatos verificáveis sobre o passado e síntese narrativa -- passaria, no entendimento de Berbert Jr., pela redescoberta da retórica como teoria da argumentação, não apenas como ferramenta de convencimento empregada tendo em vista o ganho de poder.¹¹⁹

As questões relativas 1) à natureza da relação entre os enunciados fáticos sobre o passado e as sínteses históricas, 2) à capacidade referencial dos textos de

¹¹⁶ BERBERT JUNIOR, Carlos Oiti. *A História, a Retórica e a crise dos paradigmas*. 2ª ed. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017.

¹¹⁷ "Nas últimas três décadas, geraram-se inúmeras controvérsias em torno de questões tais como as de referência e verdade. A pergunta comum era se a história poderia realmente apreender o passado." BERBERT JUNIOR, *A História, a Retórica e a crise dos paradigmas*, p. 280.

¹¹⁸ BERBERT JUNIOR, *A História, a Retórica e a crise dos paradigmas*, p. 50-77.

¹¹⁹ BERBERT JUNIOR, *A História, a Retórica e a crise dos paradigmas*, p. 9-13.

história e 3) aos parâmetros de comparação entre textos de história concorrentes são questões inter-relacionadas. Tendo isso em conta, os autores e autoras cujas reflexões teóricas sobre a historiografia não se encaixam, na concepção de Berbert Jr., na categoria de "modernas" ou "pós-modernas", "realistas/reconstrutivistas" ou "anti-realistas/relativistas", são especialmente relevantes para este terceiro capítulo.

Antes de examinar o pensamento de alguns deles mais detalhadamente, é indispensável destacar que, na tese de Berbert Jr., o contraponto às ideias de Hayden White, Frank Ankersmit e Keith Jenkins é feito por referência a historiadores como Geoffrey Elton e Richard Evans. Nesta dissertação, por outro lado, temos, como já mencionado, Førland e Kuukkanen em relativo antagonismo com a abordagem teórica narrativista. A posição teórica adotada por Førland e Kuukkanen não deve ser confundida, entretanto, com a perspectiva reconstrutivista empirista tradicionalmente associada a Elton e Evans. No caso específico de Kuukkanen, a proposta de uma filosofia pós-narrativista da historiografia ambiciona precisamente a reelaboração, no contexto de uma teoria argumentativa da historiografia, da descontinuidade lógica existente entre enunciados fáticos sobre o passado, por um lado, e textos de história, por outro, acertadamente apontada pelos teóricos narrativistas. Tor Førland e Jouni-Matti Kuukkanen não ignoram ou menosprezam os efeitos sobre o estatuto epistemológico e sobre as pretensões de validade cognitiva da historiografia resultantes da incapacidade, corretamente assinalada por White e Jenkins, do texto histórico de corresponder ao passado. Ao contrário, partindo da constatação de que é outro o estatuto epistêmico dos textos de história e das sínteses de enunciados fáticos que eles contêm, Førland e Kuukkanen buscam na interlocução com a filosofia da ciência estratégias de validação da historiografia em terreno cognitivo. Conforme o afirmado no segundo capítulo, creio que os dois autores tenham sido parcialmente bem-sucedidos em sua empreitada. Parcialmente, porque a dimensão ética do ofício historiográfico, diretamente associada, a meu ver, às raízes dos critérios de coligação dos vestígios remanescentes do passado em categorias históricas abrangentes e aos fundamentos de "aceitabilidade" de algumas -- e não de outras -- linhas de argumentação, resta pouco ou nada esclarecida por recurso às noções, esposadas por eles, de originalidade e inventividade individuais.

Dois dos autores citados por Berbert Jr. entrelaçam, em suas reflexões sobre o estatuto epistemológico da escrita acadêmica da história, os temas da especificidade cognitiva da historiografia acadêmica e da inserção da racionalidade

histórica nos contextos existencial e cultural amplos da vida prática humana. Refiro-me ao filósofo francês Paul Ricoeur e ao historiador e teórico da história alemão Jörn Rüsen. Ambos desenvolveram aparatos conceituais para a análise da historiografia acadêmica que estão fundamentados no pressuposto de que a apresentação literária do passado no formato de sínteses abrangentes de enunciados simples não resulta da simples soma desses enunciados. A tarefa de tradução do passado em história não é, afinal, conforme considerado pelos autores discutidos nos dois capítulos precedentes, tão simples como fazem crer as metáforas do reflexo, da reconstrução e da reanimação do passado na/pela história escrita. Entre o vocabulário utilizado pelos historiadores e as mudanças abordadas por eles nos textos que escrevem, Ricoeur e Rüsen identificam a atuação de componentes estéticos e normativos subjetivos a orientarem o ordenamento dos rastros do passado na forma de narrativas históricas. Ricoeur e Rüsen rejeitam, entretanto, a noção de que a validação das narrativas históricas possa prescindir, por consequência, de qualquer grau de referência ao que realmente se passou no passado. A remissão, feita por ambos, da prática acadêmica de escrita da história ao contexto mais amplo de rememoração e atribuição de sentido à passagem do tempo assinala a expansão de seus respectivos horizontes de reflexão teórica em direção a regiões em que o cognitivo e o normativo -- ou a epistemologia e a reflexão ética -- se cruzam.

Tanto Ricoeur, quanto Rüsen denominam “narrativa” o componente de síntese dos textos de história -- ambos podem ser considerados, portanto, teóricos narrativistas da historiografia. Os textos de história se organizam, no entendimento de ambos os autores, na forma de estórias em que a sucessão dos acontecimentos relatados obedece a um ordenamento de fundo não apenas cronológico, mas, sobretudo, lógico-conceitual. O código-fonte desse ordenamento simultaneamente cronológico e lógico-conceitual é chamado por Ricoeur de “*intriga*”¹²⁰; Rüsen, por sua vez, o intitula “*representação da continuidade temporal*”¹²¹. Nos dois casos, a identidade epistemológica do que ambos chamam de “*ciência da história*” é diretamente associada ao potencial da racionalidade narrativa de integrar, explicar e produzir sentido em meio à heterogeneidade de circunstâncias temporais,

¹²⁰ BONA, Aldo Nelson. *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*. (Tese de doutorado em História) – Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010 (cit. p. 196-197).

¹²¹ ASSIS, Arthur. *A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução*. Goiânia: Ed. UFG, 2010, (cit. p. 17).

acontecimentos, personagens, motivações e ações articulados por ela. A categoria “sentido” delata as origens existencial e hermenêutica das considerações filosóficas tecidas pelos dois autores a respeito da ciência da história. Conforme afirmado anteriormente, Ricoeur e Rüsen reportam a interpretação histórica do passado em moldes particularmente acadêmicos a práticas genéricas e originárias de interpretação da experiência temporal pelos seres humanos. A narrativa -- ficcional ou histórica -- é, para os dois autores, a chave da compreensão possível aos seres humanos de sua condição temporal de existência. A narrativa cria homogeneidade e continuidade onde antes havia dessemelhança e distensão: localiza a subjetividade humana no interminável fluxo de transformações do “si mesmo” e dos “outros” ao longo do tempo. As narrativas históricas cumprem, assim, por princípio, funções de subjetivação e construção de identidades para seus autores e leitores, que delas necessitam e se utilizam como fonte de orientação e auto-afirmação existencial no mundo prático da ação.

As considerações epistemológicas desenvolvidas por Paul Ricoeur e Jörn Rüsen a respeito da pesquisa e escrita da história serão abordadas, no presente capítulo, na condição de provedoras de uma outra linguagem de enquadramento da questão referente aos critérios de comparação e seleção entre textos de história concorrentes. Nos termos dessa outra linguagem, a garantia específica de validade cognitiva da historiografia acadêmica não é função da medida de alheamento das historiadoras em relação às demandas existenciais e culturais por sentido advindas do mundo da ação ou da vida prática presente dos seres humanos. Ao contrário, segundo Rüsen, o pensamento histórico se originaria da carência existencial de sentido experimentada pelos seres humanos ao viverem o tempo e suas vicissitudes. O pensamento histórico estaria, desde o seu impulso originário, portanto, inescapavelmente associado ao exercício de uma função prática, à satisfação de uma necessidade enraizada na vida real dos homens e mulheres que necessitam processar intelectualmente e se posicionar frente às transformações temporais de que

são objeto.¹²² Conforme expresso por Ricoeur em *“Tempo e Narrativa”*¹²³, a síntese do heterogêneo proporcionada pela representação narrativa da história ofereceria um tipo de solução poética às aporias da temporalidade realmente experimentadas pelos seres humanos no mundo em que agem e sofrem. O tecer da intriga narrativa resultaria em uma imagem coerente, ao mesmo tempo realista e criativa, do tempo vivido antes experimentado pela alma como discordância e fragmentação.¹²⁴ Através da leitura, a narrativa histórica, enquanto representação criativa da ação humana, retornaria ao mundo mesmo em que tais ações se realizam¹²⁵, fazendo surgir aos leitores o verossímil e inteligível do episódico e imprevisível. A compreensão narrativa, enfim,

*“articula uma atividade lógica de composição, o autor, com a atividade histórica de recepção, o público. O que realiza esta articulação: um prazer, o de aprender pelo reconhecimento. E uma necessidade, a de agir, de tornar-se sujeito e relançar a vida [...] Aproveitando-se da intriga abstrata, o receptor reencontra a si mesmo, a sua realidade vivida e o outro.”*¹²⁶

A seguir, será abordado o modo como cada um dos dois autores acomodam a pretensão específica de validade cognitiva da escrita acadêmica da história na circunstância, descrita por ambos, de enraizamento no mundo prático da ação

¹²² “A consciência histórica está fundada nessa ambivalência antropológica: o homem só pode viver no mundo, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim interpretá-los em função das intenções de sua ação e paixão, em que se representa algo que não são.” RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010, (cit. p. 57).

¹²³ Segue a referência da edição em português da trilogia de Ricoeur: RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011. 3 v.

¹²⁴ A teoria sobre a relação entre tempo e narrativa apresentada por Ricoeur na sua trilogia *Tempo e narrativa* resulta de um esforço de articulação das considerações agostinianas sobre a experiência humana do tempo expressas nas *Confissões*, por um lado, e a teoria da intriga dramática elaborada por Aristóteles na *Poética*, por outro. MENDES, Breno. *A representação do passado em Paul Ricoeur*. Porto Alegre, Editora Fi, 2019, (cit. p. 86).

¹²⁵ “O mundo, em história, é a vida dos homens do passado tal como ela foi. É disso que se trata.” RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Trad. Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, (cit. p. 228).

¹²⁶ REIS, José C. *Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur*. *Locus*, v.12, n.1, p. 17-40, 2006, (cit. p. 27).

humana do ato genérico de interpretação narrativa do tempo. A meu ver, a chave da peculiaridade cognitiva das narrativas elaboradas no âmbito da ciência da história é identificada, pelos dois autores, com a ação de procedimentos metódicos sobre o processo do conhecimento histórico do passado. A dúvida e crítica metódicas aplicadas à operação historiográfica abririam às narrativas históricas a possibilidade de serem úteis à ação humana de um modo peculiar, alinhado, ao mesmo tempo, às pretensões realistas dos textos de história e ao impulso subjetivo criativo subjacente a eles.

3.1. Paul Ricoeur: representação criativa e realismo crítico

A exposição que será feita do pensamento de Paul Ricoeur a respeito da historiografia resulta de um duplo recorte ou direcionamento de leitura do conjunto da obra do autor.¹²⁷ Em primeiro lugar, tendo em vista a diversidade de temas abordados pelo filósofo francês ao longo de mais de meio século de profícua atividade intelectual, nesta dissertação será focado particularmente o que ele escreveu sobre o ofício do historiador. Esse enfoque está orientado, ainda, para a realização de uma tarefa específica: distinguir em meio às reflexões epistemológicas de Ricoeur sobre a historiografia noções e conceitos que sirvam como ponto de referência para a fundamentação da comparação entre textos de história concorrentes.

O percurso em direção a esse objetivo se iniciará pela consideração das reflexões desenvolvidas pelo autor sobre o par objetividade/subjetividade no âmbito da ciência da história. O exame da objetividade possível à subjetividade historiadora no exercício de sua especialidade conduz Ricoeur à tese de que o fiador da promessa de veracidade implícita nos textos de história é o próprio historiador. O compromisso de ser fiel aos acontecimentos passados, firmado pelo historiador com o seu público-

¹²⁷ Em sua dissertação de mestrado, Breno Mendes se propõe a testar a hipótese de que “*Paul Ricoeur teria construído um realismo crítico, uma terceira via historiográfica situada entre um realismo de objeto – que crê realizar em sua narrativa uma duplicação do passado, ou manter uma relação precisa entre a representação e o representado – e um relativismo radical, antirrealista – que postula não ser possível representar de forma adequada o passado histórico e referir-se a uma realidade extradiscursiva e extratextual*”. MENDES, Breno. *A representância do passado histórico em Paul Ricoeur linguagem narrativa e verdade*. (Dissertação de mestrado) – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas, 2013 (cit. p. 16).

leitor, dependeria, para ser honrado, da prevalência da boa subjetividade sobre a má subjetividade. O tema da verdade dos textos de história é redesenhado, nesse contexto, como um problema ético relacionado ao compromisso das historiadoras de buscar e dizer a verdade. Em seguida, serão focalizados a noção de “representância” e o caminho argumentativo pelo qual Ricoeur procura fazer dela, em *“Tempo e Narrativa”*, uma saída viável para o problema da pretensão de referencialidade ao passado associada às narrativas históricas. Por último, o enigma relativo ao passado ausente tornado presente via representação narrativa é retomado sob o signo da “representância” e desdobrado na reflexão sobre a confiabilidade dos testemunhos e vestígios materiais, que constituem a matéria-prima do trabalho historiográfico. Desde logo deve ficar clara a posição epistemológica reafirmada por Ricoeur em diferentes momentos de seu longo percurso intelectual: as narrativas históricas não equivalem a construtos linguísticos cujo sentido e significado remeteriam exclusivamente à própria linguagem e à sua lógica interna de desempenho. Ao contrário, as narrativas históricas dirigem-se também à realidade dos acontecimentos passados, referindo-se a eles de algum modo e em algum grau. Nesse sentido, as narrativas históricas têm, na concepção de Ricoeur, pleno potencial de cumprir a expectativa de veracidade e fidelidade ao passado nelas projetada pelo público-leitor.¹²⁸

Na origem do enquadramento dado por Ricoeur à questão da relação entre objetividade e subjetividade no estudo acadêmico da história estão o paradigma da história-problema praticado pelos representantes da Escola dos Annales e especialmente a representação teórica dele apresentada por Marc Bloch em *“Apologia da História”*¹²⁹. A história-problema dirigida aos fatos sociais totais é o modelo-referência do filósofo francês. Com base nele, Ricoeur distingue as três características da objetividade incompleta que seria própria à ciência da história. Essa objetividade não é a mesma das ciências da natureza, pretensamente impessoais e neutras.¹³⁰

¹²⁸ Segundo Breno Mendes, “*mesmo conjugando essas extremidades [objetividade/subjetividade e história/ficção], no juízo ricoeuriano, a historiografia oferece uma representação confiável do passado histórico e permanece fiel ao seu compromisso com a verdade*”. MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 198.

¹²⁹ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001; MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 190.

¹³⁰ “*E essa lembrança soa por vezes como um despertador quando o historiador é tentado a renegar sua intenção fundamental e a ceder à fascinação de uma falsa objetividade: a de uma história em que não houvesse senão estruturas, forças, instituições e não mais homens e valores humanos.*” RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Trad. F.A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1968, (cit. p. 43); Nas palavras de Breno Mendes, “*afastando-se da epistemologia positivista, o filósofo francês diz que ‘há tantos níveis de objetividade quantos procedimentos metódicos’ (História e Verdade, p. 24). Por*

Nos quadros da filosofia de Ricoeur, não há escrita da história sem historiadoras, de sorte que a forma da objetividade praticada por elas é aquela da subjetividade controlada metodicamente.¹³¹ Em outras palavras, os três caminhos pelos quais a objetividade científica é efetivada estão ligados a um arranjo específico da subjetividade historiadora sob o comando de princípios metódicos. A ação de recortar em meio ao oceano infinito de acontecimentos passados os objetos de pesquisa e análise aos quais as historiadoras direcionarão sua atenção especializada assinala o primeiro traço da objetividade incompleta da investigação histórica. Embora o estudo científico da história seja amparado na observação indireta, mediada por fontes e testemunhos, a seleção de tais fontes e testemunhos, assim como a subtração da narrativa de dados considerados acessórios ou secundários, obedece a uma hierarquia de relevância cujos parâmetros remontam não ao passado, mas ao julgamento das historiadoras.

O julgamento da historiadora é fator decisivo ainda em relação à linguagem empregada para falar das coisas passadas, instituições e práticas sociais, além dos agentes sociais mesmos. Segundo Ricoeur, para traduzir em linguagem contemporânea aquilo que não é mais, mas um dia foi, as historiadoras lançam mão de uma habilidade fundamental: a imaginação temporal. Por recurso à competência de imaginação temporal, as historiadoras abreviariam a distância existente entre elas mesmas e seu objeto de pesquisa, acessível apenas por vias indiretas. O passado dos homens e mulheres de outrora é tomado como presente de referência da análise historiográfica, em um exercício hermenêutico de suspensão daquilo “*que nós próprios sabemos do passado deles*”.¹³² A investigação histórica de fenômenos e práticas relacionados, por exemplo, ao exercício do poder político, às relações sociais de produção econômica e aos processos culturais de subjetivação simbólica dependeria, nesse sentido, da aptidão do sujeito de conhecimento de situar os outros do passado, em vez de si mesmo, como o centro de sua perspectiva temporal. O passado, o presente e o futuro da análise historiográfica devem remeter, respectivamente, à memória, ao presente e aos temores, expectativas e ignorâncias

isso, a história pode proporcionar um acesso ao passado das sociedades humanas digno de receber o título de objetivo sem incorrer em um empréstimo metódico das ciências duras”. MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 189.

¹³¹ MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 190.

¹³² RICOEUR, *História e Verdade*, p. 31.

dos homens e mulheres de então. Para Ricoeur, esse exercício de aproximação intelectual é animado tanto pelo desejo de encontro com outros mundos e vidas humanas, quanto pelo desejo de os explicar.¹³³ A subjetividade humana compartilhada é alçada, assim, ao posto de canal de comunicação de consciências e condição de possibilidade do conhecimento histórico.

O protagonismo da subjetividade historiadora no processo do conhecimento histórico do passado -- explicitado pelo julgamento de relevância dos objetos de investigação, pelos esquemas de causalidade/probabilidade empregados e pela linguagem e imaginação históricas referidos acima -- não constituem, no entendimento de Ricoeur, obstáculos intransponíveis às pretensões de objetividade nutridas pela historiografia acadêmica. O filósofo francês não considera subjetividade/objetividade um par conceitual de opostos, mas, ao contrário, noções mutuamente implicadas no contexto de pesquisa e escrita de narrativas históricas. A objetividade científica à moda historiográfica resultaria de uma certa apropriação por procedimentos de controle metódico dos três momentos subjetivos estruturantes da representação histórica do passado. Pela prática continuada desse controle metódico da subjetividade é preparado terreno fértil para a distinção e prevalência da boa subjetividade -- correspondente às capacidades de “*observar, inventariar, avaliar, ordenar, abstrair, preencher lacunas e criar formas para as matérias históricas*”¹³⁴ -- sobre a má subjetividade -- correspondente às paixões, inclinações e ressentimentos pessoais das historiadoras. A distinção entre uma boa e uma má subjetividades apoia-se, por sua vez, na cisão que Ricoeur crê necessária entre “*o sujeito simplesmente psicológico e empírico (eu patético)*” e “*o sujeito cognoscente (eu da pesquisa)*”.¹³⁵ O que Ricoeur pretende com essa cisão não é o apagamento do sujeito ou a apologia de uma certa indiferença ou isenção metodológicos no estudo histórico do passado. Seu objetivo é, na verdade, direcionar o foco de análise teórica para o compromisso, firmado pelo sujeito que pesquisa e busca o conhecimento, de dirigir seus esforços intelectuais no sentido da verdade.

¹³³ SAMPAIO, Isanara Kethly Silva. *Paul Ricoeur e a história: a verdade do discurso histórico como problema epistemológico*. (Dissertação de mestrado) – Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2021 (cit. p. 24).

¹³⁴ MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 195-6.

¹³⁵ Destaco que patético refere-se, aqui, ao termo *pathos*, traduzido como paixão ou aquilo que afeta a alma, suscitando algum sentimento. MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 195.

A objetividade no âmbito da historiografia é associada, assim, à busca ativa, aplicada e metodicamente controlada do sujeito do conhecimento de satisfação da promessa de verdade e fidelidade ao passado firmada com o público-leitor e implícita nas narrativas históricas. A fórmula da “boa subjetividade” não é tratada por Ricoeur, no entanto, como matéria de receituário e prescrição unilateral da reflexão filosófica à prática historiográfica. A boa subjetividade é treinada e educada pela prática, no que Ricoeur descreve como o fazer da história pelo historiador tanto quanto o fazer do historiador pela prática de pesquisa e escrita da história.¹³⁶ Conforme indicado anteriormente, o traço distintivo da boa subjetividade educada pela prática é o compromisso ético que a anima de referir-se à realidade do passado e, assim, conduzir à verdade. Verdade, como se viu, não é, no campo da narrativa histórica, oposta à imaginação criativa. A imaginação criativa cria as condições de comunicação transtemporal entre consciências humanas -- isto é, entre os autores e receptores das narrativas históricas e os homens e mulheres do passado aos quais os primeiros direcionam a sua curiosidade --, finalidade à qual os textos de história se dirigem. A implicação mútua das noções de verdade, imaginação criativa e comunicação transtemporal de consciências conduz Ricoeur a tese de *“uma determinada concordância dos espíritos como ... espécie de critério para se pensar a dimensão da verdade [no plano das ciências humanas]”*.¹³⁷

A verdade é associada, assim, por Ricoeur, à prática de *“filosofar em comum”*¹³⁸, de *“desenvolver as próprias percepções do mundo no ‘combate’ com outrem”*¹³⁹, à interação aberta e atenta entre subjetividades humanas distintas através do canal hermenêutico de comunicação transtemporal aberto pelos textos de história. A verdade se relaciona, nesse sentido, a intersubjetividade e consenso, a abertura e atenção à alteridade da vida vivida pelos habitantes do passado. O compromisso de verdade da boa subjetividade é traduzido na prática como comunicação aberta, comprometida e metodicamente regulada entre consciências. O compromisso de verdade da subjetividade historiadora se dirige não à correspondência entre texto e passado, mas ao engajamento contínuo na comunicação com um passado acessível

¹³⁶ “A história faz o historiador tanto quanto o historiador faz a história. Ou antes: O ofício do historiador faz a história e o historiador”. RICOEUR, *História e Verdade*, p. 34.

¹³⁷ BONA, *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*, p. 176.

¹³⁸ RICOEUR, *História e Verdade*, p. 71.

¹³⁹ RICOEUR, *História e Verdade*, p. 56.

apenas pelos vestígios de sua anterioridade, incapaz de responder diretamente à representação feita dele pelos intérpretes do presente e, por consequência, constantemente reinterpretado.¹⁴⁰ Embora a reflexão de Ricoeur sobre a verdade no âmbito da ciência da história integre um conceito de objetividade metodológica alinhado às ideias de observação, crítica e análise, o autor faz prevalecer não uma concepção lógica de verdade, mas outra, de natureza ética, centrada na expectativa de “*estar na verdade*” pelo exercício da comunicação livre, atenta e fiel com os homens e mulheres do passado.¹⁴¹

As reflexões de Ricoeur sobre a “objetividade incompleta”, característica da ciência da história, apresentadas na obra “*História e Verdade*”, focalizam o questionamento de fundo que conduz esta dissertação a partir de uma perspectiva singular. O olhar direcionado à questão da escolha entre textos de história concorrentes volta-se, a partir dessa perspectiva, para os autores e leitores das narrativas históricas tanto quanto para os textos mesmos. A historiografia acadêmica, pensada por Ricoeur nos moldes da história-problema dos *Annales*, é fundada em observação indireta, crítica e análise de testemunhos e vestígios remanescentes do passado. Tais procedimentos metodológicos constituiriam uma das facetas do modelo de objetividade próprio ao estudo especializado da história. A qualidade de objetividade dos textos de história estaria ligada, de forma abrangente, ao exercício de um modo específico, metodicamente regulado, da subjetividade historiadora. Os sujeitos do conhecimento -- os autores que escrevem os textos e os leitores aos quais os textos são dirigidos¹⁴² -- são os fiadores últimos da fidedignidade das narrativas históricas à vida significada e realmente vivida pelos habitantes do passado.¹⁴³ Nesse

¹⁴⁰ BONA, *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*, p. 177.

¹⁴¹ Segundo Isanara Sampaio, “o filósofo francês adota a expressão ‘espero achar-me na verdade’, em vez de ‘tenho a verdade’. Logo, a concepção de verdade proposta por Ricoeur não habilita garantias pontuais sobre a unidade do verdadeiro. A verdade, antes um horizonte, qualifica-se como um ambiente, uma atmosfera, uma luz. No caso da história, a intersubjetividade delinea o ‘estar na verdade’”. SAMPAIO, *Paul Ricoeur e a história*, p. 28

¹⁴² Paul Ricoeur afirma, em *História e Verdade*, sobre os leitores das narrativas históricas: “a história do historiador é uma obra escrita ou ensinada, que, como toda obra escrita e ensinada só se conclui no leitor, no aluno, no público”. RICOEUR, *História e Verdade*, p. 35.

¹⁴³ Segundo Isanara Sampaio, nos quadros do pensamento de Ricoeur, “o que a história deseja explicar e compreender são os homens. Dessa forma, a subjetividade historiadora não se transporta apenas para um outro tempo, mas para um outro tempo de uma vida humana. Em outras palavras, o historiador é movido por um esforço de simpatia que é bem mais que a translação imaginativa a outro presente; é uma verdadeira translação para uma outra vida, uma transferência a uma outra subjetividade.” SAMPAIO, *Paul Ricoeur e a história*, p. 24.

contexto, para a escolha entre textos de história concorrentes não são suficientes critérios de classificação incidentes exclusivamente sobre os resultados do processo de conhecimento histórico do passado, isto é, os textos. A validação dos textos de história deve incluir uma análise do engajamento mais ou menos regulado pelo método, mais ou menos aberto, mais ou menos empenhado, mais ou menos atento de autores e leitores na comunicação com as subjetividades “outras” do passado.¹⁴⁴ O empenho, a abertura e a atenção são signos do compromisso ético, subjacente ao empreendimento de escrever histórias, de busca da verdade.

Embora as historiadoras e seu público-leitor sejam elementos centrais no pensamento de Ricoeur sobre a tarefa de pesquisar e escrever histórias, o filósofo francês não dedica menos atenção aos resultados do esforço intelectual de representação histórica do passado, os textos de história. O uso do termo “representação” por Ricoeur não é casual, como não é o emprego do termo “apresentação” por Jouni-Matti Kuukkanen, fato destacado no segundo capítulo desta dissertação. A ação de representar textualmente o passado na forma de narrativas históricas é associada por Ricoeur, na trilogia “*Tempo e Narrativa*”, à noção de “representância”, termo que expressa tanto as semelhanças formais existentes entre história e ficção, quanto a pretensão referencial particular à primeira.

Segundo Ricoeur, as narrativas históricas, assim como as narrativas ficcionais, produzem sentido sobre o mundo da ação humana por meio da tessitura de enredos/intrigas no interior dos quais os acontecimentos, circunstâncias, estados de coisa, agentes e intenções relatados são apresentados sob uma nova luz. Sob essa luz, o tempo humano antes experimentado pelos agentes como perturbação, flutuação e perda de si é apresentado na forma de uma síntese lógico-poética portadora de inteligibilidade e sentido. No entendimento de Ricoeur, as narrativas histórica e ficcional mimetizam, pelo exercício da imaginação criativa¹⁴⁵, a ação e vida humanas

¹⁴⁴ Conforme assinala Breno Mendes, “*não é somente a subjetividade do historiador que está em jogo na produção do conhecimento histórico. Existe também, na visão de Ricoeur, uma subjetividade filosófica, que é alimentada pela leitura de uma obra histórica ... Por meio da leitura, a história auxilia a pessoa a sair da sua subjetividade privada e a experimentar em si mesmo outros modos de ser humano.*” MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 196-7.

¹⁴⁵ Sendo uma mimetização criativa, as narrativas históricas não poderiam, conseqüentemente, apenas corresponderem à factualidade do tempo passado, embora o referenciem indiretamente pelo acesso mediado viabilizado pelos rastros de passagem deixados pelos vivos antigos. O conceito de *mimesis* criadora é tomado emprestado por Paul Ricoeur da “*Poética*” de Aristóteles. O contexto de ideias em que o filósofo francês faz o conceito trabalhar é, entretanto, outro; é o contexto de uma hermenêutica da narrativa. A composição da intriga narrativa se dá, segundo Ricoeur, como tríplice *mímese*. A *mímese* I está enraizada em uma pré-compreensão do mundo da ação. As ações humanas possuem,

ao integrarem elementos heterogêneos em uma lógica poética de continuidade, semelhante à metáfora em seus efeitos. Assim como a metáfora faz surgir novos sentidos e pertinências semânticas ao fazer interagir significados relativos a significantes diversos, as narrativas -- históricas ou não -- propõem uma perspectiva ou ideia próprias de configuração e visualização das circunstâncias e estados de coisa integrados sob a sua égide. A relação traçada por Ricoeur entre as narrativas históricas, particularmente, e o mundo passado das ações humanas é atravessada, no entanto, por um compromisso específico de fidelidade, por parte das historiadoras, ao *ter-sido* das coisas passadas. Nesse sentido, embora o carácter linguístico e discursivo da investigação e escrita da história fosse plenamente assumido e trabalhado por Paul Ricoeur, ele suspeitava que o modelo linguístico estrutural usado pelo semiólogo francês Roland Barthes em “*O discurso da história*” fosse inadequado para analisar o conhecimento histórico.¹⁴⁶

Segundo Barthes, o discurso de pretensão “realista” da narrativa histórica, em que o enunciador parece estar ausente e os acontecimentos se desenrolar objetivamente, opera segundo uma confusão quanto ao funcionamento da linguagem. Nos quadros da análise estrutural adotada por Barthes, as narrativas históricas, na condição de significantes linguísticos, não se refeririam a uma realidade extratextual,

segundo Ricoeur, uma estrutura linguística subjacente inteligível, além de um carácter temporal que demandam narração. É o fato das ações humanas, enquanto são vividas, serem articuladas linguisticamente via signos, regras e normas compartilhadas e, além disso, articularem lembranças de experiências passadas a expectativas de resultados futuros, que possibilita e convida a inserção delas em uma intriga narrativa. *Mimesis* II é o momento em que a intriga narrativa é efetivamente tecida e os fatos individuais sobre o passado são configurados de modo a revelar um significado abrangente, um “tema”, uma lógica interna discernível. O tempo passado -- com seus acontecimentos, circunstâncias, agentes, intenções e ações diversos -- é apresentado, nos quadros da *mimesis* II, *como se* possuísse um sentido determinado. A expressão “*como se*” sintetiza a pretensão referencial e a atitude criativa por trás da representação narrativa do mundo da ação humana. Por último, na *mimesis* III, a pré-figuração e configuração narrativas pelo tecer da intriga desembocam na re-figuração simbólica, pelo leitor, do mundo em que vive. *Mimesis* III representa o momento de retorno do texto narrativo ao mundo do agir e sofrer humanos, momento, portanto, de apropriação, pelo sujeito que lê, dos significados sobre a experiência de viver o tempo forjados na *mimese* II. Nesse movimento de leitura e apropriação subjetivas, identidades são formadas e os significados e perspectivas temporais orientadores da ação são transformados. São transformados assim os subsídios simbólicos orientadores da ação humana, identificados na *mimesis* I e que servem de ancoragem para a *mimesis* II. A tríplice *mimese* soma, assim, para a constituição de um círculo hermenêutico de formação e orientação simbólica de subjetividades pela comunicação textual entre subjetividades. Para uma descrição completa e detalhada do círculo hermenêutico ricoeuriano, ver: MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 89-107; BONA, *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*, p. 107-114; REIS, *Tempo, história e compreensão narrativa em Paul Ricoeur*, p. 28-36.

¹⁴⁶ MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 228.

como faziam crer os historiadores clássicos do século XIX.¹⁴⁷ Ao contrário, os referentes das narrativas históricas seriam os significados criados pelas próprias historiadoras ao selecionarem, ordenarem e integrarem -- segundo uma lógica de importância -- uma heterogeneidade de acontecimentos, circunstâncias e agentes do passado em sínteses narrativas abrangentes. Nesse sentido, embora as histórias parecessem “*contar-se sozinhas*”¹⁴⁸, a impressão que produziam de correspondência a uma realidade extradiscursiva não passaria de uma “ilusão referencial” derivada da confusão de significados linguísticos com referentes extralinguísticos. Paul Ricoeur, por sua vez, acreditava que a hermenêutica -- em vez do estruturalismo linguístico à moda de Barthes, por exemplo -- poderia oferecer modelos mais apropriados de descrição do ofício historiográfico. Isto porque, nos quadros da hermenêutica, “o referente é [considerado] *uma dimensão irreduzível do discurso*”, ou seja, “*no discurso, o locutor diz ao interlocutor algo sobre a referência*”.¹⁴⁹

A noção de “representância”, no sentido de lugar-tenência conferido a ela por Ricoeur em “*Tempo e Narrativa*”, é o modo como o filósofo francês faz trabalhar a contradição existente entre as estratégias de composição linguística compartilhadas por narrativas históricas e ficcionais, por um lado, e a pretensão específica de veracidade das primeiras, por outro. Na condição de imitações criativas do mundo da ação, as narrativas históricas não poderiam guardar com a realidade passada uma relação de simples e estreita correspondência. Elas representariam o passado no sentido de assumirem, no presente, o lugar daquilo que não é mais. Elas cumpririam o papel de imagens/composições poéticas suplentes do lugar vago deixado pelo tempo que um dia foi, mas hoje não é mais. O fato de que esse tempo um dia foi, deixando vestígios de sua passagem, marca uma diferença essencial entre a matéria das narrativas históricas, por um lado, e a do livre exercício de criação ficcional, por outro. A marca da anterioridade, característica da lembrança humana, é o que distinguiria as imagens do passado ausente tornado presente pela memória das imagens que tornam presentes objetos ausentes pelo livre exercício de imaginação e

¹⁴⁷ Segundo Breno Mendes, “o crítico literário francês assemelhou a história-narrativa de Fustel de Coulanges ao romance realista oitocentista.” MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 227.

¹⁴⁸ BARTHES, Roland. O discurso da história. In: Barthes, *O rumor da língua*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 196.

¹⁴⁹ MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 228.

criação.¹⁵⁰ As historiadoras teriam o compromisso de serem fiéis à "anterioridade" ou "passeidade" do tempo passado, ausente e acessível apenas pelos rastros de sua passagem. Precisamente na anterioridade do tempo passado e nos rastros de sua passagem estaria enraizada a pretensão específica de veracidade das narrativas históricas.

O modo como Ricoeur continua a reflexão sobre as bases de diferenciação entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional sob o signo da "representância" em "*A memória, a história e o esquecimento*" é especialmente relevante tendo em vista o questionamento-motor desta dissertação. Na obra originalmente publicada em 2000, o filósofo francês apresenta a ciência da história como herdeira do que ele chama o enigma da memória, ou seja, o mistério já mencionado do tornar presente na lembrança uma representação imagética do passado ausente. Buscando uma saída à aporia relativa à capacidade referencial das narrativas históricas, Ricoeur retrabalha uma noção difundida por ele em artigos publicados anteriormente a "*A memória, a história e o esquecimento*": embora o fantasma da ideia de semelhança entre representação histórica e acontecimentos passados não seja nunca integralmente conjurado, "*é preciso deixar de se perguntar se uma narrativa assemelha-se a um acontecimento para se perguntar se o conjunto de testemunhos, confrontados entre si, é fiável*".¹⁵¹ Visto que, desde "*História e Verdade*", as linhas mestras do modelo de ciência da história considerado por Ricoeur são apropriadas da "*Apologia da história*" de Marc Bloch, os procedimentos de crítica e análise documental são julgados de suma importância na definição da identidade epistemológica da disciplina acadêmica história. Nesse sentido, de modo a justificar suas pretensões específicas de plausibilidade, as narrativas históricas deveriam se voltar para o início do processo intelectual que as originou: elas deveriam voltar aos testemunhos e aos vestígios

¹⁵⁰ Sobre o enigma da presença, em imagem, de algo ausente -- tema das filosofias de Platão e Aristóteles do qual Paul Ricoeur também se ocupou -- Breno Mendes afirma: "*Para Ricoeur, a história é herdeira de um problema que é colocado à memória a partir do momento em que Platão enuncia a aporia da eikón, i.e., a imagem presente de uma coisa ausente. Quando nos lembramos de algo, a imagem que se forma em nosso espírito traz o enigma da presença em imagem de algo ausente. Tal mistério também cobre a imaginação e a fantasia. Porém, como nos lembra Aristóteles, a marca da anterioridade sobre a coisa evocada distingue a memória da imaginação, já que apenas a primeira é do passado. 'A marca do passado', segundo Ricoeur, não abole o enigma, mas o estende no tempo.*" MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 201.

¹⁵¹ RICOEUR, Paul. *A marca do passado*, Tradução de Breno Mendes e Guilherme da Cruz e Zica. *História da Historiografia*, n. 10, p. 329-350, 2012, (cit. p. 334)

remanescentes do passado; elas deveriam voltar, enfim, ao seu momento documental.

Esse momento documental constitui a primeira de três fases -- mais metodológicas que cronológicas -- da chamada operação historiográfica, noção que Ricoeur importa e adapta do pensamento do filósofo francês Michel de Certeau.¹⁵² As fases documental, de explicação/compreensão e de representação escriturária somam para a construção de um percurso intelectual cujo resultado final são as narrativas históricas. Segundo Ricoeur, tais fases são, na prática, logicamente indissociáveis, fato que implica a remissão obrigatória do procedimento de formatação escrita dos resultados de pesquisa à lógica e aos resultados cognitivos garantidos pelas fases precedentes. A fase escriturária sozinha não é capaz de explicar ou justificar a particularidade cognitiva das narrativas históricas,¹⁵³ visto que nela estaria em jogo a mobilização dos mesmos procedimentos de formatação criativa da realidade subjacentes à criação de narrativas ficcionais. A escrita de narrativas históricas, no entanto, estaria diretamente ligada à elaboração de "porquês" sobre o tempo passado no âmbito da pesquisa histórica. Isto porque, segundo Ricoeur, a narrativa não é apenas uma maneira de representação da heterogeneidade de acontecimentos, estados de coisa, agentes, alianças, planos de ação frustrados, etc. na forma de uma totalidade portadora de sentido. A racionalidade narrativa é, igualmente, o modo de articulação de temporalidades diversas: é a lógica da narrativa que viabiliza o deslocamento alternado, no âmbito de um mesmo texto, da longa duração estrutural à curta duração episódica.¹⁵⁴ No contexto da narrativa histórica, a descrição das estruturas de longa duração deve contemplar os eventos, ao passo que, a plena compreensão dos eventos pressupõe a necessária remissão deles a modelos generalizantes de explicação do comportamento humano e da dinâmica de organização social, por exemplo. O ponto que Ricoeur pretende destacar com essa argumentação é, enfim, a conexão lógica inquebrantável entre as três fases da operação historiográfica: a representação escriturária refere-se à explicação/compreensão pelo canal da lógica narrativa de síntese dos níveis estrutural

¹⁵² BONA, *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*, p. 148.

¹⁵³ "Juntas, escrituralidade, explicação compreensiva e prova documental são suscetíveis de credenciar a pretensão verdade do discurso histórico." RICOEUR, *A memória, a história e o esquecimento*, p. 363.

¹⁵⁴ "A transição entre as escalas, bem como sua visibilidade e lisibilidade, demandam a mediação narrativa, assegura Ricoeur." MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 225.

e acontecimental da história. A explicação/compreensão, por sua vez, remonta ao momento documental através do acesso aberto pelos questionamentos e hipóteses à luz dos quais os testemunhos e vestígios do passado se apresentam como fontes de pesquisa aos historiadores.

A remissão necessária da fase de composição literária aos testemunhos e vestígios remanescentes do passado, por intermédio dos esquemas de causalidade e probabilidade explicativa articulados à intriga narrativa, justifica o deslocamento de questões operado por Ricoeur: da semelhança entre texto e realidade para a problemática da confiabilidade dos testemunhos em que as representações históricas do passado estão, em última instância, fundamentadas. As marcas deixadas pelas coisas passadas na memória dos seres humanos são, para Ricoeur, a garantia de que as lembranças armazenadas por eles se referem a circunstâncias e estados de coisa um dia realmente existentes. As lembranças do tempo passado são, por seu turno, o chão em que os testemunhos fincam suas raízes.¹⁵⁵ Os testemunhos -- e a crítica e a análise feitas deles pelas historiadoras -- são, assim, os fundamentos últimos da credibilidade atribuível às representações historiadoras do passado. A testemunha de um acontecimento reivindica, aos seus interlocutores, confiança no conteúdo de seu relato. As historiadoras, ao acionarem os procedimentos objetivantes de crítica e análise metódicas, contrapõem o conteúdo dos depoimentos disponibilizados por testemunhas diferentes de modo a ponderar a confiabilidade delas. A lógica estruturante da pesquisa histórica é, portanto, aquela de uma comunicação entre partes baseada na confiança: as testemunhas declaram aos seus interlocutores “*eu estava lá, acreditem em mim; se não acreditarem, perguntem a [outra pessoa]*”.¹⁵⁶ Dos testemunhos orais, ao arquivamento escrito deles, até, finalmente, a constituição das provas documentais¹⁵⁷, o caminho de validação dos enunciados simples sobre o

¹⁵⁵ “Ocorreu-me dizer que não temos nada melhor do que a memória para assegurar a realidade de nossas lembranças. Agora, dizemos: não temos nada melhor do que o testemunho e a crítica do testemunho para dar crédito à representação historiadora do passado”. RICOEUR, *A memória, a história e o esquecimento*, p. 364.

¹⁵⁶ MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 245.

¹⁵⁷ Como o acesso dos historiadores aos testemunhos do passado é determinado pelas escolhas de arquivamento dos rastros do passado (testemunhos e vestígios materiais de toda sorte), isto é, pela mediação da forma escrita de enquadramento linguístico de tais testemunhos, pode-se dizer que toda a operação historiográfica (não apenas a fase escriturária) é baseada na língua escrita e suas formas de produzir sentido sobre a realidade vivida pelos seres humanos. Nesse sentido, também os fatos sobre os acontecimentos realmente experimentados pelas testemunhas, atestáveis pelos historiadores no âmbito da pesquisa empírica, referenciam o passado tanto quanto remontam a estratégias linguísticas de significação da realidade. Nas palavras de Breno Mendes, “*Ricoeur opta não mais*

passado remonta a representação histórica ao nível da confrontação e do voto de confiança em percepções testemunhais específicas do tempo vivido no passado.

No cálculo da pesquisa e escrita da história desenhado por Paul Ricoeur, não constam apenas os modelos poéticos de representação linguística dos resultados de pesquisa documental ou os questionamentos e hipóteses que conformam o problema para o qual as historiadoras buscam subsídios resolutivos nos documentos do passado. A prova documental, na condição de evidência de que um fato verificável sucedeu a alguém, em algum lugar e em algum momento, remonta ao arquivamento escrito e seletivo de testemunhos em que as historiadoras devem depositar, em graus diversos, confiança. O realismo possível às narrativas históricas reporta-se, nesse sentido, ao realismo dos testemunhos. Considerando que os testemunhos partem de perspectivas particulares, isto é, que *“a recolha está estilhaçada entre a voz dos algozes, a das vítimas, a dos sobreviventes, a dos espectadores diversamente implicados”*¹⁵⁸, o historiador-cidadão tem a responsabilidade ética de não neutralizar o conflito de pontos de vista intrínseco ao seu objeto e a sua tarefa intelectual.¹⁵⁹ Mais uma vez, o procedimento metódico distintivo da objetividade histórica é associado a um conjunto de princípios éticos a ser respeitado pelas historiadoras no contato, via testemunhos e vestígios, com os homens e mulheres do passado.

O conceito de “representância”, articulado às fases da operação historiográfica descritas por Ricoeur, acomoda a pergunta pelos critérios de escolha entre textos de história concorrentes de um modo semelhante à reflexão sobre o par objetividade/subjetividade empreendida anteriormente pelo filósofo francês: o exercício da especialidade científica é visto como indissociável da adoção de uma determinada postura ética pelo sujeito do conhecimento. A conduta simultaneamente metódica e ética do historiador é um referencial incontornável no juízo de plausibilidade -- e no estabelecimento de fundamentos de comparação -- das representações históricas, resultantes de uma comunicação mais ou menos aberta,

chamar esse momento [o terceiro momento da operação historiográfica: a representação historiadora] de ‘escrita da história’, como fizera nos artigos de 1994, por entender que isso seria um equívoco, afinal, em sua concepção, a história é escrita de uma ponta a outra.” MENDES, A representação do passado em Paul Ricoeur, p. 223.

¹⁵⁸ RICOEUR, *A memória, a história e o esquecimento*, p. 338.

¹⁵⁹ MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 232.

atenta, crítica e responsável com as testemunhas dos acontecimentos passados. Nas palavras de Breno Mendes,

“A historiografia tem uma dívida com os mortos, o historiador-cidadão quer dar o devido “ao que um dia foi e não pode deixar de ter sido”. Há demanda por verdade na sociedade. Há um pacto de leitura em que o leitor se sente desrespeitado quando percebe a confusão entre história e ficção. Ricoeur enfatiza a confiança no historiador e na obra histórica, pois o historiador fala em nome do homem passado/ausente. Ele o “representa”, no sentido de defender os seus interesses ... a “representância” de Ricoeur é o caminho que leva para fora do relativismo cético.”¹⁶⁰

3.2. Jörn Rüsen: humanidade à base da verdade

Na versão mais atualizada de seu sistema de categorias para a compreensão teórica do pensamento histórico genérico ou científico -- publicada em português em 2015, com o título de *“Teoria da História: uma teoria da história como ciência”* --, Jörn Rüsen afirma que as histórias tencionam ser plausíveis dos mais diferentes modos.¹⁶¹ Em seguida, o autor distingue quatro modos específicos de fundamentação de plausibilidade ou validade do pensamento histórico, sendo o primeiro deles associado ao conteúdo experiencial das histórias: a medida de pertinência experiencial das histórias seria dada pela conformidade daquilo que elas *“tornam presente narrativamente”* àquilo *“que efetivamente ocorreu no passado”*.¹⁶² O segundo modo de fundamentação da pertinência das histórias se refere à força dos esquemas teóricos mobilizados por elas para explicar os acontecimentos relatados. O terceiro

¹⁶⁰ MENDES, A *representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 20.

¹⁶¹ *“O método torna o saber, mediante a verificabilidade de suas sentenças, apto a ser fundamentado. Plausibilidade, pertinência, aptidão à fundamentação -- três designações que convergem para uma única: verdade.”* RÜSEN, *Teoria da História*, p. 61.

¹⁶² RÜSEN, *Teoria da História*, p. 64.

modo, por sua vez, toca em um aspecto essencial da abordagem histórica da experiência humana da descontinuidade temporal, identificada por Rüsen como fato gerador do pensamento histórico. As histórias devem justificar a validade dos critérios de significado que empregam ao distinguirem, descreverem e qualificarem tal diferença entre o então e o presente experimentada pelos seres humanos em sua vida prática. Elas devem, enfim, justificar a validade dos motivos por que apenas algumas seções do passado são tornadas especialmente relevantes para a orientação cultural do agir e sofrer humanos no presente. Por último, o quarto modo de validação ao qual o pensamento histórico se submete, segundo Rüsen, resulta da integração dos três anteriores. As histórias devem justificar o formato literário pelo qual apresentam, na estrutura de uma narrativa, acontecimentos passados, plenos de significado para o presente, integrados em um fluxo temporal portador de sentido orientado ao futuro.

Os quatro modos de fundamentação da plausibilidade do pensamento histórico descritos por Rüsen conformam, assim, um esquema de validação dos textos de história relacionado a quatro parâmetros: 1) experiência, 2) explicação, 3) significado, e 4) sentido. No que se refere aos propósitos específicos desta dissertação, o esquema de validação elaborado por Rüsen pode ser apropriado nos seguintes termos: a desigual efetividade na realização dos quatro parâmetros supracitados justifica e fundamenta a preferência por determinados textos -- e pelas sínteses de enunciados simples sobre passado que eles contêm -- em detrimento de outros. No entanto, como essa solução, elaborada em consonância com a teoria da história de Rüsen, conversa com os temas tratados nos capítulos anteriores, referentes à aptidão referencial dos textos de história, ao conteúdo estético e normativo subjacente a eles, bem como à suposta especificidade lógico-argumentativa da historiografia profissional? Para responder a essas perguntas, será necessário voltar ao que Rüsen identifica como as origens existenciais e culturais do impulso originário do pensamento histórico. Baseando-se em uma teoria geral sobre a universalidade da capacidade humana de elaborar sentido sobre a passagem do tempo, tendo como objetivo a orientação cultural da ação e do sofrer de homens e mulheres reais em sua vida prática, Rüsen ergue o edifício do que chama de “matriz disciplinar da ciência da história”. Os quatro parâmetros de validação da historiografia acadêmica emergem em tal quadro de ideias.

A teoria da história elaborada por Rüsen é, antes de tudo, uma teoria sobre os diferentes modos como os seres humanos gerenciam culturalmente a experiência

irritante, carente de processamento mental, do devir temporal.¹⁶³ Gerenciar culturalmente a passagem do tempo equivale, por sua vez, a atribuir-lhe sentido, conectando passado, presente e futuro em um continuum temporal pleno de significado e viabilizador da vida. A categoria "sentido" é o centro gravitacional da teoria da história de Rüsen, para onde convergem os esforços interpretativos da subjetividade humana: sentido entrelaça a *"sensibilidade do homem como porta de entrada da experiência"* e *"o mundo em que [o homem] se encontra"*.¹⁶⁴ Por ação desse entrelaçamento, os indivíduos localizam a si mesmos, os outros e o meio em que vivem em um fluxo temporal de mudanças a partir de então interpretado, explicado, tornado compreensível ou, simplesmente, "humanizado". Nesse tempo tornado "humano", isto é, tornado inteligível pela subjetividade humana, são intelectualmente dominados os constrangimentos e obstáculos diversos à ação e ao desejo humano por ordem e estabilidade. "Sentido" empodera os seres humanos em sua vida prática ao "decifrar" a dinâmica intrínseca ao devir temporal, viabilizando mudanças de direção provocadas pela ação intencional informada e autoconsciente. Por último, a consciência histórica e o discurso narrativo por ela produzido constituiriam apenas um entre outros modos -- mitologia, religião e literatura, por exemplo -- de atribuir sentido ao tempo e, assim, orientar culturalmente os seres humanos em sua vida prática.

A consciência histórica tem, no entanto, segundo Rüsen, as suas particularidades. O narrar -- *"atividade genérica e fundamental do espírito humano, com a qual se confere sentido a eventos"*¹⁶⁵ -- especificamente histórico *"se [refere] a acontecimentos reais do passado"*¹⁶⁶ e é regulado por pretensões de verdade e critérios correspondentes de validação igualmente específicos. Conforme sinalizado

¹⁶³ Note-se que o foco da consciência histórica, segundo Rüsen, não é tanto o gerenciamento intelectual do "passado", mas "da diferença temporal", da ruptura entre o tempo passado e o tempo presente. A "pura facticidade" de acontecimentos como "o rei franco Carlos, na noite de Natal do ano 800, foi coroado imperador romano pelo papa Leão III" é considerada, pelo historiador alemão, uma derivação, secundária, da diferença temporal. Assim ele afirma: *"trata-se de uma experiência, por assim dizer, mutilada. Ela perdeu sua significância -- melhor dizendo: perdeu-se de vista sua significância, pois ela foi extirpada do contexto em que pode ser experimentada, significativamente, tanto como diferente quanto em sua diferenciação. É justamente esse significado de diferença que motiva o pensamento histórico a pensar a relação entre o tempo distante e o tempo presente vivaz, enquanto contexto abrangente da história."* RÜSEN, *Teoria da História*, p. 46.

¹⁶⁴ RÜSEN, *Teoria da História*, p. 42.

¹⁶⁵ RÜSEN, *Teoria da História*, p. 50.

¹⁶⁶ RÜSEN, *Teoria da História*, p. 54.

anteriormente, dos quatro critérios convencionados, um se sobressai ao combinar e sintetizar o efeito dos outros três: as histórias devem fazer sentido para o seu público-alvo. Apenas quando comunicam sentido de forma efetiva, as narrativas históricas demonstram aptidão para cumprir a função cultural à qual originalmente se destinavam. Nos termos de Rüsen:

*"Verdade é uma qualidade dos resultados da constituição de sentido, que se baseiam numa constelação de princípios reguladores, com os quais pretensões de validade podem ser enunciadas, abordadas, aceitas, rejeitadas e modificadas, na comunicação discursiva. O critério máximo de todas as relações de verdade é o sentido, que a cultura possui e deve possuir na vida humana prática. Verdade tem de fazer sentido, e possui sentido quando é útil à vida ... Assim, o princípio superior da verdade cultural refere-se ao que faz a vida humana 'boa' ou 'feliz'."*¹⁶⁷

Quanto à validação especificamente científica do narrar histórico, Rüsen esclarece:

"A ciência corresponde a uma forma metodizada desses quatro critérios. Esses critérios são entretecidos em um processo discursivo de fundamentação argumentativa. Ganham com isso um caráter específico, conhecido tradicionalmente como 'objetividade' [...] Como o termo 'objetividade' se presta a equívocos, pois pressupõe uma 'coisidade' do que se entende por 'história', como conexão fática de acontecimentos no passado, deve-se revesti-lo então de um significado restrito. Ele só deve aparecer quando se trate, efetivamente, de constatar controlavelmente, mediante procedimento metódico (de pesquisa) a facticidade dos acontecimentos no passado (o termo

¹⁶⁷ RÜSEN, *Teoria da História*, p. 63.

*'constatar' expressa essa facticidade de maneira drástica). Em outros modos, fala-se antes de 'intersubjetividade'. Nesses, trata-se de apresentar (narrar) as sentenças históricas (histórias) de maneira que se possa, genericamente, concordar com elas.'*¹⁶⁸

As citações são longas, mas constituem um retrato denso e exemplar da ação conjunta e coordenada de alguns dos conceitos e categorias estruturantes da teoria da história de Rüsen. Ciência, verdade, fundamentação argumentativa, comunicação discursiva, intersubjetividade, cultura, sentido, narrativa, vida prática e utilidade são consideradas, pelo autor, noções mutuamente implicadas e, por isso, indissociáveis na definição tanto do potencial cognitivo, quanto da utilidade da historiografia acadêmica para a vida. "Potencial cognitivo" e "utilidade para a vida" indicam, na verdade, entradas diferentes de análise do mesmo processo intelectual: a elaboração de sentido histórico apto a instituir identidades, fomentar pertencimento coletivo e orientar culturalmente o seu público receptor.¹⁶⁹ O que a racionalidade científica, caracterizada pela ação do método -- ou seja, da dúvida, crítica e fundamentação argumentativa contínuas e meticulosas -- sobre o pensamento histórico faz é ampliar os horizontes de reivindicação de validade das narrativas históricas. Essa ampliação de horizontes se traduz na pretensão das histórias de suscitar concordância, ou seja, de fazer sentido, assim se tornando úteis, a uma gama cada vez mais ampliada de seres humanos. O critério de regulação dessa pretensão alargada de validade cognitiva e normativa das narrativas históricas é o critério normativo de "humanidade".¹⁷⁰

¹⁶⁸ RÜSEN, *Teoria da História*, p. 66.

¹⁶⁹ Segundo Arthur Assis, a teoria da história de Rüsen se apresenta como um "projeto de reconciliação de extremos". Rüsen teria abordado a historiografia a partir de uma perspectiva que não se confunde com a compreensão antiteórica por muito tempo predominante entre os historiadores. Ao mesmo tempo, ele teria evitado adotar uma atitude hipercrítica diante da historiografia realmente existente. Nas palavras de Assis, "A resposta de Rüsen para o problema da função da ciência histórica expressa uma tentativa de síntese conciliadora, em que o pensamento histórico é apresentado com um importante vetor de orientação cultural e, mais especificamente, de formação das subjetividades e/ou identidades no mundo moderno." ASSIS, Arthur A. Jörn Rüsen contra a compensação. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, vol. 3, n. 2, p. 13-33, 2017 (cit. p. 15).

¹⁷⁰ Segundo Estevão de Rezende Martins, "o horizonte de referência que emoldura o esforço sistematizador da teoria da História de Rüsen é em ampla medida filosófico, e tem como fundamento uma concepção avançada do humanismo, cuja espinha dorsal são os direitos humanos. O ser humano – agente e paciente – como sujeito histórico, a partir do qual, em torno ao qual e em função do qual se

Segundo Rösen, no atual contexto de globalização econômica e interação intercultural, apenas histórias que inter-relacionem diferentes tradições de pensamento têm o potencial de gerar convencimento e orientar grupos abrangentes e culturalmente heterogêneos de seres humanos. A chave dessa remissão mútua seria precisamente um conceito de humanidade que articulasse, de um lado, a habilidade universal dos seres humanos de constituir sentido histórico sobre si, os outros e o mundo à sua volta e, do outro, a multiplicidade e heterogeneidade de soluções narrativas efetivamente encontradas por eles. Segundo o historiador alemão, “*verdade seria então a capacidade de reconhecer a própria diferença, mediante o outro*”¹⁷¹.

Verdade, utilidade e humanidade são conceitos que, no plano de análise simultaneamente epistemológica e normativa do pensamento histórico instituído por Rösen, estão implicados em uma relação de determinação mútua. “Verdade” deve fazer sentido ao público ao qual se dirige. “Fazer sentido” equivale a ser útil à vida. “Ser útil à vida”, nos tempos atuais de globalização econômica e inevitável interação intercultural, significa fornecer subsídios para a convivência pacífica entre tradições humanas diversas de interpretação cultural do devir temporal. Nesse sentido, a razão metódica da ciência histórica é útil à vida quando as narrativas históricas elaboradas sob a sua orientação tendem, mobilizando princípios semelhantes aos aplicados pelo paradigma da história comparada, à superação do etnocentrismo e à instituição de representações simbólicas do “eu” que sejam inclusivas da diversidade humana dos “outros”.¹⁷² A garantia específica de validade cognitiva e normativa da ciência da história resultaria da melhor harmonização dos princípios e objetivos da razão metódica, por um lado, aos princípios e objetivos da razão prática, por outro.¹⁷³ Ou,

organiza e desenvolve o pensamento histórico – espontâneo e científico – é a peça mestra da arquitetura do pensamento röseniano.” MARTINS, Estevão Rezende. Apresentação -- Jörn Rösen: um humanista para o século XXI. *Intelligere*, v. 3, n. 2, p. i-iii, 2017 (cit. p. ii).

¹⁷¹ RÖSEN, *Teoria da História*, p. 69.

¹⁷² Segundo Stefan Berger, Jörn Rösen integraria o grupo de pensadores que associam a escrita da história com práticas de constituição de identidades não dependentes de formas negativas e violentas de representação dos “outros” e concorrentes para modos mais autorreflexivos e críticos de representação coletiva. Nas palavras de Berger, “*Rösen’s work is an example of a line of thinking that maintains the link between historical writing and identity formation but seeks to counter the negative exclusivist, ethnocentrist and intolerant results produced in the past by that link. His enlightened cosmopolitan universalism is related to his adamant defence of the ‘science’ of history (Wissenschaft) that has rigorous methodological foundations which are universally valid, in order to allow for a meaningful discourse about the past to take place between and across different human cultures.*” BERGER, Stefan. *History and Identity: How Historical Theory shapes Historical Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022 (cit. p. 12).

¹⁷³ Segundo Arthur Assis, a racionalidade histórica nos moldes descritos por Rösen delimita uma função para o pensamento histórico que transcende o simples cálculo instrumental de ajuste de meios a

nos termos de Rüsen, da melhor combinação entre "a vontade da verdade" e "a busca da paz".¹⁷⁴ Em um cenário de multiplicidade cultural -- poderíamos ainda acrescentar as dimensões ou sub-dimensões estética, moral e política dessa multiplicidade -- de apresentações simbólicas do fluxo temporal em que transcorre a vida humana, Rüsen eleva a "busca da paz" e a "vontade da verdade" à posição de critérios definitivos do discurso de validação dos textos e sínteses históricos. Em lugar do "embate das culturas" e da "vontade de poder", enquanto árbitros maiores da disputa entre versões divergentes da historicidade da experiência temporal humana, Rüsen aposta na redefinição do universalismo pretendido pelo discurso científico como uma atitude intelectual simultaneamente epistêmica e ética de crítica e superação do etnocentrismo.¹⁷⁵

Para Rüsen, o conceito-princípio regulador "humanidade" é, em resumo, a ponte que conecta a demanda por sentido existencial e cultural (provocada pela experiência temporal realmente vivida pelos seres humanos em seu dia-a-dia) à vontade da verdade (própria à racionalidade e ao método científicos). De modo semelhante às reflexões filosóficas sobre a historiografia profissional expressas nos capítulos precedentes, a teoria da história de Rüsen atribui aos historiadores um papel

determinados fins. Uma racionalidade de tipo instrumental não seria capaz de fornecer as bases de justificação de relevância dos fins para os quais os meios empregados se dirigem. A racionalidade histórica descrita por Rüsen, ao contrário, estaria apta a abordar precisamente questões referentes aos objetivos, finalidades e sentidos para os quais a ação intencional humana se encaminha. A racionalidade histórica estaria orientada, assim, não apenas para o tempo passado, mas, do mesmo modo, ao tempo futuro dos seres humanos que o antecipam na forma de intenções de ação. ASSIS, *Rüsen contra a compensação*, p. 30-33.

¹⁷⁴ RÜSEN, *Teoria da História*, p. 71.

¹⁷⁵ Assim afirma o historiador alemão em "Teoria da história: uma teoria da história como ciência": "A cientificidade pode ser concebida (e realizada praticamente) como uma forma de pensamento que não contesta as diferenças culturais, mas as relaciona de forma crítica e argumentada [...] O universalismo (lógico) pretendido por uma concepção de ciência só se sustenta quando o etnocentrismo é refletido criticamente e demonstra possuir e ativar as possibilidades de sua superação". RÜSEN, *Teoria da História*, p. 71; A forma de aproximação e possível conciliação entre versões diferentes da história proposta por Rüsen é, nesse sentido, a forma do diálogo e interação entre diferentes culturas. O sentido universalizante da ciência da história não é, para ele, nem aquele de uma lógica argumentativa enraizada em atributos mentais inatos, nem outro relacionado à abstração e teleologia próprias às filosofias especulativas da história. Conforme afirma Estevão de Rezende Martins, "parece-me difícil superar, de forma unívoca, o risco de ter-se sempre histórias. A expectativa otimizada de descobrir-se a história, como se pudesse estabelecer sem sombra de dúvida o fluxo processual único da humanidade, apresenta-se como uma tarefa vã. Rüsen admitiria a possibilidade de uma singularização da história (o que equivaleria à sua universalização) ao preço de um grau de abstração a tal ponto elevado que, em seu próprio sistema, perder-se-iam as funções de orientação que lhe são tão caras e tão decisivas." MARTINS, Estevão Rezende. Consciência histórica, práxis e cultura: a propósito da teoria da história de Jörn Rüsen. *Síntese: Revista de Filosofia*, v. 19, n. 56, 1992 (cit. p. 73).

intelectual de suma importância no processo de conhecimento histórico do passado em âmbito acadêmico.

A subjetividade historiadora atua de modo decisivo em todas as etapas da pesquisa histórica, isto é, do modo particularmente científico de elaborar sentido histórico apto a orientar culturalmente os seres humanos em sua vida prática. A qualidade científica do pensamento histórico -- expressa 1) no emprego de uma terminologia conceitual especializada, 2) na referência sistemática ao acervo de informações disponíveis sobre o passado e 3) no modo argumentativo de fundamentação das pretensões de validade das narrativas históricas -- não prescinde da utilidade dele para a vida, mas concretiza essa utilidade sob um regime cognitivo argumentativo racional e normativo multiculturalista. As operações cognitivas mutuamente implicadas 1) de elaboração da pergunta histórica, 2) de busca das fontes de informações sobre o passado e 3) de conexão interpretativa dos fatos obtidos via crítica das fontes em representações abrangentes de processos temporais, quando reguladas pelo método histórico, desembocam em um construto intelectual particularmente bem fundamentado -- e, por isso mesmo, criticável e controlável. A chave dessa particularidade é o engajamento das historiadoras na prática discursiva de fornecer continuamente subsídios argumentativos que corroborem, a nível empírico, de coerência lógica e consistência formal-racional, as soluções interpretativas formuladas por elas.¹⁷⁶ Rüsen chama os contextos abrangentes de interpretação histórica de *“construtos narrativos teorizáveis”* ou *“tramas”*. São esses construtos teóricos, ordenadores e explicativos da passagem do tempo, que conectam a interpretação histórica, última etapa da pesquisa histórica, ao processo subsequente de formatação e apresentação de um texto de história esteticamente e retoricamente convincente.¹⁷⁷ A interpretação e a apresentação literária, embora sejam inseparáveis

¹⁷⁶ *“Um terceiro elemento essencial do pensamento histórico especificamente científico é seu caráter procedimental enquanto argumentação. Suas pretensões de validade têm, por princípio, de (poder) ser fundamentadas. Essas fundamentações se dão de modo argumentativo em práticas discursivas. Tais práticas podem ser evidenciadas na linguagem especializada utilizada aqui e analisadas (criticamente) quanto a seu teor metódico. As linguagens especializadas, malgrado todas suas diferenças, possuem determinadas propriedades cognitivas comuns: têm de possuir coerência lógica e consistência formal-racional”; “Enquanto sobrar alguma coisa do passado nas perspectivas [históricas], estas podem ser comparadas entre si e postas criticamente em relação.”* RÜSEN, *Teoria da História*, p. 169; 181.

¹⁷⁷ *“A representação, por sua vez, obedece a critérios que não são puramente cognitivos. Por tal razão, para analisá-la a teoria da história precisa recorrer não só aos critérios de um método de pesquisa, mas também a critérios “literários” (poéticos, estéticos e retóricos) da produção de textos.”* RÜSEN, *Teoria da História*, p. 187.

em sua sequência, são, segundo Rüsen, processos distinguíveis, sendo a primeira *“um processo cognitivo genuíno e, enquanto tal, também regulável metodicamente”*¹⁷⁸.

O vínculo da historiografia profissional com contextos de comunicação e validação cultural extracientíficos é indicativo, para Rüsen, de uma dupla função ou dimensão da narrativa histórica no processo de conhecimento científico da história. Para além da dimensão literária fortemente enfatizada nos debates recentes da teoria da história, Rüsen identifica uma dimensão cognitiva, subentendida no trabalho de análise, crítica e fundamentação sistemáticas efetivamente realizado pelas historiadoras em âmbito intra-disciplinar.¹⁷⁹ Nesse sentido, embora a escolha entre textos de história concorrentes acione, nos quadros da reflexão teórica de Rüsen, questões referentes à utilidade existencial e cultural do conhecimento científico para a vida prática, ela não deixa de se orientar por critérios cognitivos referentes à embasamento empírico, interlocução com o saber histórico acumulado e argumentação em bases lógico-rationais.

3.3. Validação simultaneamente cognitiva e ética da historiografia acadêmica

Conforme já indicado, os dois primeiros capítulos do presente trabalho estão em relação de relativo antagonismo entre si. Este terceiro capítulo, por sua vez, estabelece com os outros dois uma relação de síntese. A existência de zonas de convergência entre os autores abordados nos capítulos 1 e 2 -- relacionadas, sobretudo, à noção compartilhada de incapacidade dos textos de história de referenciar/corresponderem diretamente o/ao passado -- indica que a contradição de ideias entre eles, embora radical, é construída sobre uma base epistemológica comum. O pensamento sobre a ciência da história elaborado por Paul Ricoeur e Jörn Rüsen, respectivamente, é, por seu turno, tão abrangente nas temáticas discutidas

¹⁷⁸ RÜSEN, *Teoria da História*, p. 187.

¹⁷⁹ *“Não resta dúvida, contudo, de que toda interpretação histórica de acontecimento passado se dá em âmbito interpretativo que pode ser explicitado e analisado criticamente como construto cognitivo (e é isso o que ocorre, argumentadamente, nos discursos especializados das historiadoras e dos historiadores).”* RÜSEN, *Teoria da História*, p. 187.

que a expectativa de uma síntese perfeita da tensão realmente existente entre os capítulos anteriores se mostra irrealizável. Ricoeur e Rüsen oferecem caminhos de reflexão sobre a pesquisa e escrita especializadas da história que transcendem as fronteiras de uma análise focada em aspectos estritamente epistemológicos de uma dada disciplina acadêmica. Do mesmo modo, ambos os autores não restringem seu campo de interesse e método de investigação ao exame exclusivamente formal dos textos de história. Ricoeur e Rüsen fazem a reflexão sobre a história, enquanto área específica do saber especializado, remontar a carências de significado e sentido originárias da experiência desafiadora, vivida por seres humanos reais, de orientarem-se existencialmente em meio a eterna transformação temporal de si mesmos e do mundo em que vivem. O tema da particularidade cognitiva da ciência da história -- tão caro para os dois autores -- é tomado, assim, como indissociável da racionalidade e dos procedimentos pelos quais o saber acadêmico remonta originalmente, retorna e se faz útil à vida prática dos seres humanos.

Como ambos os autores adotam uma abordagem sobre a história que procura conciliar tradições antagônicas de reflexão teórica sobre 1) objetividade histórica e subjetividade historiadora; 2) correspondência dos textos ao passado e construtivismo linguístico; 3) métodos estruturais-generalizantes de explicação histórica e métodos hermenêuticos de compreensão histórica; 4) estruturalismo linguístico e intencionalidade subjetiva; e, 5) validade epistêmica e utilidade prática, creio que os limites dessa abordagem sejam dados precisamente pelos limites de aproximação possível entre esses (aparentes) pares de opostos.

Voltando à pergunta sobre os critérios de seleção entre textos de história concorrentes, a adoção de uma atitude conciliatória no âmbito das temáticas citadas acima não deve, na concepção de Ricoeur, conduzir a uma relativização das bases de validação da história que tornasse indistinguíveis o negacionismo e a ciência. A historiografia negacionista do assassinato em larga escala de judeus, ciganos, homossexuais, entre outros grupos, pelo Estado nazista determina, para Ricoeur, um inequívoco referencial limitador de conciliação: não há conciliação possível com perspectivas e abordagens históricas que neutralizam a carga moral dos testemunhos dos sobreviventes ao equipará-los aos testemunhos dos algozes no âmbito de narrativas em que o enunciador parece ausente e a história revelar-se e contar-se sozinha. As histórias não se contam sozinhas. Ao contrário, elas são contadas por historiadoras obrigadas a prestar contas à memória coletiva no espaço público. Essas

historiadoras-cidadãs não deveriam deixar seu público-leitor esquecer os fatos verificáveis de que atrocidades foram cometidas no passado por seres humanos contra outros seres humanos em nome de causas diversas. A fidelidade ao tempo passado devida pelas historiadoras aos seres humanos de outrora e ao seu público-leitor se expressaria, na concepção de Ricoeur, na abordagem eticamente responsável e honesta das relações de tensão e conflito inerentes e estruturantes de seus objetos de estudo, quais sejam, “os seres humanos no tempo”.¹⁸⁰

A categoria de mediação entre tradições culturais diversas de interpretação histórica concebida por Rüsen -- “*humanidade*” -- aponta, de modo bastante evidente, para o mesmo fundamento ético de rejeição inequívoca de narrativas históricas que construam modelos de representação simbólica positiva sobre o “si mesmo” às expensas da dignidade humana dos “outros”. No âmbito da teoria de Rüsen sobre a ciência da história, a escolha entre textos de história concorrentes não deve se render à dissolução, sob bases linguísticas, da fronteira existente entre a “*vontade de verdade*” das ciências e “*a vontade de poder*” dos etnocentrismos. Um dos traços da cientificidade do conhecimento histórico seria precisamente o impulso ético de consideração de experiências temporais e categorias de sentido próprias a indivíduos e coletividades outros na construção de interpretações históricas de pretensões cognitivas mais abrangentes. Vale a pena lembrar que, para Rüsen, as histórias são verdadeiras na medida em que fazem sentido para o seu público-alvo, sendo que, histórias que pretendessem fazer sentido e ser úteis a um público maior seriam, conseqüentemente, histórias dotadas de pretensões cognitivas mais ambiciosas. O compromisso das historiadoras com uma certa cartilha de valores e atitudes humanistas parece caminhar, assim, de mãos dadas com a problemática da autoridade cognitiva pretendida pelos textos de história.

O esforço de aproximação e mediação, exemplificado pelo pensamento de Paul Ricoeur e Jörn Rüsen, das abordagens narrativista e epistemológica da historiografia¹⁸¹ conduzem os dois autores, a meu ver, a uma concepção

¹⁸⁰ Expressão utilizada por Marc Bloch em “*Apologia da história ou, O ofício do historiador*”: “*Ciência dos homens*’, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: ‘dos homens, no tempo’.” BLOCH, *Apologia da história ou, O ofício do historiador*, p. 55.

¹⁸¹ Os dois autores consideram o caráter argumentativo da investigação e da escrita da história. Sobre Ricoeur, Mendes afirma o seguinte: “*Isso porque qualquer documento que forneça informações sobre o passado é usado pelo historiador como um argumento a favor ou contra determinada tese, num procedimento que guarda certas analogias com um processo judicial.*” MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 205; Rüsen, por sua vez, afirma em seu livro que: “*Um terceiro elemento essencial do pensamento histórico especificamente científico é seu caráter procedimental enquanto*

epistemológica sobre a historiografia que é, ao mesmo tempo, profundamente ética. Creio que ambos os autores traçam uma conexão entre as problemáticas relativas à validação cognitiva das histórias e à conformação da subjetividade historiadora a uma certa cartilha de valores éticos: no caso de Ricoeur, as historiadoras devem ser honestas e se posicionar face à tensão moral existente entre os múltiplos e divergentes testemunhos do tempo passado; no caso de Rüsen, as historiadoras devem buscar campos dialógicos de aproximação e possível conciliação -- em bases humanistas -- entre linhas culturais diversas de apropriação histórica do passado.

Na perspectiva de Ricoeur, as representações históricas podem ser fiéis ao mundo da ação humana que mimetizam criativamente na medida em que, ao realizarem a crítica das fontes, não dissimulam a fragmentação de vozes e a diferença de perspectivas características desse mundo. As historiadoras não devem se intimidar ou se calar diante do substrato moral intrínseco ao seu objeto de investigação. No caso da teoria da história de Rüsen, o critério de pertinência das narrativas históricas ligado à capacidade delas de fazerem sentido e serem úteis ao seu público-leitor sintetiza os critérios de pertinência empírica, explicativa e normativa. Nesse sentido, seriam melhor justificadas e, conseqüentemente, mais credíveis as narrativas históricas aptas a fazerem sentido e orientarem efetivamente a um grupo amplo e transcultural de indivíduos. A prática de princípios éticos de tolerância e convivência plural, pacífica e democrática estaria diretamente associada à proposição de histórias fundadas em largo repertório de experiências temporais, significativas e racionalmente convincentes para grupos abrangentes e heterogêneos de pessoas.

Dessa visada ao mesmo tempo cognitiva e ética da historiografia derivam algumas questões desafiadoras. No caso de Ricoeur, o compromisso das historiadoras de serem fiéis à experiência vivida pelos seres humanos do passado -- diretamente ligado ao horizonte de objetividade e à capacidade que as narrativas históricas têm de se referirem ao passado¹⁸² -- se cruza, como visto, com o dever

argumentação. Suas pretensões de validade têm, por princípio, de poder ser fundamentadas. Essas fundamentações se dão de modo argumentativo em práticas discursivas." RÜSEN, *Teoria da História*, p. 169.

¹⁸² Na interpretação de Breno Mendes sobre Ricoeur, "o historiador tem uma dívida com os mortos, a saber, o compromisso de produzir um conhecimento submetido à realidade do passado histórico que um dia foi, e por isso não pode deixar de ter-sido. A assertiva feita pelo filósofo em 'Tempo e narrativa' torna-se mais compreensível: o anseio do historiador-cidadão é 'dar o que é devido (rendre son du) ao que um dia foi.'"; "O objetivo da crítica dos testemunhos é oferecer uma narrativa historiográfica provável, plausível." MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 234; 217.

cidadão de não dissimular, ao prestar contribuição na construção e manutenção da memória-coletiva, a fragmentação das vozes que dão testemunho da realidade do tempo passado. Além de não dissimular a fragmentação, as historiadoras devem demonstrar “*não ser possível escrever uma história abrangente do acontecimento que torne nulas as diferenças de perspectivas*”¹⁸³: haveria, entre os agentes, os agressores, as vítimas, os sobreviventes, os espectadores implicados, os espectadores não-implicados, entre outras categorias. As analogias traçadas por Ricoeur entre a pesquisa e a escrita da história, por um lado, e os processos judiciais, por outro -- expressas nas noções de 1) inquirição, comparação, crítica e confiabilidade dos testemunhos e 2) dialética existente entre testemunhos e vestígios materiais diversos no âmbito do paradigma indiciário de pesquisa -- aproximam o trabalho do historiador do trabalho do juiz. Visto que os testemunhos asseguram, segundo Ricoeur, a remissão última da historiografia à realidade do passado e eles estão fragmentados em uma multiplicidade de vozes, tem-se que a representação fiel do tempo passado, no âmbito da intriga narrativa, inclui a identificação dos agentes segundo diferentes categorias morais de implicação nos eventos relatados.

Uma tal associação entre o estatuto de pertinência cognitiva e a prática de um agregado específico de princípios éticos -- como aqueles sintetizados por Rüsen na ideia-reguladora “*humanismo*” --, embora mediadas pelas noções de crítica e dúvida metódicas, fundamentação empírica e argumentação em bases racionais, denotam um voluntarismo subjetivo inescapável à tarefa de interpretar a história. Essa mediação metódica entre as dimensões cognitiva e ética da historiografia é, entretanto, crucial. A meu ver, é isso o que distingue a abordagem pragmática/utilitária da escrita da história examinada no primeiro capítulo da abordagem pragmática/utilitária apresentada no presente capítulo. A regulação metódica transforma o modo como a historiografia pode ser útil aos seres humanos na sua vida prática: os procedimentos metódicos infundem a prática sociocultural de representação simbólica de si mesmo e dos outros de informações verificadas sobre o passado e de atributos lógico-argumentativos de coerência, consistência e abrangência, por exemplo.

O problema teórico da validação dos textos de história -- e dos critérios de comparação entre versões da história concorrentes -- remeteria, nesse sentido, a uma

¹⁸³ MENDES, *A representação do passado em Paul Ricoeur*, p. 232.

certa conformação da subjetividade historiadora em consonância com determinados princípios éticos de conduta. Isto porque escrever histórias implicaria necessariamente a tomada de posição das historiadoras, guiadas por um conjunto particular de valores, em meio à multiplicidade de testemunhos e versões -- por vezes, antagônicas -- sobre o que aconteceu no passado. No entendimento de Ricoeur, a escrita de histórias eticamente responsáveis dependeria precisamente do compromisso das historiadoras de serem honestas quanto à multiplicidade de lugares (morais) de experimentação e enunciação do que sucedeu no passado. No caso da teoria da história de Rüsen, uma conduta investigativa e argumentativa mais ou menos aberta ao diálogo, à pluralidade democrática, baseada na tolerância e direcionada ao consenso estaria diretamente relacionada ao potencial cognitivo de abrangência empírica, explicativa e de sentido das narrativas históricas. Narrativas históricas cuja elaboração se guiasse por princípios éticos dessa natureza seriam capazes de, na prática, suscitar concordância em meio a um arco mais amplo de indivíduos, grupos sociais e culturais.

Conclusão: os limites de consenso possível entre agentes sociais diversos

No espaço das considerações que fecham esta dissertação, eu gostaria de levantar alguns pontos de reflexão relacionados ao cerne da proposta teórica apresentada pelos autores discutidos no terceiro capítulo. Conforme se viu, Paul Ricoeur e Jörn Rüsen pensam a historiografia acadêmica como um campo regulado, ao mesmo tempo, pelas regras e métodos da pesquisa documental e da argumentação racional, por um lado, e pelo potencial das histórias de interagirem com os problemas e dilemas da vida prática dos seres humanos, por outro, sendo-lhes úteis em termos existenciais. Ambos consideram que os textos de história cumprem uma finalidade prática relacionada à constituição de subjetividades. Para Ricoeur e Rüsen, as narrativas históricas elaboradas no âmbito da ciência especializada seriam úteis aos agentes sociais que vivem no tempo presente, fornecendo-lhes subsídios simbólicos para a representação de si mesmos e dos outros. A racionalidade metódica própria ao discurso científico modificaria, no entanto, o modo como as histórias interpelam os indivíduos que delas necessitam para orientar-se no fluxo incessante das transformações temporais. A concordância potencialmente suscitada pela historiografia acadêmica dependeria não apenas da sua aptidão em corresponder às predileções estéticas e normativas de seu público-leitor; dependeria igual e simultaneamente da capacidade racional desse público-leitor de compreender e julgar a validade do conjunto de evidências empíricas apresentadas, dos esquemas teóricos mobilizados e das cadeias de argumentação construídas pelas historiadoras.

As reflexões teóricas de Ricoeur e Rüsen abrem um caminho possível de aproximação e articulação dos referenciais não-cognitivos e cognitivos de comparação de textos de história concorrentes abordados nos capítulos primeiro e segundo desta dissertação, respectivamente. O filósofo francês e o historiador alemão oferecem uma solução de compromisso em que são reconhecidas simultaneamente a utilidade existencial e cultural das narrativas históricas para os agentes sociais que vivem no tempo presente e a especificidade cognitiva dos textos de história elaborados sob a égide da crítica e fundamentação empírica e argumentativa sistemáticas. Os modelos de validação da historiografia acadêmica recomendados por eles -- e os critérios correspondentes de comparação entre textos de história

concorrentes -- são, a meu ver, de especial relevância porque logram criar intersecções entre as abordagens filosóficas narrativista e epistêmica da historiografia. Outras questões e impasses de difícil resolução ficam em suspenso, no entanto. Para melhor abordá-los, creio ser necessário retomar o cerne do pensamento de Ricoeur e Rüsen exposto no capítulo anterior.

Paul Ricoeur enfatiza o compromisso das historiadoras com o seu público-leitor de serem fiéis à “anterioridade” dos agentes e coisas passadas, acessíveis apenas pelos rastros fragmentados de sua passagem. Os indícios e testemunhos da passagem do tempo passado chegariam às historiadoras, segundo Ricoeur, na forma de múltiplas e, não raro, contraditórias vozes a relatarem o que, como e quem esteve enredado no que aconteceu. A fidelidade das histórias ao tempo passado que é seu objeto de curiosidade se concretizaria, no entendimento do filósofo francês, pela adoção de uma atitude interpretativa não-neutralizante da tensão existente entre os diversos testemunhos considerados e contrapostos. Ao contrário, as historiadoras deveriam ser honestas quanto à origem e ao lugar de enunciação dos testemunhos que dão corpo e fundamentam empiricamente as suas versões sobre a história. Para Ricoeur, o historiador-cidadão é responsável eticamente por não anular o conflito de pontos de vista que é próprio ao seu objeto de investigação e extensível ao seu trabalho intelectual de rememorar o tempo passado no presente. Nesse sentido, as histórias não deveriam dissimular, pela síntese dos testemunhos em visões abrangentes (moralmente) neutras, o estilhaçamento das perspectivas sobre o passado em “vítimas”, “agressores”, “sobreviventes”, “expectadores implicados”, “expectadores não-implicados”, entre outras categorias.

Jörn Rüsen, por sua vez, define o critério de “sentido” como o eixo em torno do qual os planos empírico, teórico e normativo de validação das histórias seriam integrados em uma visão abrangente de justificação da plausibilidade dos textos de história. Desse modo, histórias que fazem sentido para um grupo amplo e diversificado de indivíduos e grupos sociais seriam histórias exemplificadas empiricamente por uma ampla gama de experiências temporais, explicadas com base em teorias que abrangessem um escopo alargado de informações sobre o passado e baseadas em hierarquias de significado e relevância admissíveis para um conjunto variado de pessoas. A medida da plausibilidade das histórias seria dada, portanto, pelo potencial efetivamente demonstrado por elas de “fazer sentido” para o seu público-alvo, isto é, de realmente lhe servir como fonte de significados formadores da identidade e

orientadores do agir. Histórias admitidas por um grupo ampliado de indivíduos seriam histórias capazes de interpelar e satisfazer uma gama igualmente ampliada e diversificada de interesses e demandas práticas por auto-afirmação e orientação existenciais. As subjetividades formadas por essas histórias estariam melhor habilitadas para encontrar, no contexto da vida prática em que interagem indivíduos e grupos sociais com objetivos divergentes, zonas de aproximação e consenso possíveis, mediadas pelo princípio de que todos compartilham da mesma condição humana. De modo similar a Ricoeur, Rüsen distingue um plano ético de posicionamento das historiadoras ao interpretar historicamente o passado: as histórias melhor justificadas seriam aquelas que projetam imagens sobre o “si mesmo” integrativas da diversidade dos “outros” e que, portanto, viabilizam a interação pacífica entre os diferentes indivíduos e grupos que integram uma mesma coletividade.

A resposta extraída das reflexões de Ricoeur para o problema dos critérios de comparação entre textos de história concorrentes aponta para a importância de valores morais na escrita do que o filósofo francês consideraria versões satisfatórias do passado histórico representado textualmente. Isto porque, conforme o já assinalado, os testemunhos assegurariam a remissão última da história escrita à realidade do tempo passado ao mesmo tempo em que estariam diversamente localizados em um quadro normativo de enunciação: quem seriam as vítimas, os agressores, os cúmplices, os sobreviventes, além dos personagens diversamente implicados nos acontecimentos relatados? As historiadoras deveriam ser capazes de emitir um juízo sobre tais questões, já que dessa aptidão dependeria a escrita de histórias eticamente responsáveis. Fundamentação cognitiva e julgamento moral seriam aspectos de um mesmo procedimento intelectual direcionado à elaboração de representações históricas eticamente válidas: a remissão dos textos aos testemunhos do passado colhidos, contrapostos e verificados via pesquisa documental deveria combinar-se com procedimentos de classificação dos personagens representados de acordo com princípios morais de responsabilização.

Contudo, a origem, o conteúdo e o fundamento de tais princípios não é matéria, a meu ver, nem consensual, nem de fácil acordo. No caso das reflexões teóricas de Rüsen, creio que os desafios relacionados à operacionalização dos referenciais de comparação recomendados pelo historiador alemão se referem aos limites reais de articulação e conciliação possível entre diferentes experiências temporais, esquemas explicativos e hierarquias de valor. Será mesmo factível o tipo

de síntese não-etnocêntrica da diversidade cultural, regulada pelo princípio normativo de humanidade, imaginada por Rüsen como modelo viável de histórias cognitivamente melhor justificadas? Será mesmo factível imaginar que as histórias possam fazer sentido para grupos tão heterogêneos de pessoas, com interesses de auto-afirmação identitária, de reconhecimento e exercício de poder tão diversificados, quiçá antagônicos? O próprio Rüsen assinala em “*História Viva*”¹⁸⁴ -- livro que fecha a trilogia teórica publicada pelo historiador alemão na década de 1980 -- a necessidade que têm os seres humanos de um modelo de formatação escrita dos resultados de pesquisa documental baseado na lógica de contestação dos esquemas estabelecidos de interpretação histórica. As narrativas históricas críticas, formatadas com base nas ideias de negação e contraposição, dariam vazão precisamente à necessidade que têm indivíduos, grupos, sociedades e culturas diversos de exprimir sistematicamente a sua diversidade e particularidade.¹⁸⁵ O contexto geral de orientação cultural em que o pensamento histórico se origina e para o qual a historiografia retorna parece conformado, enfim, por tensões, divergências e disputas de interesses não completamente “neutralizáveis” pelo esforço de comunicação e conciliação de pontos de vista empreendido pelas historiadoras.

A conexão que Ricoeur e Rüsen estabelecem entre o mundo social ou a vida prática dos seres humanos e a atividade acadêmica de interpretar historicamente o passado implica, para a segunda, a importação de dilemas éticos experimentados pelos seres humanos em outros campos da vida social. As técnicas de pesquisa documental que possibilitam a certificação das informações remanescentes sobre o passado, assim como os procedimentos de fundamentação lógico-argumentativa das sínteses históricas delimitariam um campo racionalmente regulado de interpretação histórica do passado, de formação de identidades e de orientação existencial. A atividade intelectual desempenhada pelas historiadoras constitui, no entanto, apenas uma maneira entre outras de participar do exercício mais ambicioso de elaborar

¹⁸⁴ RÜSEN, Jörn. *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora UnB, 2007.

¹⁸⁵ “Um terceiro princípio de diferenciação baseia-se no fato elementar de que toda comunicação (inclusive, pois, a própria ao discurso histórico) pressupõe que os sujeitos, em cujas vidas se dão as orientações históricas, são diversos (indivíduos, grupos, sociedades, culturas). Esses sujeitos as compartilham, utilizam-nas na luta pelo reconhecimento e pelo poder, podendo ganhá-las para si [...] O princípio da negação ou da contraposição exprime sistematicamente essa diversidade e essa oposição. É necessário haver orientações históricas, nas quais e com as quais os sujeitos exprimam sua diversidade e sua contraposição a outros sujeitos.” RÜSEN, *História Viva*, p. 46.

significados para o viver humano que possibilitam a vida em comum e a comunicação entre os indivíduos. Nesse sentido, a escrita acadêmica de textos de história não pode evitar interagir com os interesses humanos práticos de diferenciação, marginalização e dominação que participam da construção do mesmo mundo social em que os textos de história intencionam intervir de modo significativo. Esse mundo social comporta, com efeito, interesses e vontades de variados tipos: tanto aqueles relacionados à “vontade da verdade” e à “busca da paz”, quanto outros relacionados à “vontade de poder” e ao “embate das culturas” -- para nos atermos à terminologia empregada por Rüsen. Creio que, de fato, o padrão de racionalidade cultivado no âmbito da historiografia acadêmica cria condições intersubjetivas de diálogo e eventual aproximação entre interlocutores cujas necessidades práticas por sentido sejam conflitantes. No entanto, a pergunta pelo conteúdo desse “padrão de racionalidade” indica já as limitações práticas da aproximação possível. Afinal, na ausência de um padrão de racionalidade com “r” maiúsculo, referente a esquemas lógicos de argumentação e fundamentação das assertivas universalmente válidos, restam as seguintes perguntas: “quais razões são aceitáveis; quais não são?”, “quais linhas de argumentação são aceitáveis; quais não são?” e “quais os fundamentos de uma tal (in)aceitabilidade?”.

O padrão de racionalidade da historiografia acadêmica, no contexto da pergunta pelos critérios de comparação entre textos de história concorrentes, não conduz a relatos e apreciações históricas do passado inquestionável e universalmente verdadeiras. Ele é indicativo, entretanto, de uma prática discursiva por meio da qual alguns relatos e apreciações são tornados mais aceitáveis, em termos epistêmicos e lógico-argumentativos, que outros, no entendimento de um determinado público apto a avaliar racionalmente a medida dessas qualidades. Como o contexto de uma tal avaliação racional é conformado por parâmetros tanto lógicos, quanto sociais de “aceitabilidade” -- afinal, as operações mentais consideradas racionais não constituem expressões de atributos intelectuais inatos, mas produto de práticas disciplinares reais e contingentes --, a sentença de variada plausibilidade das histórias se relaciona também com critérios não-cognitivos de validação. Interpretar historicamente o passado e expor os resultados dessa interpretação em formato textual, mesmo quando regulados por princípios intersubjetivos de racionalidade, dialoga com necessidades humanas práticas de auto-afirmação simbólica e orientação existencial do agir e sofrer no tempo. Como essas necessidades práticas por sentido histórico

nem sempre são conciliáveis, a comparação de histórias concorrentes em terreno epistêmico e lógico-argumentativo termina por revelar os limites de fundo estético, político e ético da aproximação possível entre elas. O princípio de convergência e síntese de experiências temporais, teorias explicativas e hierarquias de valor diversos dado pela ideia de “humanidade” encontra limites de aplicação prática na “vontade de poder” e no embate, no limite aberto e violento, de interesses materiais igualmente estruturantes do mundo social em que as histórias almejam ser úteis. A reflexão sobre os fundamentos de comparação entre textos de história concorrentes tem o potencial de explicitar, assim, o sentido em que as diferentes versões historiográficas do passado são de difícil -- quiçá, impossível -- aproximação porque interagem com dinâmicas mais abrangentes de exercício e disputa pelo poder.

O parágrafo anterior evidencia como os autores abordados em cada um dos capítulos que compõem esta dissertação interpelam um aspecto relevante do trabalho de pesquisa e escrita da história: a regulamentação metódica, epistêmica e lógico-argumentativa que distingue a racionalidade subjacente aos textos acadêmicos de história dos impulsos de simples instrumentalização ideológica do passado; o ganho de racionalidade que tem os processos culturais de auto-afirmação identitária quando informados pelo fundamento lógico-argumentativo e pelo conteúdo empiricamente verificado da historiografia acadêmica; e, os desafios lançados sobre as possibilidades de consenso historiográfico derivados do vínculo que tem a prática de interpretar e escrever histórias com as práticas pelas quais instituições sociais, relações de poder e sistema de valores são legitimados. As duplas de autores abordadas em cada capítulo respondem aos questionamentos que lhes pareciam particularmente mais relevantes, ao mesmo tempo em que, vistos em conjunto, todos os autores discutidos somam para uma visão mais completa da natureza das operações intelectuais implicadas na pesquisa e escrita acadêmica da história. Penso que, no fim das contas, o terceiro capítulo não fecha a discussão sobre os critérios possíveis de comparação e eventual escolha entre textos de história concorrentes. Antes, ele convida ao retorno para os temas e problemáticas trabalhados nos capítulos precedentes pela motivação que lhe é subjacente de sintetizar os planos prático e metódico da pesquisa e escrita da história.

Bibliografia

- ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. A historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980: Escrita, contexto e instituição. *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 14, n. 1, p. 1-18, 2017.
- AHLSKOG, Jonas. The evidential paradigm in Modern History. *Storia della Storiografia*, v. 71, n. 1, p. 111–128, 2017.
- ANKERSMIT, Frank. Forum Debate on Jouni-Matti Kuukkanen's Postnarrativist Philosophy of Historiography: Introduction. *Journal of the Philosophy of History*, v. 11, n. 1, p. 1-10, 2017.
- ASSIS, Arthur. *A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução*. Goiânia: Ed. UFG, 2010.
- ASSIS, Arthur Alfaix. Jörn Rüsen contra a compensação. *Intelligere. Revista de História Intelectual*, v. 3, n. 2, p. 13-33. 2017.
- AYLESWORTH, Gary. *Postmodernism*. In: ZALTA, Edward N. (Org.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2015. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2015/entries/postmodernism>.
- BARTHES, Roland. O discurso da história. In: Barthes, *O rumor da língua*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BERBERT JUNIOR, Carlos Oiti. *A História, a Retórica e a crise dos paradigmas*. 2ª ed. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017.
- BERGER, Stefan. *History and Identity: How Historical theory shapes Historical Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.
- BONA, Aldo Nelson. *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*. (Tese de doutorado em História) – Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, F. T. da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, p. 13-47, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 5ª edição. São Paulo: Unesp, 2012.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: Uma Introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FAY, Brian. From Narrativism to Pragmatism. *Journal of the Philosophy of History*, v. 11, n. 1, p. 11-21, 2017.

FERNANDES. Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 6ª edição. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FØRLAND, Tor Egil. *Values, Objectivity and Explanation in Historiography*. London: Routledge, 2017.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós 1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, n. 34, p. 157-186, 2004.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

HICKS, Stephen. *Explicando o pós-modernismo: ceticismo e socialismo de Rousseau a Foucault*. Tradução: Silvana Vieira. São Paulo: Callis, 2011.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

JENKINS, Keith. *On 'What is History?': From Carr and Elton to Rorty and White*. London: Routledge, 1995.

JENKINS, Keith. *Why history? Ethics and Postmodernism*. London: Routledge, 1999.

KUHN, Thomas S. Objectivity, Value Judgment, and Theory Choice. *In The Essential Tension: Selected Studies in Scientific Tradition and Change*. Chicago: University of Chicago Press, 1977, p. 320–339.

KUUKKANEN, Jouni-Matti. Moving Deeper into Rational Pragmatism: A Reply to My Reviewers. *Journal of the Philosophy of History*, v. 11, n. 1, p. 83-118, 2017.

KUUKKANEN, Jouni-Matti. *Postnarrativist Philosophy of Pistoriography*. University of Oulu, Finland: Palgrave Macmillan, 2015.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Sílvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, n. 16, p. 25-38, 1998.

LARA, Sílvia Hunold. Escravidão no Brasil: Balanço Historiográfico, *LPH: Revista de História*, v. 3, n. 1, p. 215-239, 1992.

LEMON, M. C. *Philosophy of History: A Guide for Students*. London: Routledge, 2003.

LORENZ, Chris. Can Histories Be True? Narrativism, Positivism, and the “Metaphorical Turn”. *History and Theory*, v. 37, n. 3, p. 309-329, 1998.

MALERBA, Jurandir. *Quem tem medo de síntese?* Ensaio sobre a escrita de um gênero histórico proscrito. Disponível em: [www.academia.edu/98045652/MALERBA Quem tem medo da sintese REV Mar co03](http://www.academia.edu/98045652/MALERBA_Quem_tem_medo_da_sintese_REV_Mar_co03)

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARQUESE, Rafael Bivar de. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*, n.169, p. 223-253, 2013.

MARQUEZ, R. O. *Teoria da História: Hayden White e seus críticos*. (Dissertação de mestrado em História) -- Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

MARTINS, Estevão Rezende. Apresentação -- Jörn Rüsen: um humanista para o século XXI. *Intelligere*, v. 3, n. 2, p. i-iii, 2017.

MARTINS, Estevão Rezende. Consciência histórica, práxis e cultura: a propósito da teoria da história de Jörn Rüsen. *Síntese: Revista de Filosofia*, v. 19, n. 56, 1992.

MENDES, Breno. *A representação do passado em Paul Ricoeur*. Porto Alegre, Editora Fi, 2019.

MENDES, Breno. *A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem narrativa e verdade*. (Dissertação de mestrado em História) – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

MENDES, Breno. Filosofia da existência, existencialismo e o problema do sentido na filosofia da história de Paul Ricoeur. *História da Historiografia*, v. 13, n. 33, p. 431-465, 2020.

- MENDES, Breno. *Existência e linguagem: o problema do sentido na filosofia da história de Paul Ricoeur*. (Tese de doutorado em História) – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.
- MITROVIĆ, Branko. What remains after Postmodernism?. *History and Theory*, v. 58, n. 2, p. 313-323, 2019.
- MOURA, Clóvis. *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- MUNSLOW, Alun. *Deconstructing History*. Nova Iorque: Routledge, 2006.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o 'paradigma da ausência': contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*. v. 29, n. 59, p. 607-626, 2016.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- PARTNER, Nancy; FOOT, Sarah (Org.). *The SAGE Handbook of Historical Theory*. London: SAGE, 2013.
- PAUL, Herman. An Ironic Battle Against Irony: Epistemological and Ideological Irony in Hayden White's Philosophy of History, 1955–1973. In: KORHONEN, Kuisma (Org.). *Tropes for the Past: Hayden White and the History/Literature Debate*. Amsterdam: Rodopi, 2006, p. 35-44.
- PAUL, Herman. Hayden White: A Portrait in Seven Poses. *The World History Review*, v. 7, n. 3, p. 24-46, 2020.
- PAUL, Herman. *Historians' Virtues: From Antiquity to the Twenty-First Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- PAUL, Herman. *Hayden White*. Cambridge: Polity Press, 2011.
- PAUL, Herman. *Key Issues in Historical Theory*. Londres: Routledge: 2015.
- PIHLAINEN, Kalle. Escaping the confines of history: Keith Jenkins. *Rethinking History*, v. 17, n. 2, p. 235-252, 2013.
- PORTOCARRERO, M. L. Testemunho e interpretação na filosofia de P. Ricoeur. *Revista Filosófica de Coimbra*, v. 29, n. 57, p. 107-130, 2020.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês na Bahia em 1835*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

REIS, José Carlos. Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur. *Locus*, v.12, n.1, p.17-40, 2006.

RICOEUR, Paul. A marca do passado, Tradução de Breno Mendes e Guilherme da Cruz e Zica. *História da Historiografia*, n. 10, p. 329-350, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Trad. Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Trad. F.A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1968.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011. 3 v.

RIZZO, Marcelo Augusto Parrillo. *A História de Meta-história: Um estudo sobre a teoria da história de Hayden White*. (Dissertação de mestrado em História) -- Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2009.

ROTH, Paul A. Back to the Future: Postnarrativist Historiography and Analytic Philosophy of History. *History and Theory*, v. 55, n. 2, p. 270-281, 2016.

RÜSEN, Jörn (Org.). *Approaching Humankind: Towards an Intercultural Humanism*. Goettingen: V&R, 2013.

RÜSEN, Jörn. *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Ed. UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. Humanism in the Era of Globalization: Ideas on a New Cultural Orientation. In: RÜSEN, Jörn; LAASS, Henner (Orgs.). *Humanism in Intercultural Perspective: Experiences and Expectations*. Bielefeld: Transcript, p. 11-20, 2009.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. 1ª reimpressão. Brasília: Ed. UnB, 2010.

RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. 1.ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

RÜSEN, Jörn. Temporalizing Humanity: Towards a Universal History of Humanism. In: RÜSEN, Jörn; SPARIOSU, Mihai I. (Orgs.). *Exploring Humanity – Intercultural Perspectives on Humanism*. Göttingen: V&R unipress, p. 29-44, 2012.

SAMPAIO, Isanara Kethly Silva. *Paul Ricoeur e a história: a verdade do discurso histórico como problema epistemológico*. (Dissertação de mestrado em história) – Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2021.

SEWELL, W. H. J. *Logics of History: Social Theory and Social Transformation*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TOZZI, Verónica. La historia como promesa incumplida. Hayden White, heurística y realismo figural. *Diánoia*, v. 51, n. 57, p. 103-130, 2006.

TUCKER, Aviezer (Org.). *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. Chichester: Blackwell Publishing, 2009.

WEISSHEIMER, F. S.; PEREIRA, I. História, verdade e ética: a centralidade do sujeito na epistemologia de Paul Ricoeur. *OP SIS*, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 420–424, 2014.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1973.

WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality. *Critical Inquiry*, v. 7, n. 1, p. 5-27, 1980.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: EDUSP, 2008.

ZELEŇÁK, Eugen. How to cure Narrativism with Rational Evaluation. *Journal of the Philosophy of History*, v. 11, n. 1, p. 22-32, 2017.